

Adeilson Pinheiro Sedrins
Cláudia Roberta Tavares Silva
(Organizadores)

30 ANOS DO PROGRAMA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (PRELIN - PPGLL/UFAL)

Volume II
Estudos em Teoria Gerativa



Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)

S449t Sedrins, Adeilson Pinheiro; Silva, Cláudia Roberta Tavares (orgs.).
30 anos do Programa de Estudos Linguísticos (PRELIN - PPGLL/UFAL) -
Volume II – Estudos em teoria gerativa /
Organizadores: Adeilson Pinheiro Sedrins e Cláudia Roberta Tavares
Silva.
1. ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.
figs.; gráfs.; tabs.; quadros.
E-book: 7 Mb; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5637-783-4.

1. Ensino. 2. Linguística. 3. Prática Pedagógica.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadores

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Métodos de ensino instrução e estudo– Pedagogia. 371.3
2. Linguística. 410
3. Linguagem / Línguas – Estudo e ensino. 418.007

Adeilson Pinheiro Sedrins
Cláudia Roberta Tavares Silva
(Organizadores)

30 ANOS DO PROGRAMA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS (PRELIN - PPGLL/UFAL)

Volume II

Estudos em Teoria Gerativa



Copyright © 2023 – Dos organizadores representantes dos autores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Editoração: Vinnie Graciano

Capa: Acessa Design

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos
para avaliação e revisados por pares.

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UNB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

Apresentação	7
Adeilson Pinheiro Sedrins Cláudia Roberta Tavares Silva	
Sobre aquisição de L2: o lugar do gerativismo	16
Marcello Marcelino Telma Magalhães	
Estratégias de retomadas anafóricas: uma análise em produções escritas de brasileiros aprendizes de espanhol como L2	35
Lucas Henrique Ferreira	
Aquisição sob a perspectiva gerativa: achados em LIBRAS	55
Marcos Grutzmacher Thaysa Oliveira Barbosa	
A estrutura do sintagma nominal (SN) em LIBRAS	73
Anderson Almeida-Silva Ronald Taveira da Cruz	
O que considerar no estudo sobre o fenômeno da extração a partir de sintagmas nominais?	95
Adeilson Pinheiro Sedrins	

Reflexões sobre o comportamento do pronome possessivo de terceira pessoa no português brasileiro 117

Mary Hellen Batista dos Santos Severiano

Concordância sujeito-verbo em construções partitivas: processamento e teoria da gramática 135

Mirian Santos de Cerqueira

A concordância de gênero em orações copulativas 155

Thaise dos Santos Tenório

O comportamento de sujeitos pós-verbais no português brasileiro e no português europeu: revisitando pesquisas sob a ótica do modelo de princípios e parâmetros 170

Claudia Roberta Tavares Silva

Predicação e extensão de fase na gramática gerativa 189

Marcelo Amorim Sibaldo

Elipses em constituintes interrogados (Whp) em português 208

José Sergio A. de Moura

Sobre os organizadores 224

Sobre os autores 226

Apresentação

Este volume reúne estudos desenvolvidos sob a perspectiva da teoria gerativa chomskyana acerca da gramática das línguas naturais, vinculados a projetos desenvolvidos por pesquisadores do Programa de Estudos Linguísticos (PRELIN) e por pesquisadores colaboradores deste Programa, de diferentes instituições de ensino superior no país. O PRELIN está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL-UFAL) e foi fundado no ano de 1992, pela professora Denilda Moura (*in memoriam*).

No ano de 2022, em que teve início o projeto deste livro, o PRELIN completou 30 anos de existência, tendo sido um dos pioneiros do PPGLL/UFAL. Ao longo desses anos, muitas pesquisas têm sido desenvolvidas por membros desse grupo, o qual tem contribuído tanto para uma melhor compreensão acerca da gramática das línguas naturais, como também para a formação de novos pesquisadores. Duas vertentes teóricas têm direcionado as pesquisas desenvolvidas no grupo: pesquisas de cunho variacionista, de perspectiva laboviana, e pesquisas de cunho gerativista, de perspectiva chomskyana.

Tendo em vista as contribuições do Programa nesses seus trinta anos, propôs-se, em sua comemoração, a publicação de dois *e-books*: um volume 1 voltado para os estudos variacionistas e este volume 2 voltado para estudos gerativistas. Reunimos, então, neste volume, pesquisas que apontam para as mudanças por que tem passado o paradigma gerativista nos últimos trinta anos, tanto no que se refere

aos desenvolvimentos recentes alcançados pela perspectiva minimalista de gramática, como também pela ampliação na descrição e explicação de fenômenos sintáticos das línguas naturais. Os capítulos reunidos nesta obra recobrem fenômenos sintáticos do português, considerando diferentes variedades, bem como questões relacionadas à aquisição e a línguas de sinais.

O volume é composto por onze capítulos, de autoria de pesquisadores de diferentes instituições nacionais, os quais têm contribuído, direta ou indiretamente com o programa de pesquisas realizadas no PRELIN. É válido mencionar que, dos onze capítulos, seis são de ex-orientandos da Profa. Denilda Moura: Adeilson Pinheiro Sedrins, Cláudia Roberta Tavares Silva, Marcelo Amorim Sibaldo, Thaíse dos Santos Tenório, José Sergio A. de Moura, Mírian Santos de Cerqueira. Os autores revisitam nesta obra o produto de suas pesquisas realizadas durante seu mestrado ou doutorado, permitindo, dessa maneira, uma atualização de seus objetos de pesquisa, como também um registro, que aqui se reúne, de pesquisas desenvolvidas dentro do intervalo dos trinta anos do Programa.

Outros quatro capítulos também são de autoria de membros integrantes do PRELIN: o capítulo escrito por Telma Magalhães (UFAL), atual líder do Programa, texto produzido em coautoria com Marcello Marcelino (UNIFESP), e os capítulos de Marcos Grutzmacher com Thaysa Oliveira Barbosa, Lucas Henrique Ferreira e Mary Hellen dos Santos Severiano. O capítulo de Anderson Almeida-Silva e Ronald Taveira da Cruz, escrito a convite dos organizadores, é também fruto de uma relação interinstitucional, que se reflete pela convergência das agendas de investigação, a saber, a sintaxe das construções nominais nas línguas naturais.

Buscou-se apresentar os capítulos de acordo com a temática de investigação. Assim, os textos apresentados nesta obra podem ser agrupados em três grupos: fenômenos de aquisição, estrutura do sintagma

nominal e fenômenos no domínio da sentença: ordem, concordância e elipse. No primeiro grupo, encontra-se o texto de Telma Magalhães e Marcello Marcelino, que corresponde ao primeiro capítulo. Esse, intitulado *Sobre aquisição de L2: o lugar do gerativismo*, explora a perspectiva gerativista de pesquisa sobre a aquisição de L2, situando os pressupostos do paradigma chomskyano. Os autores discutem conceitos fundamentais que permitem delimitar o lugar de atuação do pesquisador gerativista sobre o fenômeno da aquisição da linguagem, apontando resultados satisfatórios desse modelo teórico na explicação de fenômenos relacionados à aquisição de L2. Entre esses conceitos, estão o de aquisição, o de aprendizagem e o de *input* linguístico, tomados para se discutir, entre outros, o papel do *feedback* na reestruturação de estados mentais na aquisição de L2 e a função do *input* na aquisição de L1 e de L2. Ainda, apresentam possibilidades de estudos gerativistas sobre a aquisição de L2, considerando diferentes contextos: aquisição simultânea, aquisição consecutiva, aquisição em contexto de educação bilíngue, entre outros.

O segundo capítulo também versa sobre o fenômeno da aquisição, deslocando a discussão para a aquisição de espanhol por brasileiros, falantes do português, que aprendem espanhol em situações formais de instrução. Com o título *Estratégias de retomadas anafóricas: uma análise em produções escritas de brasileiros aprendizes de espanhol como L2*, Lucas Henrique Ferreira analisa noventa produções escritas em espanhol, produzidas por falantes brasileiros, divididos em diferentes níveis de aprendizagem, nível básico e intermediário. O autor parte do contraste observado entre as gramáticas do espanhol e do português brasileiro (PB), no tocante às estratégias disponíveis para o preenchimento da posição de objeto. Seguindo estudos correntes, observa que, diferente do espanhol, no PB o clítico de terceira pessoa não faria mais parte da gramática naturalmente adquirida. Assim, nessa língua, diferente do que ocorre no espanhol, as estratégias disponíveis para preenchimento do objeto seriam distintas.

Tendo isso em vista, a pesquisa buscou verificar em que medida os brasileiros fizeram uso da estratégia do clítico de terceira pessoa nas produções de espanhol, considerando o maior e o menor tempo de instrução (nível básico e intermediário). Também o estudo buscou verificar se os brasileiros realizavam estratégias típicas da sua L1, o PB, nos dados escritos em espanhol. O estudo permitiu verificar a dinâmica de preenchimento de objetos em dados de aprendizes do espanhol, mapeando em que momento, se desde o nível básico ou apenas em nível mais tardio, algumas estratégias de preenchimento de objeto se manifestam ou não são observadas.

O terceiro capítulo, intitulado *Aquisição sob a perspectiva gerativa: achados em Libras*, de autoria de Marcos Grutzmacher e Thaysa Oliveira Barbosa, também explora a temática da aquisição de linguagem na perspectiva chomskyana, direcionando a discussão para a aquisição das línguas de sinais como L1. Como os autores observam, o olhar gerativista para a aquisição das línguas de sinais é ainda recente e, por isso, os autores vêm a contribuir para o debate e divulgação da pesquisa nesse campo. Assim, o objetivo do texto é, nas palavras dos autores, “fornecer informações gerais a respeito do processo de aquisição de Libras, através de uma revisão de trabalhos que abordam o tema”. Ao optarem pela vertente gerativista de investigação, os autores situam os principais pressupostos desse modelo teórico para a aquisição, que nasce em contraposição à perspectiva behaviorista, tornando-se crucial, portanto, discutir a hipótese inatista da aquisição da linguagem. Tomando a hipótese maturacional de aquisição, segundo a qual esse processo se dá por meio de fases que se sucedem umas às outras em complexidade e em conteúdo, comparam os estágios universais de aquisição por crianças que possuem uma língua oral como sua L1 aos estágios de uma criança que possui uma língua de sinal como sua L1. Dessa forma, discutem as etapas observadas para aquisição da Libras, que perpassa o período pré-lingüístico, o de realização de um sinal, o período das primeiras combinações e os estágios

das múltiplas combinações. Com isso, os autores mostram resultados positivos que o paradigma gerativista tem apresentado para a explicação de fenômenos de aquisição das línguas de sinais.

O segundo grupo de textos, que discute aspectos morfológicos e sintáticos dos sintagmas nominais, inicia-se com o capítulo 4, de autoria de Anderson Almeida-Silva e Ronald Taveira da Cruz, intitulado *A estrutura do sintagma nominal (SN) em Libras*. Os autores tocam em temas centrais de investigação das línguas naturais, direcionados ao estudo da Libras. Questões como (i) existem artigos definidos em Libras? (ii) existe concordância no domínio nominal nessa língua? e (iii) como se dá (se houver) a marcação de número no SN? são respondidas no texto. Trata-se de uma descrição do SN na Libras, a partir do uso de dados naturalísticos, explorando a realização de diferentes categorias dentro do domínio nominal, como quantificadores, artigos, possessivos e demonstrativos, considerando, também, os casos de modificação por adjetivos. O texto realiza, ainda, uma sistematização de padrões de concordância nominal em Libras, observando restrições na marcação de número entre os itens que se realizam no SN. Indubitavelmente, o capítulo contribui para uma melhor compreensão acerca das construções nominais na Libras, tema ainda muito pouco explorado na pesquisa linguística.

No capítulo 5, intitulado *O que considerar no estudo sobre o fenômeno da extração a partir de sintagmas nominais?*, Adeilson Pinheiro Sedrins revisita sua tese de doutorado, fornecendo uma discussão acerca das restrições observadas para o fenômeno da extração a partir de sintagmas nominais, especialmente no PB. O autor realiza uma abordagem comparativa com dados do PB, do inglês, do espanhol, do italiano e do francês, observando como certas restrições atuam de maneira distinta em diferentes línguas naturais. Uma das restrições exploradas no capítulo é a que ficou conhecida por “Efeito de especificidade”, segundo a qual um SN definido seria uma “ilha” para extração. Com a discussão apresentada, o autor pondera que ou-

tros fatores precisam ser observados para o tratamento do fenômeno da extração. Ainda, é possível observar uma variação interlinguística entre PB, espanhol e inglês, por exemplo, no que se refere à atuação do efeito de especificidade: no PB esse efeito seria menos observado.

O capítulo também explora a tradicional distinção entre argumentos e adjuntos de nomes, que em algumas análises se mostra relevante para o tratamento do fenômeno da extração. Contudo, ao analisar mais detidamente dados de línguas românicas, observa que a distinção relevante para o fenômeno da extração parece ser melhor observada contrapondo construções genitivas a não genitivas.

O capítulo 6, intitulado *Reflexões sobre o comportamento do pronome possessivo de terceira pessoa no português brasileiro*, encerra o bloco de textos dedicados ao SN. Nesse capítulo, Mary Hellen dos Santos Severiano explora diferentes abordagens fornecidas para a descrição das formas possessivas do PB, discutindo as propriedades de distribuição dessas formas, bem como propriedades morfológicas e semânticas. Partindo da discussão de duas gramáticas tradicionais, a autora aponta para a natureza ambígua em relação à constituição de traços de pessoa da forma *seu* (2ª ou 3ª pessoa), como também para as diferentes leituras e relações que formas possessivas podem estabelecer no âmbito do SN, que não apenas a relação entre possuidor e possuído.

O texto aborda estudos de cunho gerativista que discutiram o papel do possessivo em contexto de correalização com artigos definidos, bem como análises que trataram da redução de traços de concordância no PB, afetando o sistema pronominal. A discussão apresentada pela autora contempla o uso da forma *seu* também como forma de tratamento e o uso em contexto de vocativo, que se difere do uso da leitura de posse observada em outras funções sintáticas.

O terceiro grupo de textos inicia-se no capítulo 7. Nesse texto, intitulado *Concordância sujeito-verbo em construções partitivas: processamento e teoria da gramática*, Mirian Santos de Cerqueira, sob o

viés do Programa Minimalista e da Psicolinguística, discute não só a natureza dessas construções no Português Brasileiro e o mecanismo da concordância de número presente nessas construções, como também apresenta evidências, partindo de estudos psicolinguísticos, de que o processamento dessa concordância não deve ser confundido com o processamento dos “erros de atração” de concordância. Ademais, após a explanação dos procedimentos metodológicos adotados, a autora, ao selecionar duas variáveis independentes (a saber: tipo de nome e tipo de verbo), apresenta os resultados da tarefa experimental baseada na leitura automonitorada com falantes brasileiros acerca da concordância de número sujeito-verbo em construções partitivas e conclui que a variabilidade dessa concordância deriva de operações sintáticas.

O capítulo 8, *A concordância de gênero em orações copulativas*, de Thaise dos Santos Tenório, centra a atenção na concordância estrutural estabelecida entre o DP pronominal *A gente* e o predicativo, mais especificamente, no que se refere ao traço de gênero. Sob o enfoque do Programa Minimalista, a autora levanta a hipótese de que esse DP carrega um traço de gênero interno à sua estrutura. Comparando o português brasileiro com outras línguas, essa hipótese se confirma, indo na direção de outros trabalhos investigativos, de que a interpretabilidade do traço de gênero do DP pronominal *a gente* é determinada no léxico.

No capítulo 9, *O comportamento de sujeitos pós-verbais no português brasileiro e no português europeu: revisitando pesquisas sob a ótica do Modelo de Princípios e Parâmetros*, Claudia Roberta Tavares Silva discorre sobre a posição estrutural desses sujeitos e as restrições a que estão submetidos. Sob a perspectiva da sintaxe comparativa, a autora, partindo de resultados de estudos sincrônicos e diacrônicos sobre a temática, conclui que, no domínio intrafrásico, sujeitos pós-verbais no português brasileiro atual, ao contrário do português europeu,

encontram-se submetidos a contextos inacusativos em decorrência do enfraquecimento de sua morfologia de flexão verbal.

Marcelo Amorim Sibaldo, em seu capítulo *Predicação e extensão de fase na gramática gerativa*, discorre não só sobre a noção de extensão de fase e a teoria da predicação, assumindo que há, na relação entre dois termos de uma predicação, um núcleo funcional (que pode ser lexicalizado ou não), a exemplo do que ocorre nas sentenças copulares, mas também revisita propostas teóricas acerca da *Small Clause*, retomando propostas configuracionais para essa estrutura e ampliando a discussão com dados do português brasileiro e de outras línguas. Conforme mencionado pelo autor, os pressupostos básicos para o entendimento das noções centrais voltadas à predicação, à extensão de fase e à *Small Clause* foram retomados e alguns aspectos re(pensados) a partir de desenvolvimentos recentes no campo da teoria sintática.

No capítulo 11, *Elipses em constituintes interrogados (WhP) em português*, José Sergio A. de Moura argumenta que as estruturas analisadas são elipses frasais (eclipse de IP), ou seja, estruturas em que ocorre a deleção de uma fase inteira. Associado a essas elipses, o truncamento, entendido como um resquício da Projeção Wh (WhP), é abordado pelo autor a partir de evidências do português e de outras línguas. Situada no campo da sintaxe comparativa, a análise empreendida retoma a proposta do parâmetro *P-stranding* que poderia explicar as diferenças interlingüísticas associadas às WhP elípticas.

O intuito com esta obra é duplo: divulgar parte dos resultados das pesquisas realizadas pelo PRELIN nesses últimos 30 anos, congregando antigos e novos pesquisadores que integram o Programa, bem como pesquisadores parceiros e colaboradores, e contribuir para o avanço do debate lingüístico acerca dos fenômenos tratados nos textos aqui reunidos. A obra se destina a pesquisadores, estudantes de pós-graduação, estudantes de graduação e professores

das Educação Básica interessados na descrição e explicação de fenômenos linguísticos relacionados à gramática e à aquisição das línguas naturais.

Desejamos uma leitura proveitosa e produtiva deste volume.

Às pesquisadoras e pesquisadores que aceitaram nosso convite para participar deste livro, nosso muito obrigado!

Garanhuns, 02 de abril de 2023.

Adeilson Pinheiro Sedrins

Cláudia Roberta Tavares Silva

Sobre aquisição de L2: o lugar do gerativismo

Marcello Marcelino

Universidade Federal de São Paulo

Telma Magalhães

Universidade Federal de Alagoas/PPGL-UNIFESP

| Introdução

Os estudos em segunda língua (L2) iniciaram-se naturalmente com o desaparecimento do Latim clássico como língua falada e a necessidade subsequente de instrução metalinguística nesta língua. Possivelmente aí surgiu o primeiro “método” de ensino de outra língua, o método clássico, utilizado para ensino das línguas clássicas, como o Latim e o Grego. Posteriormente, esse método seria chamado de Método da Gramática e Tradução (LARSEN-FREEMAN, 2000). Com a crescente necessidade de se aprender uma outra língua, tanto em virtude da guerra como do intercâmbio entre os povos, o ensino instrucional de L2 se fortaleceu e passou a ser foco de estudos de áreas afins, dentre elas, a psicologia, a linguística e a pedagogia. O desenvolvimento de métodos, abordagens e metodologias foi crescendo a partir da década de 1930, representado de muitas maneiras, como o Método

Direto, Método Audiolingual, abordagem comunicativa, entre outros.¹ A partir da década de 1970 e início da década de 1980 é que foi possível se observar uma mudança “da abordagem centrada na estrutura para uma abordagem centrada na comunicação” (LARSEN-FREEMAN, 2000, p. 121). Embora haja variações e novas propostas a partir da abordagem comunicativa, ela se mantém firmada na área de estudos em L2 há mais de 40 anos, uma vez que (i) vários institutos de idiomas se baseiam no ensino “focado na comunicação/ conversação e não na gramática” para elaborar seus cursos; e (ii) a indústria das editoras de livros de ensino de idiomas se estabeleceu a partir de materiais baseados na premissa comunicativa.²

Há décadas, e especialmente no Brasil, o entendimento predominante é de que os estudos em L2 estão circunscritos às áreas da pedagogia e da Linguística Aplicada, em especial, muito provavelmente devido à sua dimensão voltada para o ensino, e para o social. Meisel (2011) advoga que a principal razão para isso é o enfoque contínuo nas questões de sala de aula, metodologias e ensino.³ Isso ajudou a estreitar a relação entre as áreas mencionadas e a disciplina. No entanto, não são apenas questões pedagógicas e ideológicas que perpassam os estudos de L2. Tal disciplina possui um aspecto linguístico e cognitivo digno de estudos e protagonismo na área, uma vez que, como argumentam Doughty e Long (2003, p. 5), “a óbvia importância *social* da aquisição de segunda língua (AL2) não é, de maneira alguma, a única

-
- 1 Para uma visão geral e histórica dos principais métodos, ver Larsen-Freeman (2000) e referências lá citadas. Não mencionaremos aqui o pós-método por fugir do escopo deste trabalho e por partilharmos da visão de Lewis (1993) que, embora anterior à disseminação da proposta pós-método, aponta no ecleticismo uma desculpa para confusão.
 - 2 É apenas digno de menção que embora haja um *marketing* por trás do ensino de idiomas, no sentido de que não seja voltado para o “método”, mas sim para uma “abordagem”, a maioria esmagadora dos institutos de idiomas e materiais selecionados carregam e exigem especificações que seriam indubitavelmente exemplos de um “método”.
 - 3 Long (2007, p. 16) também já apontara essa falha na abordagem da Linguística Aplicada que estabelece como critério de avaliação/validação de uma teoria de AL2 sua aplicabilidade e valor pedagógico, bem como sua acessibilidade para o professor. Long argumenta que essa visão, além de falaciosa, deprecia a capacidade do professor e do pesquisador, quando não do professor-pesquisador.

razão de interesse dos pesquisadores, e, até para alguns, nem mesmo a razão primária ou sequer uma razão”.⁴ Os autores acrescentam, ainda, que uma vez que o processo cognitivo de desenvolvimento da linguagem se caracteriza como altamente complexo, e especificamente humano, merece estudo cuidadoso em relação ao que pode revelar sobre a natureza da mente humana.

Além disso, como qualquer tipo de aprendizagem⁵, a aquisição de segunda língua é, em última análise, uma questão de mudança do estado mental interno de um indivíduo, constituindo, portanto, uma área de amplo interesse. E é disso que tratam as abordagens gerativas na aquisição de segunda língua. Uma das principais questões investigadas nesse programa de pesquisa é o papel da mente/cérebro no processo de aquisição de L2, partindo do princípio de que o ser humano é dotado de uma capacidade inata para o desenvolvimento da linguagem, a Faculdade da Linguagem (CHOMSKY, 1965 e seguintes) amplamente observada no processo de aquisição da primeira língua (L1). Em outras palavras, ao se pesquisar os diferentes estados mentais do desenvolvimento da linguagem na mente/cérebro⁶, muitas das investigações em curso na área de L2 podem ocorrer independentemente de seu potencial para aplicação ou utilidade social.

Na década de oitenta, surge o modelo gerativista de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1981), que trouxe consigo a teoria de Princípios e Parâmetros (PP), com uma nova formulação para a forma da Faculdade da Linguagem e uma resposta linguística para o problema de Platão. A PP trouxe ainda a) novos pressupostos de como o falante faz uso da língua, com hipóteses sobre as interfaces (modelos de ‘*parsing*’) e b)

4 “[...] the obvious *social* importance of second language acquisition (SLA) is by no means the only reason for researchers’ interest, and for many, not the primary reason or not a reason at all.”

5 As supostas diferenças entre aquisição e aprendizagem serão tratadas brevemente a seguir.

6 Esses estados mentais são compatíveis com diferentes estágios de desenvolvimento da interlíngua e podem revelar muito sobre a forma como a mente/cérebro aprende e desenvolve conhecimento linguístico.

como consequência, uma metodologia para pesquisa em linguística histórica e comparativa. Como resultado, iniciou-se uma grande avenida de pesquisas em aquisição, linguística sincrônica e em linguística histórica.

É em meio a esse contexto que surgem os estudos em L2, com enfoque na aquisição de perspectiva gerativa da PP, com os primeiros trabalhos dentro da teoria ainda na primeira parte dos anos oitenta.⁷ As pesquisas gerativistas em L2 têm como principal característica a busca para o entendimento dos diferentes estados mentais pelos quais passa o aprendiz de L2, além de trazer mais entendimento sobre como a L2 se desenvolve—o que *pode*, mas não obrigatoriamente *deve* ter repercussões pedagógicas. Para que seja possível seguir na agenda, explicitamos alguns pontos que parecem ser “senso comum” na comunidade de ensino L2, mas que têm diferentes interpretações na AL2 de cunho gerativista.

Esta introdução, embora superficial e aparentemente desconexa das discussões gerativistas, faz-se necessária, pois o contexto instrucional constitui grande parte do ambiente de pesquisas em L2⁸, foco da discussão deste capítulo, e não pode ser ignorado.

7 Alguns poucos exemplos dos trabalhos que inauguraram os estudos em L2 na perspectiva da Princípios e Parâmetros:

WHITE, L. The “pro-drop” parameter in adult second language learning. **Language Learning**, v. 35, p. 47-62, 1985.

WHITE, L. **Universal Grammar and Second Language Acquisition**. Amsterdam: John Benjamins, 1989.

LICERAS, J. The role of intake in the determination of learners’ competence. In: GASS, S.; MADDEN, C. (eds). **Input in second language acquisition**. Rowley, MA: Newbury House, 1985.

LICERAS, J. M. Linguistic theory and second language acquisition: the Spanish nonnative grammar of English speakers. v. 8. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 1986.

8 Atualmente, há pesquisas em gerativismo que propõem que o que se chama de aprendizagem de língua materna é, na verdade, uma aquisição de L2 em virtude das diferenças verificadas entre a língua adquirida naturalmente e a sua versão instrucional aprendida na escola (KATO, 2005; MAGALHÃES; MARCELINO, 2021).

Aprendizagem e aquisição... para Krashen

O debate entre aprendizagem e aquisição é originário da teoria de aquisição de L2 proposta por Krashen⁹ (1981, 1982, 1985) e baseia-se na distinção entre o que é aprendido conscientemente (aprendizagem) e o que é aprendido inconscientemente (aquisição). A hipótese da aquisição-aprendizagem distingue o tipo de desenvolvimento linguístico observado na primeira língua (aquisição), que leva à competência linguística, versus aquele observado em contexto instrucional de sala de aula (aprendizagem), que leva ao conhecimento gramatical da estrutura da língua. Para o autor, adquirir uma língua não é equivalente a aprendê-la, e o que é aprendido não pode tornar-se adquirido, constituindo, assim, a primeira e principal falácia de sua hipótese.

Muito já foi dito e revisitado em termos de AL2, inclusive em diferentes perspectivas como a gerativista, a cognitivista, a psicológica, e até a da neurociência, mas a teoria de Krashen permanece popular há décadas, mesmo embora já haja muito avanço na área, justamente devido a seu apelo pedagógico e ligação com o “chão de sala de aula”, que é limitador, já que há muito para se aprender sobre a mente/cérebro do aprendiz, a fim de associar tal conhecimento a avanços na forma como se ensina. Ademais, a teoria de Krashen é totalmente centrada na abordagem instrucional em sala de aula e não prevê o impacto de processos e estímulos fora desse contexto, o que pode se traduzir em aumento de frequência e exposição à L2, especialmente no inglês como L2, nos tempos atuais de fácil acesso à informação e dados.

Em termos de aprendizagem e aquisição, seria possível reinterpretar a intuição que Krashen teve há mais de 40 anos em termos de memória de curto prazo e de longo prazo. Inicialmente o aprendiz entra em contato com o item a ser aprendido e faz uma ‘primeira

⁹ A teoria de aquisição de L2 de Krashen não é uma teoria baseada na linguística unicamente, pois faz uso de diferentes conceitos (alguns conflitantes) advindos de diversas linhas teóricas, mas é extremamente sedutora devido ao seu apelo imediato e inegável ao contexto de sala de aula e ensino.

conexão’ que, no contexto de sala de aula, poderia ser através de conhecimento explícito. Seria através da prática, uso, percepção e reconhecimento da forma aprendida em outros contextos, como internet, leitura, jogos etc., que o elemento aprendido viria a se tornar consolidado e passaria a fazer parte do conhecimento ‘mais permanente’ e automático, ou em termos krashenianos, adquirido. Dessa forma, o Gerativismo, assim como a neurociência da aprendizagem não diferencia aquisição de aprendizagem, pois não haveria diferenças, apenas processos e classificações, traduzidos em diferentes estados mentais, como já colocado. Cabem às outras áreas que necessitam de diferenciação proporem sua definição de termos, desde que amparadas em estudos e evidências.

Um último questionamento em relação à proposta de Krashen poderia se desenvolver em termos de L1. No processo de aquisição de L1, o aprendiz desenvolve a linguagem (a gramática nuclear e a periferia) unicamente baseado nos dados presentes em seu ambiente. Seu cérebro organiza o “caos linguístico” ao seu redor, decodificando o sistema fonológico, encontrando as regras lógicas, parâmetros e usos definindo assim o seu sistema linguístico e compondo a L1 (o que se encaixa perfeitamente à definição krasheniana de aquisição). O resultado desse processo é o estado mental linguístico de uma criança de 5 ou 6 anos. A partir daí, a criança entra na fase da escolarização *per se*, e passa a ser exposta a regras, organizações formais, algumas até antilógicas, ao entrar em contato com o universo da escrita e da leitura, que muito se distancia do meramente oral. Não seria essa fase mais próxima à aprendizagem (se nos entregarmos momentaneamente ao exercício da distinção)? O que é aprendido na escola não se torna adquirido pelo falante letrado? Como explicar o conhecimento linguístico do letrado senão através da pressuposição de diferentes estados mentais? Não são perguntas retóricas. Apesar das diferenças entre a L1e a L2, o cérebro que aprende uma é o mesmo que aprende a outra, e aprende linguagem por ser capaz de tal feito. Portanto, muito embo-

ra as diferenças entre L1 e L2 sejam “óbvias”, não é óbvio que o cérebro humano as entenda de forma diferente, ou mesmo que diferencie aprendizagem de aquisição.

| *A reestruturação dos diferentes estados mentais: feedback*

Assumindo que aquisição e aprendizagem, quando muito, observam diferentes estados mentais (ou estágios de desenvolvimento da interlíngua, em termos de AL2), passamos a uma breve discussão sobre os diferentes estágios de desenvolvimento da interlíngua do aprendiz. A partir de evidências trazidas por estudos tanto de cunho gerativista (na L2) (SLABAKOVA, 2016) quanto advindos da neurociência (de forma mais geral) (DEHAENE, 2020), é possível afirmar, na contramão das abordagens pedagógicas de ensino de L2, que o *feedback*, evidência negativa, ou correção desempenha um papel fundamental na reestruturação dos estados mentais ou estágios de desenvolvimento do aprendiz de L2, em especial quando feitos no momento da ocorrência.

Marcelino e Weissheimer (2021, p. 37), em referência a Ellis (2015) e Dehaene (2020), ressaltam que “planejar estrategicamente a fala e a qualidade do *feedback* que os alunos recebem determina em grande parte a rapidez e o sucesso com que aprendem.” Os autores explicam mais:

Já o *feedback* desempenha papel fundamental na sala de aula de L2 porque, além de fomentar a reflexão da linguagem, estimula os falantes bilíngues a identificar as fragilidades em sua produção e, após reflexão e ajuste, a continuar produzindo. O *feedback*, por seu caráter dialógico, torna-se um importante aliado no processo de aprendizagem, pois representa uma forma de engajar e empoderar os aprendizes. Ao contribuir para que percebam lacunas em sua produção e, ao mesmo tempo, lidem com os efeitos de compensação inerentes, forne-

cer *feedback* explícito e implícito pode ser uma estratégia poderosa para ajudá-los a avançar no continuum da proficiência na L2. O *feedback* não abrange apenas a mera correção de erros; também incentiva a reflexão e aumenta a autonomia dos aprendizes, uma vez que eles passam a conseguir identificar os pontos mais fracos de sua produção, bem como o que pode ser feito para melhorá-la. Embora não haja consenso na literatura científica sobre qual seria o tipo de *feedback* mais eficaz para promover a aprendizagem – se o implícito ou o explícito –, há uma tendência a favorecer o explícito como forma eficaz de promover a aprendizagem. Como evidenciaram Weissheimer e Caldas (2021), o *feedback* explícito não apenas torna as lacunas na produção oral do aprendiz claras, mas também contribui para a internalização da forma linguística correta para preenchê-las. Slabakova (2016) corrobora essa visão ao discutir estudos em que o *feedback* explícito é crucial na reestruturação da representação mental da L2. (MARCELINO; WEISSHEIMER, 2021, p. 38).

Por fim, Marcelino e Weissheimer (2021, p. 39) defendem que é através do *feedback* que o aprendiz se torna capaz de desenvolver “também a habilidade de monitorar esses sistemas e controlá-los, inibi-los e permitir sua interação de acordo com o ambiente, o contexto e as pessoas com quem se comunica.”¹⁰ O argumento aqui apresentado é um indicativo de que a consciência na aprendizagem, *feedback*, e o foco e atenção na forma¹¹ constituem um importante aliado no processo de aquisição de L2. Uma vez afastadas as confusões terminológicas relacionadas a estudos em L2, sigamos para a questão da aquisição.

10 Novamente, isso vai contra a hipótese do monitor proposta por Krashen (1982), na medida que o autor propusera que o monitor seria apenas um sistema que “edita” a linguagem produzida, relacionando isso à impossibilidade de que o aprendido se tornasse adquirido e corroborando sua hipótese da aquisição-aprendizagem.

11 Corroborando Schmidt (1995, 2001).

| A aquisição de linguagem

Chomsky (1981) defende que uma língua L se desenvolve a partir da exposição a *input* robusto de L, e da capacidade inata do ser humano, baseada nos princípios universais, comuns a todas as línguas, e já impressos na estrutura mental, bem como nas marcações dos parâmetros, responsáveis pela rica variação translinguística entre as línguas. Este *input* contém os dados linguísticos primários (DLP) dos quais a criança extrai informação essencial para marcar os parâmetros da língua e construir sua gramática. A relação entre o *input* e a Faculdade da Linguagem é, portanto, essencial para a aquisição de linguagem.¹² Esse *input* deve ser rico em dados que exprimem a estrutura da língua, para que os parâmetros sejam marcados, definindo a estrutura da L1. É a partir do que se sabe sobre a aquisição de L1 que os estudos em L2 se pautam, e os questionamentos acerca do papel do *input*, da idade de aquisição, da remarcação de parâmetros, do tempo de exposição e seus efeitos garantem uma rica avenida para a pesquisa, além, claro, dos estudos comparativos entre línguas.

| O problema lógico da aquisição de L2

Os estudos gerativistas em L2 se centram na investigação sobre se e quais mecanismos inatos da Gramática Universal (GU) orientam a aquisição da L2 de maneiras semelhantes à aquisição da L1, e tem sido o foco de muitas pesquisas nas últimas quatro décadas neste quadro teórico, reunindo um corpo considerável de pesquisas disponíveis que apóiam a visão de que a GU¹³ permanece totalmente ativa e, até certo ponto, acessível para aquisição de L2 em adultos (WHITE, 1989;

12 Este é um ponto importante, pois interpretações falaciosas do inatismo criticam essa perspectiva, argumentando que o inatismo prevê o desenvolvimento da linguagem mesmo sem contato com o meio. Isso nunca foi uma premissa do Inatismo.

13 Gramática Universal é o termo utilizado, na perspectiva gerativista, para se referir ao estado inicial da Faculdade da Linguagem na aquisição da L1, vista como capacidade humana, biologicamente determinada, para desenvolvimento da linguagem. A questão de acesso foca justamente em quanto da GU ainda está disponível, ou pode ser acessada, no processo de AL2.

VAINIKKA; YOUNG-SCHOLTEN, 1994; SCHWARTZ; SPROUSE, 1996; DEKYDTSPOTTER; SPROUSE; ANDERSON, 1997; HERSCHENSOHN, 2000; DEKYDTSPOTTER; SPROUSE; SWANSON, 2001; WHITE, 2003; SLABAKOVA, 2008; SCHWARTZ; SPROUSE, 2013). Neste capítulo, apresentamos um panorama resumido do quadro de pesquisa em aquisição da L2 e suas principais questões e premissas, bem como os possíveis estudos, acompanhando a ideia de que a GU também permanece ativa no processo aquisicional de L2.

A discussão sobre acesso à GU não é trivial. Embora pareça tentador afirmar que a GU só participa do processo da L1, não é o que as evidências dos estudos em L2 mostram.¹⁴ Vários estudos investigam, direta ou indiretamente, o problema lógico da aquisição de linguagem em L2, com base na pobreza de estímulo, que se resume no desenvolvimento natural da linguagem para além do que é oferecido via *input*, este incapaz de fornecer dados suficientes para dar conta de todo o conhecimento linguístico resultante do processo aquisicional, especialmente em contexto instrucional de L2, em que o aprendiz demonstra conhecimento de estruturas complexas da língua-alvo que não foram apresentadas formalmente (DEKYDTSPOTTER; SPROUSE; ANDERSON, 1997, 2001; HERSCHENSOHN, 2000; MARCELINO, 2007, 2014, 2017b; SCHWARTZ; SPROUSE, 1996, 2013; SLABAKOVA, 2008; VAINIKKA; YOUNG-SCHOLTEN, 1994; WHITE, 1989, 1990, 2003). Vale mencionar aqui que a aquisição de L1 apresenta evidências do problema lógico da aquisição tanto na gramática nuclear como na periferia marcada.

A gramática nuclear, de forma bem resumida, representa o complexo, e *completo*, sistema linguístico desenvolvido pelo falante a partir da exposição a dados (orais) caóticos, *incompletos*, desorganizados e aparentemente insuficientes, por meio de evidência positiva. Já a periferia marcada (CHOMSKY, 1981) soma-se, modifica e expande o conhecimento linguístico a partir da gramática nuclear resultando

14 O equívoco sobre o acesso à GU é reforçado pela distinção krasheniana entre aquisição e aprendizagem, de quatro décadas atrás, já discutida brevemente neste capítulo.

na Língua-I do falante. No que tange a periferia marcada, faz sentido acomodar nela o conhecimento trazido pela escolarização, listas e exceções, bem como os dados trazidos pela evidência negativa, que, como mencionado acima, na breve discussão sobre *feedback*, tem papel fundamental na reestruturação dos estados mentais. E é justamente nesse espaço que parece ser possível vislumbrar o problema lógico da aquisição através da escolarização. O aprendiz aplica “ajustes” à sua gramática nuclear, reinterpretando e reestruturando sua gramática diante de dados formais da língua. O resultado, entretanto, não é idêntico e não reflete de maneira autêntica o *input* recebido via escolarização formal¹⁵. Uma parcela do aprendizado fica disponível para o falante da língua aplicar em contextos mais formais e de escrita acadêmica. Essa parcela pode apresentar opcionalidade e variabilidade, assim como ocorre com o conhecimento adquirido em L2 no contexto instrucional, em que se espera uma relação direta entre o ensinado e o aprendido. A ideia de que o conhecimento formal de L1 assemelha-se a uma L2 já foi defendido anteriormente, é coerente com algumas propostas (ROEPER, 1999, 2007), e está presente em alguns trabalhos (KATO, 2005; MARCELINO, 2017a; MAGALHÃES; MARCELINO, 2021).

Até aqui já sabemos que a AL2, do ponto de vista gerativista aposta na capacidade humana para a Faculdade da Linguagem (acesso à GU, conhecimento na ausência de experiência), compreende o papel essencial do *input*, acomoda o conhecimento aprendido, em L1 e L2, reconhece o desenvolvimento da gramática de L2, a interlíngua, como uma língua natural. Ao reconhecer na interlíngua uma língua natural, a teoria pressupõe a existência de estágios do desenvolvimento linguístico da L2, ou seus estados mentais e investiga suas representações e reestruturações. Além disso, oferece a possibilidade de entendermos os famigerados “erros de L2” como parte do desenvolvimento, de forma semelhante aos desvios da gramática do adulto que a criança produz. Em outras palavras, dentro do programa chomskyano de investigação, a AL2 pode nos oferecer mais uma janela para a natureza

15 Conferir Magalhães (2000), Morais e Ribeiro (2005) e Kato e Magalhães (no prelo).

da mente/cérebro humano e no que tange a caixa preta linguística. Veremos na seção seguinte a avenida de pesquisa associada aos estudos em L2.

As possibilidades de estudo

Assumindo que os estudos gerativos focados em L2 nos oferecem muitas possibilidades investigativas em torno da natureza do conhecimento linguístico humano e seu desenvolvimento, discutimos muito brevemente aqui a gama de estudos possíveis nessa perspectiva, sem a intenção de sermos exaustivos.

Aquisição: estudos em aquisição constituíram a inauguração do modelo de PP (CHOMSKY, 1981, 1986) que possibilitou um novo horizonte de estudos em aquisição, tanto em L1 como em L2, logo no início dos anos oitenta. Em termos de L2, as abordagens gerativas nos permitem verificar, através de estudos longitudinais e transversais, os diferentes estágios de desenvolvimento da interlíngua, ou gramática da L2, em diferentes contextos. Os principais são (i) o contexto instrucional de sala de aula e o efeito da instrução e o input organizado na aquisição¹⁶; (ii) a aquisição de L2 através de imersão resultante de viagem longa, mudança de país e imigração^{17 18}.

16 Assim como qualquer investigação em L2, esse contexto, conhecido como ISLA (do inglês, *Instructional Second Language Acquisition*) suscita inúmeras questões sobre o período crítico/sensível e idade de início da aquisição, influência da L1 na L2, origem e explicação do conhecimento não ensinado, efeito de *priming* e outros.

17 O papel do *input* é sempre crucial nas investigações. Neste contexto de imersão, o *input* riquíssimo possibilita endereçar a aquisição e seus processos e diferenciá-lo do contexto instrucional. Uma outra variável observada e investigada é a relação entre o estágio estável de aquisição (*final attainment*) e a idade de chegada no país.

18 O contexto de imigração e imersão traz à baila ainda estudos sobre língua de herança e o falante de língua de herança (*heritage language speakers*). Além das observações da nota 15, há a possibilidade de se verificar e comparar a gramática de falantes de língua de herança com diferentes idades de chegada, bem como o efeito do papel da língua de herança no desenvolvimento linguístico desta língua, a depender do nível de input que o falante tem, se é utilizada só em casa, se há instrução na língua, etc. No Brasil, esse contexto começa a se tornar mais robusto com o recebimento de refugiados.

Aquisição simultânea e aquisição consecutiva: a questão aqui se centra na idade de início da aprendizagem e do tipo de *input* disponível. Em termos gerais, esse tema nos proporciona possíveis estudos (i) no contexto simultâneo de duas línguas faladas em casa, quando um dos pais falam uma língua diferente e a criança desenvolve as duas simultaneamente, em geral, esses estudos podem ser caracterizados como estudos de caso, mas há, como sempre, inúmeras variáveis a serem consideradas¹⁹; (ii) no contexto de aquisição consecutiva, é possível investigar após a aquisição da L1 diferentes estágios estáveis aquisicionais da L2 resultantes de aprendizagem instrucional reforçada por viagens, intercâmbios e outros. Também é possível se investigar aquisição consecutiva como resultado de intercâmbio com imersão. As possibilidades são inúmeras, cada qual com seu conjunto de variáveis.

Aquisição em contexto de educação bilíngue: Este é um ambiente muito presente, e em expansão, atualmente em vários locais do Brasil. As famílias optam por colocarem seus filhos em escolas de educação bilíngue, expondo-os a *input* rico desde muito cedo. Esse contexto é riquíssimo para estudos aquisicionais, desde que se observe muito bem a idade de início e a proposta da escola (se a imersão é total, parcial, quanto tempo por dia). As principais variáveis são inúmeras: qual o modelo de educação bilíngue? A L2 como carga horária aumentada ou como língua de instrução? Qual a língua falada em casa e na família? O aprendiz já chega na escola com uma L2 e a língua da escola será a L3? Qual o papel da L2 no ambiente expandido da escola: é apenas a língua de instrução em sala de aula ou é a língua principal utilizada na escola? A escola tem um planejamento linguístico para seus alunos? Como garante o *input robusto*, contínuo, rico e repetitivo?

19 Este contexto pode ser incrivelmente diverso linguisticamente. Os dois pais também podem falar a mesma língua em casa, ou um pode falar a língua A e o outro a língua B, enquanto a língua do país em que vivem é a língua C. Após alguns anos nesse contexto, a família pode mudar para outro país que fale a língua D, por motivos profissionais dos pais, por exemplo. Daí a importância da descrição detalhada e observância às variáveis presentes.

Estudos comparativos em L2: aqui o pesquisador pode elencar uma estrutura gramatical em especial, como as resultativas, o famigerado *present perfect*, ou os modais e investigar as propriedades e representações da estrutura no inglês, por exemplo, e compará-las com a forma em que são expressas em português, contribuindo com a teoria, propondo análises ou expandindo as existentes. Em um âmbito maior, a depender do estudo, há a possibilidade de se contribuir com a discussão de questões relevantes para a própria teoria linguística. Ao se comparar duas línguas, é possível atribuir a variação a uma diferença paramétrica? Essa diferença paramétrica confirma ou desconfirma a hipótese do *clustering effect* na aquisição? Ou a diferença pode ser tratada em termos de traços e microparâmetros? A discussão aqui é bastante profícua e um olhar para a L2 tem muito a acrescentar à teoria de aquisição, como um todo.

Escolarização como a L2 da L1: Aqui alguns estudos tentam mostrar que o que se chama de ensino de língua materna, na verdade, tem característica de aprendizagem de uma L2. O principal argumento para essa hipótese é que as diferenças verificadas entre a língua materna/nativa²⁰ e a sua modalidade formal são tão gritantes, em maior grau ou menor grau em algumas línguas, que aprendizagem da modalidade formal equivale a aquisição de uma L2 (KATO, 2005; MAGALHÃES; MARCELINO, 2021). Esses são estudos importantíssimos para que se consiga entender por que os estudantes têm tantas dificuldades para aprender a modalidade formal de sua língua nativa. Veja-se, por exemplo, a aprendizagem do português no Brasil.

Conclusão

A proposta deste capítulo foi apresentar um panorama de estudos em L2, a partir da perspectiva da linguística gerativa. O elemento central aqui foi a aquisição pautada no gerativismo. Iniciamos estabe-

20 Para usar um termo técnico do gerativismo.

lecendo a autonomia terminológica característica dos estudos aquisicionais de inspiração Chomskyana, que é comumente embaçada por conceitos já muito bem estabelecidos, mas provenientes de outras áreas como a pedagogia, a pedagogia do ensino de línguas e a linguística aplicada.

A seguir estabelecemos o elemento cognitivo nos estudos gerativistas de L2: o interesse na mente/cérebro do aprendiz e seus diferentes estados mentais, resultantes da interação da faculdade da linguagem com os dados linguísticos presentes no meio. Ressaltamos o papel do *input* e do *feedback* nesse processo, por terem um papel fundamental na estruturação e reestruturação das representações mentais da L2 (estágios desenvolvimentais da interlíngua).

Após caracterizarmos os principais pontos da pauta gerativista para a AL2: a questão do acesso à GU e o problema lógico da aquisição, variação paramétrica, o papel do *input* para a gramática nuclear, a função da escolarização na organização da periferia marcada e representação/ investigação da interlíngua, apresentamos brevemente as possibilidades de estudos dentro da agenda gerativista.

Finalizamos o capítulo retomando o ponto, e a discussão da introdução, que tanto interfere nos estudos de L2: as questões de ensino. A teoria gerativa, em especial, voltada para estudos de L2 não tem a presunção de oferecer uma aplicação ou utilidade social, uma vez que algumas áreas do saber se dedicam especificamente a isso. Entretanto, os estudos sobre AL2 podem trazer luz à várias questões de cunho pedagógico, a saber como a linguagem se desenvolve e como a mente aprende determinadas estruturas, como as reestrutura, qual o papel do *feedback* e do *input* nesse processo. Dessa forma, se associada a uma perspectiva, da neurociência, de como o cérebro aprende, através de estudos baseados em evidência, as contribuições dos estudos aquisicionais gerativistas podem, sim, informar melhor a pedagogia sobre aspectos de aprendizagem. Essa tem sido exatamente a tônica do ge-

rativismo em L2: não podemos observar e monitorar o cérebro desenvolvendo as estruturas linguísticas, mas podemos nos valer dos dados de produção, em seus diferentes estados mentais, como janelas de entendimento do que se passa na caixa preta.

Referências

CHOMSKY, N. **Aspects of theory of syntax**. Cambridge: MIT Press, 1965.

CHOMSKY, N. **Knowledge of language: its nature, origin and use**. New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, N. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

DEKYDTSPOTTER, L.; SPROUSE, R. A.; ANDERSON, B. The interpretive interface in L2 acquisition: The process-result distinction in English-French interlanguage grammars. **Language acquisition**, v. 6, p. 297-332, 1997.

DEDYDTSPOTTER, L.; SPROUSE, R. A.; SWANSON, K. Reflexes of mental architecture in second-language acquisition: The interpretation of discontinuous *combien* extractions in English-French interlanguage. **Language Acquisition**, v. 9, p. 175-227, 2001.

DOUGHTY, C. J.; LONG, M. H. The Scope of Inquiry and Goals of SLA. In: DOUGHTY, C. J.; LONG, M. H. (orgs.). **The handbook of second language acquisition**. Massachusetts: Blackwell, 2003. p. 3-16.

HERSCHENSOHN, J. **The second time around: minimalism and L2 acquisition**. Language acquisition and language disorders 21. Philadelphia: John Benjamins, 2000.

KATO, M.A. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. S.; KOLLER, E.; LEMOS, A. S. (org.). **Ciências da linguagem: 30 anos de investigação e ensino**. Braga: CEHUM (Universidade do Minho), 2005. p.131-145.

KATO, M. A.; MAGALHÃES, T. **A Variação Sintática entre Sujeito Referencial Nulo e Expresso na Escrita Atual do Português Brasileiro (PB) e do Português Europeu (PE)** (no prelo).

KRASHEN, S. D. **Second language acquisition and second language learning**. Oxford: Pergamon, 1981.

KRASHEN, S. D. **Principles and Practice in Second Language Acquisition (Language Teaching Methodology Series)**. Nova York: Alemanha Pr., 1982.

KRASHEN, S. D. **The Input Hypothesis: Issues and implications**. Torrance, CA: Laredo Publishing Company Inc, 1985.

LARSEN-FREEMAN, D. **Techniques and Principles in Language Teaching**. 2. ed. Nova York: Oxford University Press, 2000.

LEWIS, M. **The Lexical Approach**. Nova York: LTP, 1993.

LONG, M. H. **Problems in SLA**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2007.

MAGALHÃES, T.; MARCELINO, M. Contribuições das pesquisas em aquisição para o ensino de clíticos do português. *In*: RECH, N. F.; GUESSER, S. (org.). **Morfologia, sintaxe e semântica na educação básica**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2021. p. 93-13.

MAGALHÃES, T. M. V. **Aprendendo o sujeito nulo na escola**. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

MARCELINO, M. **O parâmetro de composição e a aquisição/aprendizagem de L2**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MARCELINO, M. Resultativas em português brasileiro. **Veredas online – Sintaxe das Línguas Brasileiras**, v. 18, n. 1, p. 121-137, 2014. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2014/07/07-Marcellino.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2023.

MARCELINO, M. Aquisição de segunda língua e bilinguismo. **Revista intercâmbio**, v. XXXVII, p. 38, 2017a.

MARCELINO, M. The compounding parameter and L2 acquisition. *In*: BELLAMY, K.; CHILD, M.; GONZÁLEZ, P.; MUNTENDAM, A.; COUTO, M. C. P. (org.). **Multidisciplinary approaches to bilingualism in the hispanic and lusophone world**. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 2017b. p. 123-147.

MARCELINO, M.; WEISSHEIMER, J. Como promover a oralidade em aula de L2 na Educação Bilíngue. *In*: MEGALE, A. (org.). **Educação Bilingue: Como Fazer?** 1. ed. São Paulo: Fundação Santillana & Richmond, 2021. p. 29-44.

MEISEL, J. **First and Second Language Acquisition**. Londres: Cambridge University Press, 2011.

MORAIS, M. A. T.; RIBEIRO, I. Contraste da sintaxe dos clíticos no português europeu e português brasileiro. **Linha D'Água**, n. 17, p. 19-47, 2005.

ROEPER, T. Universal bilingualism. **Bilingualism: language and cognition**, v. 2, p. 169-186, 1999.

ROEPER, T. **The prism of grammar** – how child language illuminates humanism. Mass: MIT, 2007.

SCHMIDT, R. Consciousness and foreign language learning: A tutorial on the role of attention and awareness. *In*: SCHMIDT, R. (ed.). **Attention and awareness in foreign language teaching and learning (Technical Report No. 9)**. Honolulu: University of Hawai'i at Manoa, 1995. p. 1-64.

SCHMIDT, R. Attention. *In*: ROBINSON, P. (ed.). **Cognition and Second Language Instruction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 3-32.

SCHWARTZ, B. D.; SPROUSE, R. A. L2 Cognitive states and the full transfer/full access model. **Second Language Research**, v. 12, p. 40-72, 1996.

SCHWARTZ, B. D.; SPROUSE, R. A. Generative approaches and the poverty of the stimulus. *In*: HERSCHENSOHN, J.; YOUNG-SCHOLTEN, M. (eds.). **The Cambridge Handbook of Second Language Acquisition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 137-158.

SLABAKOVA, R. **Meaning in the second language**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008.

SLABAKOVA, R. **Second language acquisition**. Oxford: Oxford Core Linguistics, 2016.

WHITE, L. **Universal grammar and second language acquisition**. Amsterdã: John Benjamins, 1989.

WHITE, L. Second language acquisition and Universal Grammar. **Studies in second language acquisition**, v. 12, p. 121-133, 1990.

WHITE, L. **Second language acquisition and Universal Grammar**. Cambridge: CUP, 2003.

VAINIKKA, A.; YOUNG-SCHOLTEN, M. Direct access to X-bar theory: Evidence from Korean and Turkish adults learning German. *In*: HOEKSTRA, T.; SCHWARTZ, B. D. (eds.). **Language Acquisition Studies in Generative Grammar: Papers in Honor of Kenneth Wexler from the 1991 GLOW Workshops**. Amsterdã: John Benjamins, 1994. p. 265-316.

Estratégias de retomadas anafóricas: uma análise em produções escritas de brasileiros aprendizes de espanhol como L2

Lucas Henrique Ferreira

Universidade Federal de Alagoas

| Introdução

Diversas pesquisas, como Tarallo (1991), Ramos (1999) e Magalhães (2006) têm mostrado que a realização dos clíticos de terceira pessoa em português brasileiro (PB) é um fenômeno que está em processo de mudança linguística, diferentemente das concordâncias (verbal e nominal), por exemplo, que se inserem nos fenômenos que sofrem variação e, por conseguinte, são mais fáceis de serem recuperados com a intervenção da escola.

Devido à mudança linguística, o clítico de terceira pessoa já não faria parte da gramática adquirida naturalmente no PB contemporâneo, uma vez que não aparece na fala de crianças adquirindo essa língua, como mostra Magalhães (2006), que estudou, em sua tese de doutorado, a realização do fenômeno por crianças em fase de aquisição. Já no espanhol, os clíticos são adquiridos naturalmente pelos falantes dessa língua.

A fim de uma melhor visualização do fenômeno a ser estudado, seguem as formas de realização contrastando o PB e o espanhol de acordo com o apresentado em Simões (2013, p. 18).

- (1) – ¿Compraste las flores?
– Sí, *Ø/las compré.
- (2) – Você comprou flores / as flores?
– Comprei Ø.

No exemplo (1), no espanhol, pode-se verificar que o apagamento da posição de objeto é agramatical. Em contrapartida, no exemplo (2), dado do PB, esse apagamento é gramatical, visto que é uma possibilidade bastante frequente pelos falantes nativos.

Assim, esta pesquisa, ancorada nos pressupostos teóricos do gerativismo, tem como objetivo analisar quais são as estratégias de retomadas anafóricas dos falantes nativos do PB que aprendem espanhol por instrução formal, com o intuito de (1) observar se esses aprendizes de espanhol utilizam clíticos desde as primeiras produções escritas; (2) verificar se os informantes levam estruturas de sua língua materna (PB) em relação ao uso dos clíticos de terceira pessoa para as suas produções em espanhol e, caso sejam verificados clíticos, (3) investigar a partir de qual nível estes começam a aparecer e em quais estruturas.

É importante salientar que, conforme Marcelino (2017), há três tipos de bilinguismo. São eles: simultâneo, consecutivo e tardio. Dessa maneira, os informantes deste estudo estão inseridos no grupo de bilíngues tardios, uma vez que já possuem uma L1 formatada e estão em processo de aquisição de uma L2 com um período de tempo distante – aproximadamente 20 anos – entre a configuração de sua L1.

Colocadas as observações acima, a hipótese desta pesquisa é que os aprendizes de espanhol, possivelmente, levarão para suas produções escritas propriedades de sua língua materna.

O presente trabalho, apresenta seis seções. A primeira é esta introdução e, a segunda explora o arcabouço teórico do estudo. Em seguida, na terceira seção, encontram-se algumas pesquisas já realizadas no que tange ao fenômeno estudado. Logo após, na quarta seção, mostra-se a metodologia usada para a realização da pesquisa e, em seguida, na quinta seção, é apresentada a análise e a discussão dos resultados obtidos. Finalmente, na última seção, estão as considerações finais da proposta de estudo aqui presente.

O ponto de partida

Objetivando fornecer subsídios teóricos para a compreensão desta investigação, faz-se necessário apresentar um breve recorte dos aspectos teóricos que nortearam a pesquisa.

Este estudo está embasado na Teoria Gerativa, de Chomsky (1986), a qual surge como uma resposta aos pressupostos apresentados pelo behaviorista B. F. Skinner. Para esse psicólogo comportamentalista, a aquisição de uma língua se dá através de estímulo e resposta, imitação e reforço. No entanto, tal teoria desconsidera a capacidade criativa do falante, uma vez que há inúmeros contextos comunicativos aos quais as crianças, no período de aquisição, estão inseridas e, ainda assim, conseguem comunicar-se e, em alguns momentos, produzem sentenças jamais ouvidas pelos adultos em seu entorno, como “eu sabo”, “eu fez”¹, por exemplo. Assim, torna-se inviável supor que seja uma simples imitação.

Chomsky (1986) propõe que a aquisição de uma língua é geneticamente determinada, isto é, basta o falante estar inserido em um ambiente linguístico e não apresentar certas patologias que irá adquirir naturalmente uma língua.

1 Para uma discussão mais aprofundada, ver Grolla e Figueiredo Silva (2014).

A gramática generativa de uma língua particular é uma teoria que diz respeito à forma e ao significado de expressões dessa língua. Podem imaginar-se muitos modos diferentes de abordar tais questões, podem ser adotados muitos pontos de vista ao tratá-las. A gramática generativa limita-se a considerar certos elementos desta problemática. O seu ponto de referência é o da psicologia individual. Diz respeito aos aspectos de forma e do significado que são determinados pela <<faculdade da linguagem>>, que deve ser entendida como uma componente particular da mente humana. (CHOMSKY, 1986 [1994], p. 22).

Para explicar como se dá o processo de aquisição, Chomsky (1986) propõe que a Gramática Universal (GU) é composta por Princípios e por Parâmetros. Os Princípios são rígidos, invariáveis e compartilhados em todas as línguas, por exemplo: toda língua tem sujeito, ainda que este não seja fonologicamente realizado. Ao passo que os Parâmetros são as propriedades que podem variar de uma língua para outra, por exemplo: algumas línguas preenchem, obrigatoriamente, a posição de sujeito, já outras podem preenchê-la ou não.

Trazendo tal reflexão para o presente trabalho, pode-se dizer que o PB é uma língua [+ objeto nulo], ao passo que o espanhol é uma língua [- objeto nulo], pois, como mencionado anteriormente, os estímulos do PB contemporâneo não dispõem de clíticos no processo de aquisição.

A GU, para dar à luz uma língua-I, deve receber estímulos de uma língua ambiente. Por língua ambiente você deve entender uma língua-E, isto é, qualquer uma dentre as mais de 6 mil línguas existentes hoje em dia ou, ainda, as centenas de línguas de sinais espalhadas pelo planeta. É sob a estimulação de uma língua-E que a GU será capaz de filtrar os dados da experiência de um

indivíduo particular de modo a gerar conhecimento linguístico em sua mente (KENEDY, 2013, p. 96).

Finalmente, como o artigo trata de aquisição de uma L2, ou seja, um contexto de bilinguismo, torna-se razoável comentar acerca desse aspecto teórico também.

Conforme Marcelino (2017), um falante bilíngue pode ser inserido em um dos três contextos possíveis de bilinguismo, sendo eles: simultâneo, sequencial (consecutivo) ou tardio. No primeiro caso, a criança recebe estímulos das duas (ou mais) línguas, concomitantemente, em seu meio linguístico; no segundo caso, o falante já adquiriu uma língua e, após a formatação de sua primeira gramática, adquire uma gramática de L2, ainda na fase de desenvolvimento linguístico; já no terceiro caso, semelhantemente ao segundo, o indivíduo adquire uma L2 em sua fase adulta, isto é, com um período de tempo maior em relação à configuração de sua L1 e com o conhecimento advindo da escolarização.

É interessante destacar que não há obrigatoriedade de instrução formal (escolarização) para se tornar um falante bilíngue, em especial nos contextos 1 e 2 destacados acima, em que a aquisição pode ocorrer de forma mais natural. O que, de fato, torna-se fundamental é o tempo de exposição à língua-alvo e a robustez do *input*, esse último, inclusive, vem sendo constantemente relatado em estudos de aquisição de L2 (SLABAKOVA, 2016; MARCELINO, 2018). Normalmente, no segundo e no terceiro caso de bilinguismo, existe uma interferência da escola, entretanto, esta nem sempre alcança seus objetivos por diversas questões (algumas delas extralinguísticas, como o estímulo pessoal do indivíduo).

Estratégias de retomadas anafóricas

Não é necessário realizar uma análise muito criteriosa para verificar que o PB dispõe de mais estratégias de retomadas que o espanhol. A seguir, vê-se alguns exemplos:

Dados do PB

- (3) **O carro** está muito sujo, vou aproveitar o feriado para lavá-**lo**.
- (4) **O carro** está muito sujo, vou aproveitar o feriado para lavar**Ø**.
- (5) **O carro** está muito sujo, vou aproveitar o feriado para lavar **ele**.
- (6) **O carro** está muito sujo, vou aproveitar o feriado para lavar **o carro**.

Dado do espanhol

- (7) **El coche** está muy sucio, voy a aprovechar el feriado para lavarlo.

(Exemplos autorais).

As sentenças do PB estão previstas em Galves (2001), isto é, para além do preenchimento da posição de objeto com o uso do clítico acusativo, no PB, também é possível marcar tal posição a partir de um objeto nulo (exemplo 4), um pronome tônico (exemplo 5) e a repetição do DP (exemplo 6). Contudo, no espanhol, o comum é manter a retomada através de um clítico.

Vale destacar que Tarallo (1991, p. 56) explica que “a reorganização do sistema pronominal teve como consequências mais importantes a implementação de objetos nulos no sistema brasileiro de um lado, e sujeitos lexicais mais frequentes de outro.”. Entretanto, o desuso dos clíticos de terceira pessoa no PB não se deu de forma instantânea, há diversos estudos diacrônicos que objetivam verificar em qual período as mudanças começaram a ocorrer.

Complementando o que foi posto pelo pesquisador acima, Cyrino (2003) buscou realizar um estudo com o objetivo de discutir a queda

dos clíticos de terceira pessoa. A autora apontou que a ausência do uso desses pronomes não se deu “de uma hora para outra”. Os primeiros dados de variação são observados já no século XVIII.

Santos (2011), em sua dissertação de mestrado, buscou apresentar como se dava, contrastivamente, o comportamento dos clíticos no PB e no espanhol. Para tanto, a pesquisadora coletou textos na modalidade escrita de ambas as línguas. No que tange às produções em L1, estas foram cedidas por alunos de Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio, já os escritos em espanhol foram recolhidos de alunos de cursos de idiomas, com faixas etárias semelhantes e que se encontravam nos níveis B1 e B2, segundo o Marco Comum Europeu.

Cabe salientar que foram 100 produções escritas de cada língua, sendo 20 para cada nível do Ensino Fundamental 2 e 20 da junção entre os três níveis do Ensino Médio (dados de L1). Ao passo que, em espanhol, foram 60 textos de nível B1 e 40 de nível B2.

Acerca do verificado nos escritos em L1, constatou-se uma enorme frequência do uso do sintagma nominal e do objeto nulo. É interessante destacar que os clíticos não foram realizados nos dados do sexto ano, em contrapartida, no Ensino Médio, notou-se uma frequência maior, se comparada aos níveis anteriores.

Com relação ao observado nas produções em espanhol, os dados mostraram que há um grande reflexo da gramática nativa do PB na produção do espanhol, uma vez que se computaram apenas 24% de realizações de sentenças com o preenchimento da posição de objeto com o clítico. As ocorrências mais constatadas foram as que apresentavam objeto nulo, tais quais as exemplificadas a seguir:

- (8) Uma pessoa foi passando e viu **uma criança**, no lixão... ela tava toda melada de lixo e logo quando ela pegoØ foi dando banho.
- (9) Entonces, después que mis padres fueron al trabajo y mis hermanos fueron a la escuela, llegó un tío, mío, hermano de mi

padre, y Ø preguntó se él estaba en casa. Yo abrí la ventana y Ø respondí que no. Él Ø preguntó por mi mamá, Ø respondí que tampoco estaba.

Magalhães (2006), em sua tese de doutorado, fez um estudo contrastivo acerca da realização ou não do objeto direto anafórico de terceira pessoa entre o PB e o PE. Para tanto, a pesquisadora necessitou de 4 informante (duas crianças brasileiras e duas portuguesas).

O objetivo do trabalho foi analisar o preenchimento ou não da posição de objeto nas produções de língua falada das crianças brasileiras e portuguesas.

Com relação aos dados em que se observou o preenchimento da posição de objeto, este foi mais recorrente nas produções espontâneas das crianças portuguesas, corroborando com a hipótese de que o PB seja [+objeto nulo] ao passo que o PE é [-objeto nulo]. Sendo assim, nota-se que o PE se aproxima mais do espanhol do que do PB.

Já no que tange a não realização do clítico, a autora verificou que as crianças brasileiras foram as que deram maior preferência, entretanto as portuguesas, ainda que em casos restritos, também fizeram uso dessa categoria vazia. Porém, cabe salientar que, no PE, a categoria vazia concorre com o uso de clíticos acusativos, ao passo que, no PB, o uso do pronome tônico *ele* concorre diretamente com a variante objeto nulo.

Por fim, Magalhães (2006) concluiu que o PB tem menos restrições quanto ao uso do objeto nulo, diferente do PE. Sendo assim, o objeto nulo no português falado no Brasil é mais livre em comparação ao PE.

Bezerra Jr (2016), realizou uma pesquisa na qual buscou investigar como se davam os clíticos de terceira pessoa em dados de produções escritas de crianças e jovens com faixas etárias compreendidas entre 10 e 14 anos da cidade de Maceió-AL.

O *corpus* foi composto por 42 textos e os resultados obtidos foram: das 21 ocorrências de objeto direto anafórico, apenas 5 foram de objeto nulo, o que corresponde 24% do total de ocorrências. Isto é, 66% foram de objeto preenchido, o que corresponde a 16 ocorrências de preenchimento da posição de objeto direto anafórico. A seguir, vê-se alguns exemplos (cf. BEZERRA JR, 2016, p. 6):

- (10) Fomos a uma livraria, mas não achamos **o livro** que queríamos. Enfim, desistimos de comprá-**lo**.
- (11) Eram **três amigas**, meu tio deixou eu convidar **elas**.
- (12) Nós tomamos o café e já íamos começar a se trocar quando **o telefone** tocou. Engraçado que logo o meu pai que atendeu **o telefone**.
- (13) De repente, eu vi alguma coisa na parte de trás de sua calça jeans. **Uma pistola!** Cutuquei Nathália e ela também **Ø** viu.

Analisando os dados acima, pode-se perceber que as estratégias de retomadas anafóricas no PB ainda continuam semelhantes às previstas por Galves (2001). Isso explica o fato de haver poucos dados com clíticos em textos de espanhol como L2, ocorrendo, assim, transferências da L1 para escritos em espanhol – língua que dispõe de mais estratégias com clíticos.

Metodologia

Este estudo de cunho quantitativo e qualitativo foi realizado conforme os pressupostos teóricos da Teoria Gerativa. Para tanto, foram coletadas produções escritas de aprendizes de espanhol como L2 do projeto de extensão Casas de Cultura no *Campus*² da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas.

2 Este projeto, com duração de três anos, tem como objetivo oferecer cursos de línguas (Português, Inglês, Espanhol, Francês e Libras) para os alunos de qualquer graduação, inclusive de Letras, da Universidade Federal de Alagoas e alunos da rede pública de ensino devidamente matriculados e frequentadores das aulas.

Os textos analisados contemplaram os níveis de ensino compreendidos entre o A1 e o B2, de acordo com o Quadro Comum Europeu, equivalendo aos grupos de Básicos 1, 2 e 3 e Intermediários 1, 2 e 3. Vale ressaltar que a quantidade de produções escritas foi a mesma, a fim de evitar diferenças nos resultados.

Assim, foram obtidos 100 textos no total, mas como a quantidade de alunos por nível não era a mesma, então foi selecionado um número igual de produções para não enviesar os resultados e discussões e, possivelmente, chegar a conclusões distorcidas. Desse modo, foram escolhidas as produções que apresentavam maior quantidade de linhas escritas. Finalmente, esta pesquisa dispõe de 90 produções escritas, 15 de cada nível de ensino acima citado.

Acerca das produções textuais, estas foram de caráter narrativo. No entanto, houve uma estratégia eliciada que consistiu em solicitar que os informantes escrevessem uma história na qual tivesse acontecido algo divertido ou constrangedor com uma terceira pessoa. Dessa maneira, os alunos provavelmente necessitariam de realizar estratégias anafóricas em seus escritos.

Cabe salientar que os informantes não puderam consultar livros, dicionários, anotações, colegas ou até mesmo o professor. Tal proposta objetivava garantir que os textos fossem escritos com o mínimo de interferências possível, mostrando, portanto, o conhecimento linguístico que o falante não nativo da língua possui. Ademais, tiveram uma hora para escrever suas produções.

Após a fase de coleta de dados, foi iniciada a análise e a discussão das produções textuais, as quais foram divididas em cinco categorias, são elas: (1) textos sem a presença de clíticos de terceira pessoa; (2) dados em que o clítico de terceira pessoa na posição acusativa e dativa não foi realizado – objeto nulo; (3) dados em que a posição do clítico foi preenchida por um pronome tônico ou pela repetição de um DP; (4) dados em que o clítico foi realizado com traços do português e (5) da-

dos em que há, efetivamente, a realização do clítico de terceira pessoa em espanhol. Tal divisão foi baseada e adaptada (cf. SANTOS, 2011).

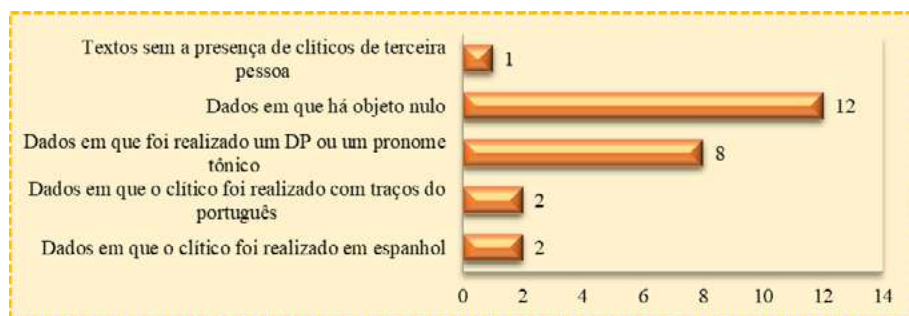
Por fim, para a análise dos dados, o trabalho contou com o auxílio de dois falantes nativos da língua espanhola de países diferente (um de Lima, Peru, e outro de Guadalajara, México) para julgarem a gramaticalidade ou agramaticalidade dos dados obtidos.

Resultados e discussões

Nesta seção, será discutido o que foi obtido durante a análise das produções escritas dos aprendizes de espanhol, buscando (1) observar se esses aprendizes utilizam clíticos desde as primeiras produções escritas; (2) verificar se levam estruturas de sua L1 (PB) em relação ao uso dos clíticos de terceira pessoa para as suas produções em espanhol e, caso sejam observados clíticos, (3) investigar a partir de qual nível estes começam a aparecer e em quais estruturas.

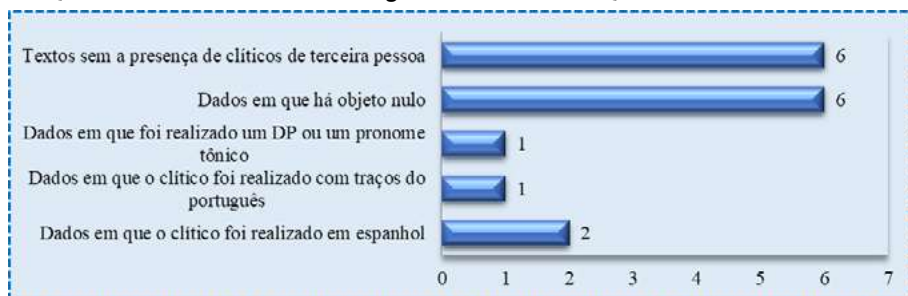
Para iniciar a análise, encontram-se, primeiramente, os gráficos, dados e discussões acerca das turmas de nível básico e, posteriormente, as de nível intermediário.

Gráfico 1: Levantamento das estratégias de retomadas anafóricas dos textos do Básico 1



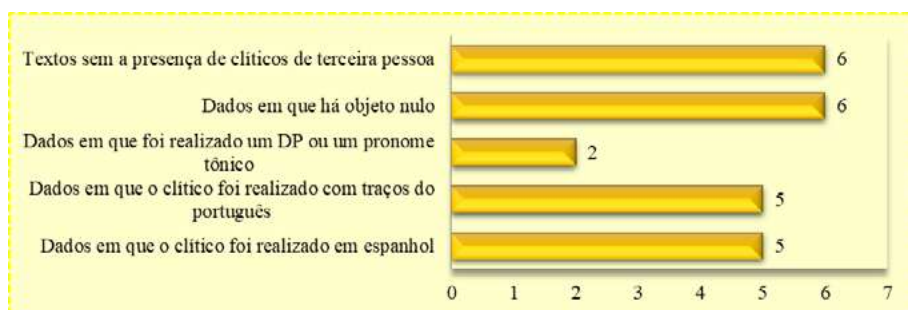
Fonte: Ferreira (2022).

Gráfico 2: Levantamento das estratégias de retomadas anafóricas dos textos do Básico 2



Fonte: Ferreira (2022).

Gráfico 3: Levantamento das estratégias de retomadas anafóricas dos textos do Básico 3



Fonte: Ferreira (2022).

Ao observar os três gráficos, percebe-se que os índices com maiores quantidades de realização são os dados com objeto nulo. Muito provavelmente, isso se dê pelo fato da não disposição, já no momento de aquisição de nossa gramática, dos clíticos de terceira pessoa, como mostra Magalhães (2006), necessitando, por conseguinte, da intervenção da escola. Contudo, é importante ressaltar que o tempo em contato com o fenômeno é de fundamental importância e os informantes dos gráficos anteriores só tiveram, no máximo, um ano e meio de exposição. Reiterando, Marcelino (2018) aponta que a robustez e o tempo de exposição ao *input* são imprescindíveis para a aquisição de certos constituintes da língua, sobretudo uma L2.

A seguir, há alguns dos dados produzidos por esses informantes:

- (14) [...] **él** estaba com sú noivo también y no final ficou “bêbado”. Tiveram que cuidar dél, dar Ø “baño” y por Ø para niñar. (BÁSICO 1) – **Objeto nulo**.
- (15) [...] **un niño** se aproximou y pediu unas moedas para que pudesse comprar su refeicon. My amiga deu a **el niño** algunas poucas moedas que havia em su coche, el niño ao se dar cuenta de que havia ganho pouco devolveu **las moedas** y disse [...]. (BÁSICO 1) – **Realização de DP**.
- (16) Todos acabamos de suspensión, incluso yo, que estaba solito a mirar **ellos**. (Referente: **mis amigos**) (BÁSICO 2) – **Realização de pronome tônico**.
- (17) [...] ellos “pensaram” que era **ella** y luego **a** preguntaram se [...]. (BÁSICO 2) – **Clítico realizado com traços do português**.
- (18) **Ella** es casada, pero pasó un tiempo separada de su marido porque él **la** ha traído [...]. (BÁSICO 3) – **Clítico realizado em espanhol**.

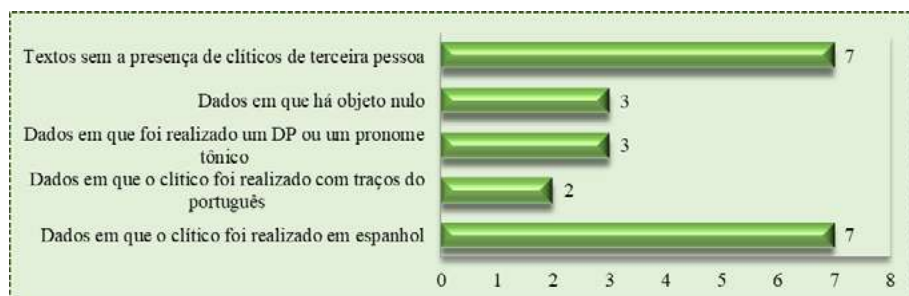
Esmiuçando o dado apresentado em (15), o informante deu preferência em repetir todos os DPs já mencionados, característica muito particular do PB, como mostra Galves (2001), entretanto uma outra estratégia que poderia ter sido utilizada e, através dela, uma proximidade maior com espanhol seria: “Un niño se acercó y le pidió unas monedas para que pudiera comprar su refeción. Mi amiga le dió algunas pocas monedas que había en su coche. El niño al darse cuenta que había ganado poco, *se las devolvió* [...]” – substituição do objeto direto e indireto concomitantemente. Porém, tal estratégia se distancia muito das propriedades usadas atualmente no PB, demandando, assim, mais tempo de exposição à língua.

Ademais, vale destacar o dado (17) mostra que o aprendiz sabe que naquela posição há um clítico, realiza-o, mas em português, uma vez que, naquele contexto, o adequado seria “la preguntaron”.

Diante dos dados acima expostos é notável que os alunos dos níveis mais elementares de ensino ainda possuem muitas dificuldades com relação ao domínio gramatical da língua e, com isso, trazem mais estruturas características de sua L1.

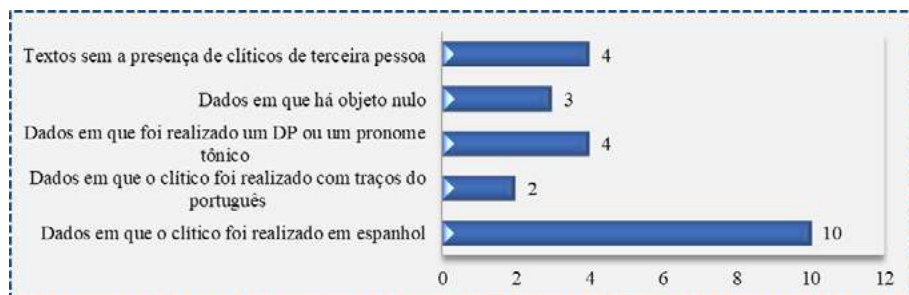
A partir de então, o foco será dado para o verificado nas turmas de nível intermediário. Observa-se o seguinte:

Gráfico 4: Levantamento das estratégias de retomadas anafóricas dos textos do Intermediário 1



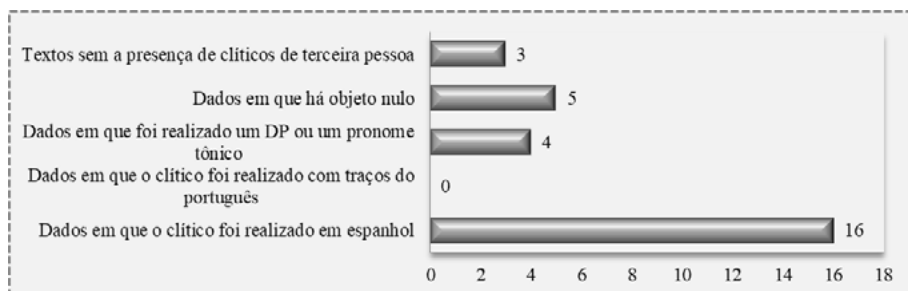
Fonte: Ferreira (2022).

Gráfico 5: Levantamento das estratégias de retomadas anafóricas dos textos do Intermediário 2



Fonte: Ferreira (2022).

Gráfico 6: Levantamento das estratégias de retomadas anafóricas dos textos do Intermediário 3



Fonte: Ferreira (2022).

O interessante dos gráficos dos níveis intermediários é que, ao contrário do observado nas turmas de básico, a maior frequência de ocorrências foi a de realização de clíticos em espanhol. Tal constatação nos permite confirmar que fenômenos que estão em processo de mudança linguística na L1 do aprendiz, ao se fazerem necessários na aquisição de uma L2, exigem uma maior exposição aos dados na instrução formal (cf. SLABAKOVA, 2016).

A seguir, alguns dados:

- (19) [...] una amiga, totalmente borracha, se acercó de **una de mis amigas**, Ø agarró [...]. (INTERMEDIÁRIO 1) – **Objeto nulo**.
- (20) [...] **un carnero** corría atrás de ello, él pasó a correr en vuelta de un “coqueiro” y así cansó **el canero** [...]. (INTERMEDIÁRIO 1) – **Realização de DP**.
- (21) [...] como una vez que tu madre, pegó **él** y otra chica [...] (Referente: **un amigo**) (INTERMEDIÁRIO 3) – **Realização de pronome tônico**.
- (22) [...] solamente para deja-**lo** (Referente: **un amigo**) (INTERMEDIÁRIO 1)–**Clítico realizado com traços do português**.

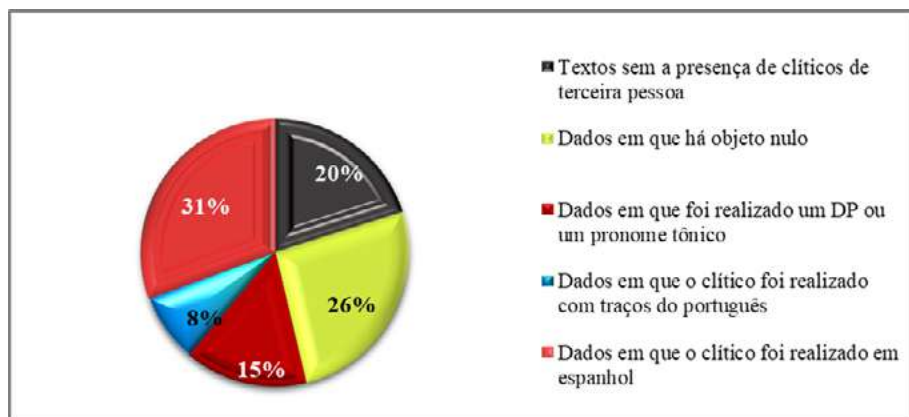
- (23) **Una persona** que estaba en la silla de atrás **la** preguntó si sentía algo o si necesitaba de medicinas o alguna cosa. **Ella le** dijo que [...]. Después de muchos minutos pasados, un frenetista del posto de combustíveis he traído un poco de papel y **la** ofreció, haciendola reír mucho [...]. (INTERMEDIÁRIO 3)
– **Clítico realizado em espanhol.**³

No que tange às sentenças, é válido destacar a (22), pois nota-se uma influência muito marcante do PB. Em espanhol, não se utiliza hífen para unir o clítico ao verbo, a estratégia usada é colocar o verbo no infinito, sendo, então, “dejarla”. Todavia, em português, no contexto da referida frase, a formação da palavra precisa ser estruturada com o auxílio de um hífen. Dessa forma, vê-se um conhecimento de colocação e realização pronominal por parte do informante, porém ainda com marcas de sua L1.

Finalmente, outro dado curioso que merece uma análise mais detalhada é o exemplo (23), o qual mostra todas as estratégias de retomada sendo feitas a partir de um clítico em espanhol e em posição adequada. Destaca-se que a sentença é oriunda de um informante do último nível (isto é, com, no mínimo, três anos de contato com a língua), mostrando, novamente, a importância do tempo de exposição à L2.

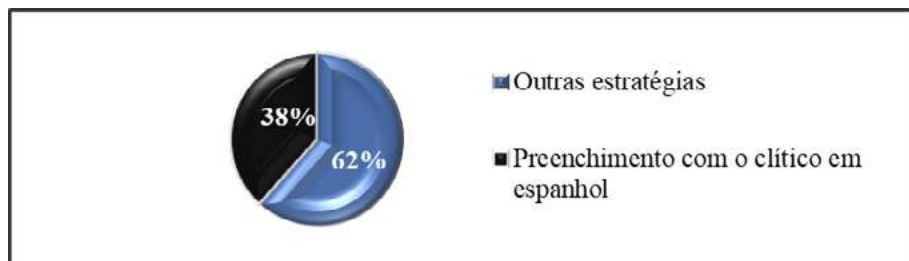
Finalizados os comentários acerca do que foi observado nas turmas analisadas, vê-se, agora, quais foram as estratégias de realização ou não dos clíticos de terceira pessoa. Para tanto, encontra-se uma média das três turmas, com o intuito de uma melhor visualização.

3 Em (23) o verbo *ofrecer*, possui uma estrutura argumental que necessita de um argumento externo e dois argumentos internos. Com isso, como um dos argumentos internos era direto (*un papel*) e outro só poderia ser indireto, assim, deveria haver a substituição do clítico *la* pelo clítico *le*. Tal substituição recebe o nome de “laísmo”, “leísmo” ou “loísmo” já prevista pela Real Academia Española, por essa razão a sentença foi validada.

Gráfico 7: Levantamento das estratégias de realização do objeto

Fonte: o autor.

De acordo com o gráfico, pode-se perceber que a estratégia mais utilizada foi a que apresentava o preenchimento, em espanhol, da posição do objeto, diferentemente do encontrado em Bezerra Jr. (2016), por exemplo. Todavia, é interessante salientar que isso não sugere que os informantes realizaram efetivamente mais sentenças com clíticos, visto que fazendo uma média comparativa entre as realizações através de clíticos e as outras estratégias (apagamento, repetição de DPs, entre outras), verifica-se que os resultados serão diferentes.

Gráfico 8: Comparativo das estratégias de realização do objeto

Fonte: o autor.

Colocadas as observações acima, nota-se que a média das outras estratégias em comparação com o uso do clítico em espanhol foi superior, mostrando, portanto, a influência da L1 nos escritos em L2.

Conclusão

Os resultados mostraram que os aprendizes de espanhol realizaram clíticos desde as primeiras produções escritas, mas numa frequência muito baixa. Notou-se, também, que essa realização seguiu um certo grau crescente, ou seja, quanto mais tempo de exposição à língua, mais clíticos, confirmando as constatações de Marcelino (2018) e Slabakova (2016).

Ademais, foi notório perceber que os informantes levaram para seus textos muitos traços do português brasileiro, sendo interessante destacar que, acerca dos dados em que a realização do clítico apresentou características da gramática da L1, muito provavelmente um falante nativo do espanhol e monolíngue teria dificuldade de compreender as sentenças produzidas, uma vez que, embora os itens gramaticais usados, em alguns casos, façam parte do sistema da sua língua, as funções não são semelhantes às do português.

Diante do que foi exposto acima, a hipótese levantada no início do trabalho, a qual propõe que os aprendizes de espanhol, possivelmente, levariam para suas produções escritas propriedades de sua L1, foi confirmada. Um exemplo disso é o último gráfico exposto na seção de resultados e discussões, no qual se verificou que a porcentagem dos usos dos clíticos de terceira pessoa, foi inferior à soma das outras estratégias utilizadas.

Tais resultados mostraram que o processo de aquisição de uma L2, ainda que de um fenômeno em mudança linguística na L1, pode ser adquirido e utilizado na modalidade escrita da língua. Não obstante, essa conclusão dá margem a pesquisas futuras, a fim de contrastar

com os resultados desta, como se dá o processo de aquisição desses clíticos de terceira pessoa na modalidade oral da língua.

Referências

BEZERRA JR., Juarez B. **A realização do objeto direto anafórico em produções espontâneas de crianças de 7 a 12 anos**. 2016. Relatório final (PIBIC 2015/2016) – UFAL, Maceió-AL, 2016.

CHOMSKY, N. Knowledge of language: its nature, origin and use. New York: Praeger, 1986. [tradução portuguesa: Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves. O caminho da linguagem: sua natureza, origem e uso. Lisboa: Caminho 1994.]

CYRINO, S. M. L. Para a história do Português Brasileiro: a presença do objeto nulo e a ausência dos clíticos. **Letras De Hoje**, v. 38, n. 1, 2003.

FANJUL, A. P.; GONZÁLEZ, N. M. **Espanhol e português brasileiro: estudos compartivos**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

GALVES, M. C. C. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2001.

GROLLA, E.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. **Para conhecer Aquisição da Linguagem**. São Paulo: Contexto, 2014.

KENEDY, E. **Curso básico de linguística gerativa**. São Paulo: Contexto, 2013.

MAGALHÃES, T. M. V. **O Sistema Pronominal Sujeito e Objeto na Aquisição do Português Europeu e do Português Brasileiro**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

MARCELINO, M. Aquisição de segunda língua e bilinguismo. **Revista Intercâmbio**, v. XXXV, p. 38-67, 2017.

MARCELINO, M. Considerations on the role of input in l2 acquisition: elt and bilingual contexts. **Revista Intercâmbio**, v. XXXVII, p. 76-97, 2018.

RAMOS, C. M. A. **O clítico de 3ª pessoa: um estudo comparativo português brasileiro/espanhol peninsular**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.

SANTOS, E. **A realização dos clíticos no processo de aprendizagem do Espanhol/LE por falantes nativos do Português Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

SANTOS, E. **Second language acquisition**. Oxford: Oxford Core Linguistics, 2016.

SIMÕES, A. M. A sintaxe do espanhol e do português brasileiro: evidências para a gramática não nativa do espanhol. **Caracol**, v. 4, p. 08-39, 2013.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. *In*: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica** (Homenagem a Fernando Tarallo). Campinas: Editora da Unicamp, 1991. p. 69-105.

Aquisição sob a perspectiva gerativa: achados em LIBRAS

Marcos Grutzmacher

Instituto Federal de Rondônia

Thaysa Oliveira Barbosa

Universidade Federal de Roraima

| Introdução

Considerando o amplo espectro das publicações que se debruçam sobre como as crianças adquirem uma língua, entendemos que esse processo possui grande publicidade quando nos referimos às línguas orais, porém as especificidades no campo das línguas de sinais ainda estão em processo de descobertas, intensificadas a partir do final do século XX.

Portanto, este capítulo buscará fornecer informações gerais a respeito do processo de aquisição de Libras, através de uma revisão de trabalhos que abordem o tema com o intuito de publicizar os resultados das pesquisas em um comparativo com o que já se sabe e se discute acerca do processo de aquisição das línguas orais destacando-se as etapas que ocorrem nesse processo sob a ótica da hipótese maturacional.

Não temos o objetivo de esgotar a temática a qual nos propomos, afinal, as pesquisas ainda estão em um estágio inicial, se comparadas aos estudos já realizados e consolidados em línguas orais, mas buscaremos trazer um panorama geral a respeito do que já se conhece sobre o processo de aquisição, sempre que possível, estabelecendo comparações sobre como ocorre o processo nas crianças que possuem línguas orais como L1 em detrimento daquelas que possuem línguas de sinais como sua L1.

Para tanto, este capítulo possui o seguinte desenho: iniciamos apresentando os pressupostos da teoria gerativa que fornece, em sua gênese, uma revolução cognitiva para os estudos da época e que por ser tão robusta, se mantém e se fortalece até os dias de hoje mesmo se remodelando e rediscutindo alguns pressupostos.

Em seguida, apresentamos como ocorrem as fases de aquisição de acordo com a hipótese maturacional de aquisição da linguagem. A posteriori, apresentamos um panorama dos estudos sobre aquisição das línguas de sinais.

A Teoria da Gramática Gerativa

A corrente mentalista da Linguística denominada Gerativismo, cujo expoente é Noam Chomsky, nasceu no final dos anos 50, nos Estados Unidos, durante o período que ficou conhecido como revolução cognitiva. Essa alcunha se deve por termos uma mudança radical na perspectiva dos estudos linguísticos da época, já que esta surgiu em oposição à corrente empirista que vigorava nos estudos científicos de uma forma geral na época: o behaviorismo, teoria que postulava que a língua era algo externo ao ser humano, um sistema de hábitos aprendidos por meio da repetição.

Em 1959, Chomsky publicou uma resenha do livro *Verbal Behavior* de B. F. Skinner, principal teórico do behaviorismo naquele momento, criticando a visão comportamentalista em que se concebia a língua,

usando como principal argumento a criatividade linguística, ou seja, característica que permite a todos os indivíduos criarem a todo momento frases novas, uma vez que todos, desde os analfabetos aos mais letrados, são capazes de criar frases novas em conteúdo e em extensão. A criatividade linguística é para Chomsky a característica que diferencia os seres humanos dos outros seres vivos.

Todos os indivíduos são capazes de adquirir uma língua naturalmente, por meio de uma capacidade genética e independente de aprendizagem. Isso só é possível, segundo Chomsky, porque o ser humano nasce dotado de uma espécie de órgão supostamente localizado na mente/cérebro, chamado Faculdade da Linguagem (FL), que possui em seu estado inicial características gerais e comuns a todas as línguas naturais humanas (os princípios). De acordo com a definição dada à faculdade da linguagem, Chomsky (2005, p.30) afirma:

Ela, sem dúvida nenhuma, marca a diferença entre os humanos e as outras espécies do planeta, pois não há registro de nenhuma outra espécie que utilize inteligivelmente sinais linguísticos a fim de expressar pensamentos livremente formados. Ela é também responsável pelo fato de só os humanos possuírem uma história, uma evolução cultural e uma diversidade complexa e rica.

A FL tem propriedades geneticamente determinadas e exclusivas, representadas por um órgão denominado LAD (*Language Acquisition Device*) traduzido para o português como “Dispositivo de aquisição de linguagem”. Esse órgão específico para a aquisição de linguagem é equivalente ao estado inicial da gramática dos falantes, ou seja, a Gramática Universal (GU). De acordo com Chomsky (1986, p.3) o LAD pode ser entendido como:

Um componente inato da mente humana que produz uma língua particular através da interação com a ex-

periência presente, um dispositivo que converte a experiência em um sistema de conhecimento avançado: conhecimento de uma ou outra língua.

A gramática universal (GU) é a teoria do estado inicial do cérebro/mente anterior à experiência linguística. Em seu estado inicial (So), é dotada de princípios universais, comuns a todas as línguas, e de parâmetros cujos valores (+ ou -) vão ser fixados pela experiência linguística segundo o *input* recebido. O conjunto de sentenças ouvidas no contexto de fala, os dados linguísticos aos quais o falante está exposto são processados a fim de tornarem-se próprios da gramática particular de cada indivíduo.

A aquisição de uma língua se inicia nos primeiros meses de vida de uma criança, quando ela possui um conhecimento linguístico geral, cujo estado inicial So se transforma em uma língua particular (Língua-I) com a fixação dos parâmetros. Depois de fixados os parâmetros, as crianças já têm uma língua nuclear internalizada, individual.

O uso que essa criança faz desse conhecimento internalizado é o que chamamos de *performance*, enquanto que o conhecimento que ela possui acerca da língua que fala chama-se *competência*, o que significa dizer que o indivíduo já possui conhecimento sobre a língua que fala, já consegue, por meio de sua competência, decidir se uma sentença é gramatical ou não em sua língua.

Chomsky (1997) nos apresenta um exemplo de como ocorre esse processo por meio de abstrações. Segundo ele, se supormos que o estado de língua de Pedro seja L, ele já possui conhecimento sobre a gramática de sua língua, ou seja, um conjunto de expressões infinito, cada um com seu som e sua significação. A língua de Pedro “gera” as expressões de sua língua.

Cada expressão é um pacote de propriedades que proporcionam “instruções” ao sistema de desempenho de Pedro: seu sistema articulatório, seus modos de organizar seus pensamentos, etc. Com sua

língua e seu sistema de desempenho devidamente instalados, Pedro possui um rico acervo de conhecimento sobre o som e o sentido das expressões e uma capacidade correspondente para interpretar aquilo que ouve, expressar seus pensamentos e utilizar sua língua de várias formas.

Para que uma criança adquira uma língua basta a união de alguns fatores: 1) ela precisa estar em contato com a língua, ou seja, recebendo o *input*; 2) ela precisa estar biologicamente preparada para tal feito, ou seja, é necessário que a criança tenha todos seus órgãos em funcionamento e em determinado estado maturacional, e não tenha ultrapassado o chamado período crítico.

De posse desses fatores as crianças iniciam o processo de aquisição de linguagem passo a passo e vão seguindo as fases de aquisição desde o balbúcio até a aquisição de palavras mais simples seguida de estruturas mais complexas. Esse processo segue algumas etapas que são universais, independentemente da modalidade da língua. De acordo com Costa e Santos (2004, p 27.) nenhuma criança produz:

1. Sons fricativos, como [z] sem ser capaz de produzir sons oclusivos;
2. Frases complexas sem ser capaz de produzir frases simples;
3. Frases com sujeito, verbo e complemento sem ser capaz de produzir frases só com sujeito e verbo ou só com verbo e complemento.

A respeito de como ocorre esse processo Radford (1993), Cezario (2011) Guasti (2004), entre outros, defendem a hipótese maturacional para aquisição da linguagem, a qual postula que se dá por meio de fases que vão se sucedendo umas às outras em complexidade e conteúdo acerca da língua. Gradativamente, as crianças passam do balbúcio às primeiras palavras e em seguida são substituídas por sentenças

das mais simples às mais complexas, estendendo-se por toda a vida a aquisição de vocabulário.

Dedicamos a seção seguinte para explicar como se dá aquisição da linguagem sob o viés gerativista e, em seguida, nos debruçaremos sob a hipótese maturacional.

Hipótese inatista para aquisição da linguagem

Uma das questões que motivam os estudos gerativos é descobrir como se dá a aquisição de uma língua pelos falantes. E para a investigação desse fenômeno, foram propostas três perguntas:

- 1- O que constitui o conhecimento da língua?
- 2- Como é adquirido o conhecimento da língua?
- 3- Como é usado o conhecimento da língua?

Em resposta a essas perguntas, Chomsky (1986) observa que o conhecimento da língua é constituído por uma gramática gerativa particular, ou seja, uma teoria que se ocupa do estado da mente/cérebro do indivíduo, e que esse conhecimento acerca da língua é adquirido por meio da GU e pelos meios com os quais os princípios interagem com a experiência de modo a darem origem a uma língua particular (língua-I). Esse conhecimento da língua seria utilizado, portanto, na expressão do pensamento e na compreensão das amostras da língua que nos são apresentadas.

Um dos argumentos utilizados por Chomsky a favor da hipótese inatista foi a chamada “pobreza de estímulo” ou “problema de Platão”, que pressupõe que, se as crianças adquirem a língua por meio da observação, como elas seriam capazes de adquirir uma língua diante de dados tão truncados e fragmentados como são os apresentados a elas, e ainda como fariam isso em tão pouco tempo? Se o processo se dá por meio da observação, como as crianças adquirem a língua exatamente no mesmo período, uma vez que as experiências linguísticas de-

las seriam diferentes, considerando que umas têm mais acesso a dados linguísticos que outras.

E ainda acrescenta, caso a aquisição de linguagem fosse baseada na experiência do indivíduo com a língua teríamos crianças com estágios diferentes de língua na mesma idade, o que seria justificado pela diferença na experiência linguística entre elas. Na verdade, sabemos que não é isso que ocorre. Ou seja, apesar de a natureza do *input* ser diferente para as crianças o resultado no processo de aquisição é o mesmo.

A hipótese inatista defendida por Chomsky explica-se pelo fato de o cérebro/mente humana ser organizada em módulos, sendo cada um desses responsáveis por diferentes atividades cognitivas. A capacidade de linguagem humana está lotada num módulo específico da mente/cérebro, denominada faculdade da linguagem (FL), cujo estágio inicial é dotado de uma estrutura sintática mínima e universal. A FL é independente de outras capacidades cognitivas embora mantenha com esses outros módulos relações específicas.

Hipótese maturacional da aquisição da linguagem

Se pensarmos quando se inicia o processo de aquisição da linguagem, e como se processa esse fenômeno, uma resposta possível é que ele se inicia desde o nascimento da criança, uma vez que ao nascer ela já está exposta ao *input*. E nos primeiros dias de vida é que elas vão fazer a distinção da língua a que elas estão expostas, uma vez que por serem dotadas da FL, elas são capazes de adquirir qualquer língua natural. De acordo com Guasti (2004, p. 23).

Infants start as universal learners and become speakers of one or more specific languages, depending on their linguistic environment. This can be conceived of as a selective process, in which experience narrows perceptual sensitivity and thus enables learners to choose

the phonological system instantiated in the input from among those that characterize human system instantiated in the input from among those that characterize human languages as whole and that are encoded in Universal Grammar.

Apesar de nascerem aptas a adquirir qualquer língua natural, isso não ocorre às crianças instantaneamente, faz-se necessário certo nível de amadurecimento do organismo e também certo tempo de contato com a língua que se está adquirindo. Dessa forma, a partir da hipótese maturacional, podemos classificar o processo de aquisição de linguagem em fases distintas, por exemplo: a) Dos seis aos oito meses as crianças começam a balbuciar, ou seja, produzem sílabas repetidamente, como bábábá; b) Com 10 a 12 meses as crianças começam a produzir sentenças de uma única palavra; c) Com 20 a 24 meses elas começam a colocar as palavras unidas em uma frase;

Apesar de já estarem atentas ao *input* linguístico desde o nascimento e de a percepção dos sons já estar bem aguçada, as crianças só serão capazes de produzir sons a partir dos 06 meses. De acordo com Guasti (2004), as primeiras vocalizações das crianças consistem em choros, sons vegetativos e sons isolados que se assemelham às vogais, ocasionalmente acompanhados por sons consonantais (ou que se aproximam a eles).

A produção dos sons pelas crianças depende da maturação do seu trato oral, Guasti (2004) afirma que antes dos quatro meses as crianças possuem um trato vocal semelhante ao de um macaco, ou seja, uma grande laringe, uma garganta pequena e um pequeno trato vocal e a língua tem um formato diferente da dos adultos.

O balbucio é a primeira forma de expressão linguística que as crianças são capazes de produzir, ele é caracterizado por ter uma organização silábica variada, como, por exemplo: CV e VCV. O balbucio é formado por sons consecutivos e repetidos, porém com ausência

de sentidos na língua que está sendo adquirida. Guasti (2004) afirma que é a partir do balbucio que as crianças passarão a produzir os sons de sua língua.

A partir dos 10 a 12 meses as crianças passam pela fase de uma palavra só, em que elas produzem e entendem algumas palavras. Com o amadurecimento da FL e com um maior tempo de *input* recebido, dos 18 aos 24 meses, as crianças passam pela chamada fase multivocabular inicial, fase em que há o desenvolvimento dos sistemas lexicais, que são aqueles que englobam os sistemas nominal, verbal, adjetival e o preposicional. Nessa fase, não existem ainda categorias funcionais e, portanto, não há elementos como artigos, pronomes, verbos de ligação e flexões verbais. Essas estruturas só vão ser adquiridas em média dos 24 aos 30 meses de idade, fase que só é atingida quando a criança dominou totalmente os sistemas lexicais.

Independentemente da fase de aquisição que a criança esteja passando é comum observar que, durante a produção das sentenças, as crianças não estão preocupadas com a boa formação ou a interpretação das sentenças. Apesar disso, elas detêm conhecimento internalizado suficiente sobre a gramaticalidade das sentenças da língua em que estão adquirindo, o que as permite criarem sentenças nunca antes ouvidas, trocarem fonemas em algumas palavras, mas mesmo assim elas não produzirão nada considerado agramatical.

É provável que durante o processo as crianças produzam sentenças imperfeitas na língua (nada de espantoso para alguém que ainda está adquirindo uma língua), imperfeitas, mas não agramaticais. Isso ocorre porque o processo de aquisição é baseado na evidência positiva das línguas, ou seja, nas frases bem formadas, e não na evidência negativa. Outro fato que deve ser considerado é que as crianças resistem às correções feitas por pais e ou adultos sobre a construção de suas sentenças. Mc Neil (1966, p.69) *apud* Guasti (2004, p.3) nos apresenta um exemplo que ilustra bem essa questão:

Child: Nobody, don't like me.

Mother: No, say "nobody likes me"

Child: Nobody don't like me.

(Eight repetitions of this dialogue)

Mother: No, now listen carefully; say "nobody likes me".

Child: Oh! Nobody don't likes me

No exemplo dado, a criança faz uso da dupla negação (nobody e don't) que não é licenciado em Inglês, ao tentar corrigi-la a mãe pede para que a criança repita da "forma correta". Tentativa sem sucesso uma vez que a criança permanece repetindo a mesma sentença por oito vezes. Depois de uma segunda tentativa feita por sua mãe, a criança percebe que a utilização do verbo like, mas não corrige a dupla negação que tinha sido o alvo da correção da mãe.

O que apenas corrobora o que fora afirmado sobre a correção que é feita à fala das crianças. E que reforça também outro conceito que fora apresentado que é a criatividade linguística, pois é pouco provável que a criança tenha ouvido esse tipo de sentença com dupla negação, o que nos sugere que ela mesma criou essa sentença, ou seja, o que a faz evoluir na aquisição da língua em questão não é a correção muito menos o erro, o que a faz evoluir é o *input* que ela recebe, que é baseado na evidência positiva.

Aquisição de língua de sinais como L1 por crianças surdas

A similaridade no processo de aquisição entre as línguas orais e de sinais nos remete a uma espécie de calendário para o processo de aquisição dos períodos postulados às crianças ouvintes e surdas. Assim, o processo de aquisição, de acordo com Quadros (1997) ocorre nas fases descritas abaixo:

- *Período pré-linguístico*: nesse período temos o balbucio em crianças surdas e ouvintes. Essa produção é feita por meio de sinais e de sons. As produções variam entre balbucios silábicos, ou seja, construções que fazem parte do sistema fonético das línguas de sinais e gesticulações que não apresentam nenhuma organização e sistemática; nessa fase é comum a produção de sílabas vocálicas repetitivas nas crianças;
- *Estágio de um sinal*: nessa fase, a criança se refere aos objetos apontando, segurando, olhando e tocando-os. Normalmente, ela utiliza uma linguagem não-verbal para chamar a atenção para as necessidades e para expressar suas reações. A criança nesse nível imita sinais produzidos pelos outros, apesar de apresentar configurações de mãos e movimentos imperfeitos. O mesmo ocorre na produção de pequenas palavras.
- *Estágio das primeiras combinações*: a criança comunica mais do que ela é capaz de produzir. Ela aponta, olha, toca, identifica as coisas sobre as quais se está falando, iniciando a combinação de dois sinais/ duas palavras.
- *Estágio das múltiplas combinações*: as crianças começam a usar o sistema pronominal, mas de forma inconsciente, já que os pronomes se realizam na LS por meio da apontação. A aparente transparência da apontação é anulada diante das múltiplas funções linguísticas que apresenta. Em português temos a utilização dos pronomes sem o referente correto.

Nas seções seguintes, apresentamos os estágios de aquisição com maiores detalhes.

| *O período pré-linguístico*

Como dissemos anteriormente, o balbucio é o período em que a criança produz formas iniciais do padrão adulto, levando em consideração as formas da língua e inicia-se por volta dos seis meses de idade.

No caso da criança surda, ocorre o balbucio manual, no qual a criança produz formas manuais a partir da língua a qual está exposta. Essas produções não são aleatórias, mas dependem do *input*. Petitto (1987) caracterizou essas produções como gestos não icônicos e nem sinais reais em Língua de Sinais Americana (American Sign Language – ASL), mas sim, formas fonologicamente possíveis e que pareciam funcionar como preenchedores de “slots” lexicais em “sentenças” de sinais rudimentares.

Assim como a criança ouvinte acompanha a prosódia relacionada ao seu *input* na produção de seu balbucio, a criança surda também se comporta dessa maneira na produção gestual. Petitto (1987) afirma que nessas produções as formas mantiveram o ritmo e a duração das unidades frasais em ASL. Para Newport e Meier (1986), os bebês produzem gestos que têm a forma semelhante aos sinais, mas não possuem significado. Para Karnopp (1999), esse período caracteriza-se pela produção de gestos sociais e pela utilização do apontar.

Karnopp (1999) apresenta o processo de aquisição das configurações de mão em Libras, no qual afirma que configurações envolvendo os dedos polegar e indicador são de aquisição mais inicial e que configurações que envolvam polegar e anelar são adquiridas posteriormente. Baseado nessas informações, Grutzmacher (2019) afirma que o desenvolvimento se dá no sentido rádio-ulnar, comparado às línguas orais, nas quais o desenvolvimento dos fonemas se dá no sentido ântero-posterior, iniciando por fonemas bilabiais e finalizando com velares.

Karnopp (2004) salienta a importância da interação no processo de aquisição linguística e afirma que mães surdas buscam uma maior atenção visual por parte de seus bebês, que mães ouvintes. Considerando que o *input* em língua de sinais se dá pelo meio visual, é importante que exista certo cuidado quanto ao controle do ambiente, para que seja propício à aquisição. Por exemplo, crianças ouvintes

têm acesso ao *input*, mesmo que suas mães estejam se comunicando de costas para elas, o que não ocorreria com crianças surdas.

Aspectos como o contato visual entre os interlocutores, isto é, o olhar fixo do bebê surdo na face da mãe/pai, o uso de expressões faciais, a atenção que o bebê surdo coloca no meio visual, a produção de um complexo balbúcio manual, de gestos sociais e do ‘apontar’ são aspectos relevantes para o desenvolvimento linguístico da criança (KARNOPP, 2004).

Petitto (1987) observa que ao final desse estágio, por entre 10 e 12 meses de idade, a criança surda apresenta uma rica produção de apontações, tanto para locais, quanto para pessoas e objetos, que serão suprimidas no estágio seguinte, permanecendo apenas as locativas. Para o desenvolvimento das apontações, Hatzopoulou (2008) apresenta quatro estágios, os quais abordaremos na próxima seção.

As produções de apontações gestuais darão lugar, posteriormente às apontações usadas com valor pronominal. Magalhães (2006) aponta o surgimento pronominal por volta de dois anos de idade.

Período linguístico: estágio de um sinal

Por volta de um ano de idade surgem as primeiras produções, ou seja, os primeiros sinais surgem, geralmente, nessa época. Pode ocorrer também o aparecimento das “holófrases”, que são enunciados de apenas uma palavra, que possuem significado completo, por exemplo, o bebê pode produzir um gesto quando tem fome e deseja comer. Ele pode utilizar esse gesto citado anteriormente, atribuindo-lhe o significado “quero comida”, ou ainda “passar os dedos na boca” para a frase “quero água”.

Como sugere Karnopp (1994), as produções em língua de sinais parecem surgir anteriormente ao que ocorre em línguas orais. Acreditamos que esse fato ocorra devido ao processo maturacional

dos órgãos articuladores. A maturação neuromotora se dá no sentido mesiodistal, ou seja, da coluna para as extremidades. Porém, os órgãos da fala apresentam desenvolvimento mais tardio. Um indício desse controle é o fato de haver fonemas que são adquiridos por volta dos cinco anos de idade, exigindo um refino maior quanto ao controle motor, em relação às mãos.

Em torno de um ano e seis meses, as crianças começam as primeiras combinações com duas palavras, mas ainda de forma incipiente, porém, nessa fase já são capazes de demonstrar conhecimento da ordem sintática da língua alvo (GROLA; SILVA, 2014). Podemos observar como características das primeiras combinações: omissão de elementos com função meramente sintática; não produzem subordinadas ou passivas, o que, para alguns pesquisadores, significa que nem toda a estrutura sintática está disponível à criança (COSTA; SANTOS, 2003). Newport e Meier (1985) afirmam que os pronomes surgem posteriormente no processo de aquisição por serem categorias funcionais e por isso surgem após as categorias lexicais. A forma causal exibida pelos pronomes depende de diferentes relações estruturais que se estabelecem na frase. Assim sendo, se as crianças não têm disponível toda a estrutura da frase, é de esperar que não sejam criadas as configurações em que os pronomes marcados com caso possam ocorrer (COSTA; SANTOS, 2003).

Levando em consideração o período entre 12 e 27 meses de idade, Hatzopoulou (2008) afirmou que, na aquisição da língua de sinais grega, a criança passa por quatro estágios de desenvolvimento identificados no uso de apontar para referência a pessoas e a si mesmo:

1. Primeiro estágio na aquisição da apontação: Emergência da referência para objetos (idade: 1;0,11–1;1,19).
2. Segundo estágio na aquisição da apontação: Emergência da referência para pessoas e para si próprio (idade: 1;2,10–1;3,03).

3. Terceiro estágio na aquisição da apontação: Referência esporádica para pessoas e para si próprio (idade: 1;4,00–1;8,00).
4. Quarto estágio na aquisição da apontação: Estabelecimento da apontação pronominal para referência de si próprio e para pessoas (idade: 1;8,07–2;3,01).

| *Período linguístico: estágio das primeiras combinações*

Neste estágio, surgem as primeiras combinações de sinais, predominando classes abertas. Por volta dos 22 meses, a criança pode apresentar inversão ou reversão pronominal, na qual produz o sinal de VOCÊ querendo dizer EU. Brito (1995) afirma que as crianças percebem um dos dois traços básicos do sistema opositivo, mas têm problemas com o traço defrontar da categoria disjuntiva, ou seja, elas podem estar tentando verificar se o EU é a pessoa que está defrontando VOCÊ, e se VOCÊ é a pessoa que está me defrontando, assim como ocorre no sinais de ENCONTRAR e OLHAR. Segundo a autora, estamos diante do uso inadequado da estratégia ego-alinhada em relação ao sinal pronominal.

Petitto (1987) destaca a ocorrência de reversão pronominal em uma criança surda entre 21 e 23 meses de idade. Ela relata que é a primeira ocorrência da produção de pronomes a aparecer nele após um período de evitação da apontação para pessoas, iniciada por volta dos 10 meses. A criança produziu o sinal VOCÊ, mas aparentemente querendo referir-se a ela mesma.

Petitto (1987) afirma que nesse estudo: (1) a forma do sinal VOCÊ foi distinta das outras apontações dêiticas. Nela, o sinal foi produzido com o olhar direcionado para o endereçado, com o cotovelo flexionado e dentro do espaço de sinalização, já os sinais dêiticos apontando para locais e objetos apresentavam o cotovelo estendido e o olhar direcionado ao local da apontação, além da produção ser realizada para além

do espaço de sinalização. (2) O uso do pronome VOCÊ em contextos em que claramente necessitavam o pronome EU, além de apresentar ausência total desse último. E por fim, (3) a criança produziu a sinalização COMER VOCÊ QUERER COMER e chorou quando a mãe disse que não estava com fome. Kate repetiu o sinal COMER e a mãe então disse, “Ah agora entendi, você (Kate) quer comer”. Ela então deu comida à Kate.

| *Estágio das múltiplas combinações*

Entre os dois e três anos de idade, a criança apresenta um vocabulário entre 400 a 900 palavras aproximadamente. Nessa fase aparecem frases com conjunções, artigos, preposições e alguns pronomes átonos. O tamanho das frases aumenta devido à criança possuir mais possibilidades disponíveis. Temos também as grandes generalizações: momento em que ela utiliza regras aprendidas, aplicando-as em construções além das necessárias. As crianças estão em uma época de descobrimento das regras para a formação das frases e tentam fazê-lo em todos os domínios possíveis (COSTA; SANTOS, 2003; GROLA; SILVA, 2014).

Um bom exemplo de ocorrência de generalizações aparece em Grutzmacher (2019), no qual, por volta de dois anos e seis meses de idade, ao produzir uma narrativa, a criança surda pesquisada empilhou os referentes ao invés de distribuí-los espacialmente.

A partir dos três anos de idade, a criança apresenta um vocabulário com 1200 palavras e já é capaz de produzir sentenças com palavras gramaticais como artigos e preposições. Até os cinco anos, a aquisição entra em um estágio de estabilidade ainda que novos elementos sejam adquiridos ao longo da vida.

Quanto ao tópico Quadros e Karnopp (2004) afirmam que está associado à marca não-manual de elevação das sobrancelhas, sendo que a mesma não pode se espalhar sobre a sentença. Podendo apresentar outras marcas não-manuais, diante de negação, interrogativa, foco, etc.

O foco é o elemento da sentença que contém a informação não pressuposta e a pressuposição apresenta os constituintes que são conhecidos dos interlocutores de um determinado contexto discursivo, ou seja, a informação partilhada (PIZZIO, 2006).

Os dados de Pizzio (2006) demonstram que a criança surda é capaz de compreender e produzir sentenças com tópico e foco desde os primeiros estágios do desenvolvimento da linguagem, da mesma forma que crianças ouvintes. Além disso, a autora demonstra que a aquisição dos verbos espaciais, como AVISAR, se dá posteriormente aos verbos simples, ancorados ao corpo, como GOSTAR.

Conclusão

Apresentamos, neste capítulo, um recorte a respeito do processo de aquisição de língua de sinais como primeira língua. Conforme informado anteriormente, não possuímos a pretensão de esgotar um tema tão vasto e complexo como o que aqui está, mas sim, buscamos contribuir com a compreensão a respeito dos achados ao longo do desenvolvimento da modalidade gestual de língua.

De forma geral, as línguas de sinais se apresentam longitudinalmente semelhantes às línguas orais em seus processos de aquisição. Há algumas variações, mas globalmente, é possível encontrar as mesmas etapas do processo em ambas as modalidades. Esses achados fortalecem as evidências gerativas para a linguagem.

Referências

- COSTA, J.; SANTOS, A. L. **A falar como os bebés: o desenvolvimento linguístico da criança**. 2. ed. Lisboa: Caminho, 2003.
- GRUTZMACHER, M. **Aquisição de apontações pronominais pessoais em língua brasileira de sinais (Libras)**. 2019. 138 f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura-PPGLL, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.
- GROLLA, E.; SILVA, M. C. F. **Para conhecer aquisição de linguagem**. São Paulo: Contexto, 2014.
- HATZOPOULOU, M. **Acquisition of reference to self and others in Greek Sign Language: from pointing gesture to pronominal pointing signs**. Stockholm: US-AB universitetsservice, 2008.
- PETITTO, L.-A. On the autonomy of language and gesture: Evidence from the acquisition of personal pronouns in American Sign Language. **Cognition**, McGill University, v. 27, n. 1, p 1-52, 1987.
- QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
- KARNOPP, L. B. **Aquisição do parâmetro configuração de mão dos sinais da língua de sinais brasileira: estudo sobre quatro crianças surdas filhas de pais surdos**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
- KARNOPP, L. B. **Aquisição Fonológica na Língua Brasileira de Sinais: estudo longitudinal de uma criança surda**. Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- KARNOPP, L. B. Aquisição da Linguagem por Crianças Surdas – Investigações Sobre o Léxico. **Calidoscópio**, v. 02, n. 01, jan./jun. 2004.
- PIZZIO, A. L. **A variabilidade da ordem de aquisição das palavras na aquisição da língua de sinais brasileira: construções com tópico e foco**. 2006. 114 f. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

A estrutura do sintagma nominal (SN) em LIBRAS

Anderson Almeida-Silva

Ronald Taveira da Cruz

Universidade Federal do Delta do Parnaíba

| Introdução

Este capítulo discute questões sintáticas relacionadas a estrutura do sintagma nominal (SN) em libras, comparando-a, sempre que possível, com outras línguas de sinais e orais. Assumimos uma análise formal da estrutura sintática do DP (ABNEY, 1987) tendo como base a teoria gerativa (CHOMSKY, 1995) como pressuposto teórico, cuja tônica é de que todas as línguas estariam sujeitas a uma estrutura hierárquica universal que subjaz a formação das sentenças em todas as línguas naturais, e por isso, sujeitas a restrições de gramaticalidade, independentemente da modalidade (LILLO-MARTIN; GAJEWSKI, 2014).

Este texto tem por objetivo fazer uma primeira descrição dos elementos que entram na composição do sintagma nominal em libras, apontando para algumas análises futuras que podem ser desenvolvidas para explicar o comportamento sintático de algumas construções. Todos os dados contidos neste texto foram coletados em contextos naturalísticos, e são dados da tese de Almeida-Silva (2019) e outras referências sobre o SN em libras. São pouquíssimas as referências

na literatura nacional sobre o SN na libras (DE OLIVEIRA; SANTOS; LESSA-DE-OLIVEIRA, 2019).

O Sintagma nominal é uma construção que tem como núcleo um nome e que pode conter: um único elemento–SN simples (1) ou pode ser um SN complexo¹ como em (2)²:

- (1) EL@ PEDIR.sg GAT@³ TOMAR-BANHO

‘Ele/a pediu para *um/o gato* tomar banho’

- (2) SURD@ QUER BILÍNGUE ESCOLA

‘Um/uns/o/os surdo(s) quer(em) *uma/umas/a/as escola(s) bilíngue(s)*’

Além de se atestar nomes nus em posição argumental, como vimos acima, são também atestados nominais em libras acompanhados de vários tipos de determinantes, tais como (3) artigos, (4) quantificadores, (5) pronomes indefinidos, dentre outros⁴.

- (3) EU EXPLICAR [1 HISTÓRIA]...[Ø HOMEM 1 HOMEM IXbaby-c JUNTO Ø GAT@] [...] [IX.sg HOMEM] 3-AVISAR-3...

‘Eu vou contar **uma** história sobre um homem e um gato, **o** homem falou para o gato...’

1 Não é comum encontrar ocorrência de SN complexos formados por mais de 3 ou 4 itens lexicais em LS por conta das restrições de processamento e memória de cadeias fonológicas produzidas visualmente em oposição as cadeias fonológicas sonoras (KLIMA; BELLUGI, 1979).

2 As traduções para o português seguem a análise de Petronio (1995) para quem os SNs nus em línguas de sinais, como em (1) e (2), tem a quantificação definida pelo tipo de verbo com que se combinam na sentença. Em (1), a informação é de que há apenas *um ou o gato* de que se fala, porque o verbo PEDIR em libras é um verbo de concordância e marca número (singular/plural) na sua morfologia, já em (2) o verbo é simples, ou seja, não exibe traços de concordância de número ou pessoa, e por isso, não se pode especificar a quantidade ou a identificabilidade do referente. Para fins deste texto, não vamos nos aprofundar nas questões que interferem na interpretação (in)definida do nome nu em libras, como a questão de o referente estar ou não visível no contexto de fala ou se está acompanhado de marcas não-manuais que podem afetar as questões da referência e identificabilidade. Assim como não exploraremos as questões da leitura incorporada ou genérica que também é possível com nomes nus.

3 O @ indica a ausência da marcação de gênero nos nomes em libras.

4 A glosa IX indica sinais de apontação realizados com o dedo indicador.

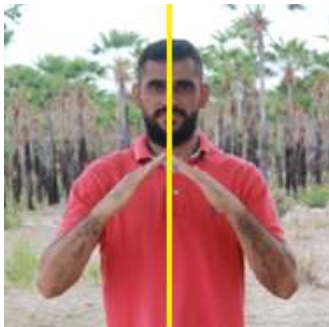
- (4) **POUCOS** OUVINTES RESPEITAR Ø SURD@.sg, DEFENDER IX.sg LUTA JUNTO COMPARTILHAR, POUCOS
 ‘*Poucos* ouvintes respeitam o(s)/um/(ns) surdo(s), defendem a/*uma luta em conjunto, são poucos’.
- (5) TER **PRON.IDENF.pl** PESSOA.sg APROVEITAR IX.pl SURD@.sg
 ‘Tem *algumas* pessoas que se aproveitam dos/*de uns surdos’

Há evidências de que a libras flexiona alguns de seus nomes para número, pois nem todas as classes de nomes podem fazê-lo⁵. Por exemplo, os nomes não-ancorados, aqueles pronunciados (sinalizados) longe do corpo do sinalizador, tais como os sinais de (6) CASA e (7) CRIANÇA em libras, podem ser pluralizados se forem reduplicados (repetidos) executando o deslocamento do sinal para a lateral, indicado pela glosa (+>+>), independentemente de os sinais serem realizados no plano sagital (6), ou de serem sinais realizados no plano lateral (7).

Os exemplos em (6) e (7) mostram que o plural de CASA e CRIANÇA só pode ser conseguido se o sinal for reduplicado várias vezes enquanto se desloca para a lateral do corpo, e que a simples reduplicação do sinal no mesmo local que é realizado na forma de citação é agramatical, como vemos pela glosa (++), que é a reduplicação sem o deslocamento. Esse comportamento difere da língua de sinais alemã (PFAU; STEINBACH, 2005) que permite que os nomes não-ancorados realizados no plano sagital sejam pluralizados sem o deslocamento para a lateral, ou seja, reduplicados no mesmo local da forma de citação.

5 Para uma descrição de outras estratégias para marca número nos nomes em libras cf. Leal (2022).

(6)



[sagital] CASA+>+> / *CASA++
'casas'

(7)



[lateral] CRIANÇA+>+> / *CRIANÇA++
'crianças'

Já os nomes ancorados (pronunciados presos no corpo do sinalizador), como o sinal de BODE em (8a) não poder ser reduplicados. Ou seja, a simples repetição do sinal não cria seu plural, por isso, nestes casos, para obter o plural de BODE, o sinalizador terá que adicionar outros itens lexicais para atribuir número, tais como advérbios de quantidade, quantificadores, etc (8b).

(8)



a. *BODE++

‘bodes’

b. MUITO BODE/ VÁRIOS BODE...

‘muitos bode*(s), vários bode*(s), bode*(s)’

Ainda em relação à reduplicação dos nomes não-ancorados em li-
bras, algumas vezes o deslocamento nem sempre é obrigatoriamente
para a lateral, ele pode ser em círculos, espalhado ou outros. Por exem-
plo, se estamos falando sobre um casas dispostas em círculos, a redu-
plicação, conseqüentemente o plural, será realizado não para a lateral,
como em (9), mas como em (10):

(9)



CASA+>+>

‘casas’

(10)

CASA_{dispostas-em-círculo}

‘casas’

No restante deste capítulo, analisaremos com mais detalhes nas próximas seções o comportamento sintático dos itens que compõem o SN em libras, a partir do que já observamos nos exemplos acima de (1) a (10).

Coordenação de SNs em Libras

A coordenação se define como um fenômeno sintático em que dois (ou mais) sintagmas podem ser combinados numa mesma estrutura sintática. Nas línguas orais, isso ocorre pela inserção de uma conjunção (ex: *e, ou, mas...*). Diferentemente da subordinação, os sintagmas que estão sendo coordenados podem ocorrer de forma independente, e a ordem deles, geralmente pode ser alterada sem uma forte interferência no significado, como nos exemplos abaixo em PB em que dois sintagmas nominais estão sendo coordenados (11a-b). Nenhum falante de PB dirá que (11a) tem um significado diferente de (11b) por conta da mudança na ordem dos sintagmas nominais que estão sendo coordenados pela conjunção aditiva ‘e’.

(11)

- a. [O João]SN1 e [todos os alunos]SN2 foram reprovados.
- b. [Todos os alunos]SN1 e [o João]SN2 foram reprovados.

Baker *et al.* (2016) explicam as duas maneiras pelas quais os sintagmas podem ser coordenados nas línguas de sinais. A primeira é semelhante às línguas orais, através de uma *conjunção manual*, como o MAS, por exemplo (12), que é uma das conjunções que existem em libras. Por ser realizada através de um sinal lexical realizado manualmente, esse tipo de coordenação ficou conhecido na literatura como *COORD-L*.

(12)

ADQUIRIR LIBRAS PREFERIR **MAS** NÃO-QUERER VOTAR
ESTE LIBRAS1 LIBRAS2

‘Eu aprendi esse sinal pra libras1, mas não quero votar para escolher se deve usar Libras1 ou Libras2’

(RODRIGUES, 2019, p. 95, ex. 2)

A segunda maneira é através da mudança na posição do corpo do sinalizador ou de alguma marca não-manual que é realizada simultaneamente com os sintagmas coordenados para demarcar os limites de cada um. Este tipo de coordenação, que ocorre pela justaposição das sentenças com alterações na posição do corpo do sinalizador, ficou conhecida na literatura internacional como *COORD-SHIFT*.

O exemplo em (13) é de uma coordenação de sentenças em línguas de sinais catalã em que cada sentença coordenada, na ausência de uma conjunção lexical manual, deve ser acompanhada por movimentos corporais para espaços distintos, por isso, enquanto o sinalizador diz MARINA WIN (A Marina ganhou) ele está com o corpo voltado para o espaço contralateral, como vê-se na glosa (contral.), já enquanto sinaliza a segunda sentença ele volta o corpo para o espaço ipsilateral (na glosa, ipsil.)⁶.

(13)

re	re	re
hl+bl contral.	hl+bl ipsil.	
MARINA WIN JORDI LOSE RIGHT?		
‘Marina won and Jordi lost, right?’		
‘A Marina venceu e o Jordi perdeu, não foi?’		

LSC (ZORZI, 2018a, p. 135)

É por isso que não é possível coordenar dois SNs em libras sem utilizar ou uma conjunção manual (*COORD-L*) ou a mudança na posição do corpo (*COORD-SHIFT*). Este último caso se atesta pela agramaticalidade de (14), em que os dois SNs, que deveriam ser coordenados, estão sendo realizados no mesmo espaço, já a sua contraparte em (15)

6 Se o leitor imaginar uma linha cortando o corpo do sinalizador ao meio, num corte sagital, dividindo o corpo em duas metades simétricas direita e esquerda, o espaço ipsilateral é aquele que fica do lado da sua orientação motora (destro ou canhoto), e o lado contrário à sua orientação motora é o espaço contralateral.

é gramatical, pois cada SN está sendo realizado em um espaço de sinalização diferente.

(14)

_____ipsilateral _____ipsilateral

* HOMEM_{SN1} MULHER_{SN2} DIREITOS IGUAIS

Leitura pretendida: ‘Homen(s) e mulher(es) têm direitos iguais’

(15)

_____ipsilateral _____contralateral

HOMEM_{SN1} MULHER_{SN2} DIREITOS IGUAIS

‘Homen(s) e mulher(es) têm direitos iguais’

Segundo o *Parallel Structure Constraint* (Restrição para Estruturas Análogas, tradução nossa) proposto por Lang (1987), numa estrutura de coordenação “os conjuntos coordenados devem ter uma estrutura sintática, semântica e prosódica paralela”, por isso, só se pode coordenar estrutura sintáticas idênticas.

Em (16), a seguir, a possibilidade de se coordenar via *COORD-SHIFT* um nome precedido de IX.sg, um artigo definido, como vimos no exemplo em (3), com um nome nu evidencia que se trata de dois DPs em libras, já que não é possível coordenador um SN com um SD (sintagma encabeçado por determinante), como vemos no contraste com (17) do PB. A questão de como o segundo SN do exemplo em (16) consegue seus traços de número, já que se trata de um nome nu singular, deixaremos para análises futuras. Contudo, licenciar nomes nus não é um empecilho para postular a existência da camada D na língua.

(16)

_____ipsilateral _____contralateral

[IX.pl PROFESSOR]_{SD} [Ø INTÉRPRETE]_{SD} DIREITOS IGUAIS

‘Os professores e os intérpretes têm direitos iguais’

(17) *[Os professores]_{SD} e [intérprete]_{SN} tem direitos iguais.

Já em (18) temos um *COORD-SHIFT* de dois SDs em libras que equivale ao exemplo (19) em PB.

(18)

_____ ipsilateral _____ contralateral
 IX.pl PROFESSOR IX.pl INTÉRPRETE DIREITOS IGUAIS
 ‘Os professores e os intérpretes têm direitos iguais’

(19) ^{ok}[Os professores]_{SD} e [os intérpretes]_{SD} tem direitos iguais.

Contudo, se o segundo SN não for localizado contralateralmente e for realizado no espaço neutro (junto à linha média do corpo, como na forma de citação do sinal), a leitura agora é a de que ‘intérprete’ é um modificador para PROFESSOR, e esta é a mesma leitura que se tem no PB, comparando (20a) com (21a) e (20b) com (21b). Note que assim como no PB, por conta dos traços de número dos SNs em questão, o tipo de predicado com que se combinam também vai ser alterado, pois ‘ter direitos iguais’ (20b) é um predicado que não se aplica a indivíduos únicos, assim como a flexão de número no verbo ‘entrar’ em (21b).

(20)

a.

_____ ipsilateral _____ neutro
 IX.sg PROFESSOR Ø INTÉRPRETE DIREITO APOSENTAR
 ‘O professor e intérprete tem direito de se aposentar’- (uma única pessoa com duas propriedades distintas)

b.

_____ ipsilateral _____ contralateral
 IX.sg PROFESSOR IX.sg INTÉRPRETE DIREITOS IGUAIS
 ‘O professor e o intérprete têm direitos iguais’-(duas pessoas distintas com propriedades distintas)

(21)

- a. A juíza e professora entrou na sala (uma única pessoa com duas propriedades distintas)
- b. A juíza e a professora entraram na sala (duas pessoas distintas com propriedades distintas)

Termos essenciais dos nomes

Em libras, como em outras línguas de sinais (MCLAUGHLIN, 2003), não há diferença entre nomes e verbos, por isso, não é comum encontrar nomes deverbais com morfologia nominalizadora. No entanto, encontramos casos de nominais em que a sua estrutura argumental é herdada das exigências argumentais da sua contraparte em função verbal. Por exemplo, em PB, o nome ‘destruição’ herda a grade temática do verbo ‘destruir’ que por ser transitivo, exige um argumento externo agente e um argumento interno tema.

Assim como é comum a omissão de argumentos no nível sentencial em LS, no nível nominal isto também ocorre, e por isso, talvez, muitos nomes claramente deverbais, muitas vezes aparecem sem seus complementos essenciais. Em (22), o SN em destaque tem como núcleo, uma forma verbal que está funcionando como núcleo nominal, e por isso, o nome LIBRAS é argumento interno de ENSINAR, enquanto BRASIL é um adjunto modificador. Neste SN, o agente da ação de ensinar foi omitido, assim como no PB em (23)

(22) EU EXPLICAR HOJE AULA TEMA [ENSINAR LIBRAS BRASIL]_{SN}

‘Na aula de hoje eu vou explicar sobre tema o ensino de libras no brasil’

(23) A discussão dos dados veio publicada na revista.

(LOPES; BRITO, 2016, p. 3)

No caso da libras, como não há evidências de preposições na língua introduzindo os argumentos ou os modificadores nominais, deve-se assumir que a posição relativa ao núcleo e aos seus argumentos dentro do sintagma seja capaz de atribuir os casos para as funções desempenhadas por cada elemento dentro do sintagma.

Assim como nas línguas orais, em libras, os pronomes possessivos também podem preencher as posições argumentais, como no exemplo a seguir em (24), em que DELE é argumento interno de IMAGEM. Contudo, casos como (25) em que DELE é argumento externo de IMAGEM são importantes para analisar a posição sentencial destes elementos na sintaxe.

(24)

EU SABER [IX.sg HOMEM PESSOA-a IX.sg-a] IGUAL BRASIL
CL:TODOS-OLHAR-a [PESSOA-a] IGUAL QUEBRAR [*IMAGEM*
DELE-a]...TRISTE

‘Eu sei que o homem (este) é como se todo o Brasil estivesse olhando para ele, é como se isso quebrasse a imagem dele, é triste.’

(25)

S-E-B-A-S-T-I-Ã-O S-A-L-G-A-D-O FAMOSO, EU VONTADE
COMPRAR [*IMAGEM DELE*]

‘Sebastião Salgado é famoso, eu tenho vontade de comprar uma foto dele (de autoria dele)’

Termos acessórios dos nomes

Nesta seção, apresentaremos os termos acessórios dos nomes, ou seja, aqueles que com exceção do núcleo e de seus argumentos, não são obrigatórios.

| Quantificadores

Quantificadores ocorrem preferencialmente em posição pré-nominal como em (26) e (27), mas também podem ocorrer na posição pós-nominal (28).

(26) *TODOS* SURDO

‘*Todos* os surdos’

(27) *MAIORIA* SURDO

‘*A maioria* dos surdos’

(28) PAI COMPRAR BRINQUEDO *TUDO*

‘O pai comprou *todos* os brinquedos’

(FINAU, 2014, p. 192, ex. 17, grifo nosso)

| Artigos definidos e indefinidos

Além da ocorrência de nomes nus, os nominais em libras também podem vir acompanhados de artigos, como proposto pela análise de Almeida-Silva (2019) de que a libras possui um artigo definido e dois artigos indefinidos realizados de forma aberta na língua quando acompanham os nomes em posições argumentais, a saber, (29) a apontação (IX) pré-nominal – artigo definido singular ou plural , (30) o numeral um  e (31) o artigo indefinido não-específico-afixal suprasegmental – marca não-manual *boca-de-ferradura* .

(29) TER ALGUMAS PESSOA APROVEITAR IX.PL SURD@

‘Tem algumas pessoas que se aproveitam dos (*de uns) surdos’

(30) AGORA EU EXPLICAR 1 HISTÓRIA SOBRE HOMEM JUNTO GAT@

‘Agora eu vou explicar *uma* história sobre um homem e um gato’

_____ MNM:boca-de-ferradura

- (31) x-AVISAR-1.sg 1 PESSOA MULHER 1 x-ENVIAR-1.sg
TCC DELA BANCA DEPOIS SEMANA

‘Me disseram que *uma* mulher (*não específica*) vai me enviar a monografia dela, para eu poder participar da banca próxima semana’

Uma questão se coloca para análises futuras contrastando (30) e (31) é que ambos SNs indefinidos estão encabeçados pelo artigo indefinido 1, no entanto, o artigo indefinido não específico em (31) bloqueia a leitura específica que é permitida pelo artigo indefinido, o que nos leva a postular que o artigo afixal não-específico deve ter escopo sobre o numeral em alguma categoria funcional acima de NumP, onde geralmente estão situados os artigos indefinidos nas línguas.

| *Pronomes indefinidos*

Há variação na posição dos pronomes indefinidos. Geralmente são pré-nominais, mas podem também aparecer pós nominalmente como em (34) sem aparente quebras prosódicas.

- (32) *ALGUNS* LUGAR

‘*Alguns* lugares’

- (33) *VÁRIOS* PESSOAS

‘*Várias* pessoas’

- (34) CURSO LETRAS-LIBRAS *VÁRIOS*

‘Os *vários* cursos de Letras-libras’

| *Pronomes demonstrativos*

Na proposta de Almeida-Silva (2019), a apontação (IX) pré-nominal como em (35) é um artigo definido. Já a apontação pós-nominal (36) é um demonstrativo. O autor também atesta alguns casos como

em (37) em que IX ocorre em ambas as posições pré e pós nominal em um mesmo SN.

(35)

TER [ALGUNS PESSOA] APROVEITAR [**IX.sg** SURD@]

‘Tem algumas pessoas que se aproveitam **do**(*este) surdo (singular ou genérico)’

(36)

[Ø GRUPO SURD@-a **IX.pl-a**] PRECISAR ACORDAR

‘Grupo de(dos) surdos (**estes**) precisam acordar’

(37) *Falando sobre alguém numa discussão...*

EU SABER [**IX.sg** HOMEM PESSOA-a **IX.sg-a**] IGUAL BRASIL
CL:TODOS-OLHAR-a [PESSOA-a] IGUAL QUEBRAR [IMAGEM
DELE-a]...TRISTE

‘Eu sei que o(*este) homem (este) é como se todo o Brasil estivesse olhando para ele, é como se isso quebrasse a imagem dele, é triste.’

Em (36), o demonstrativo tem uma propriedade semântica que o diferencia do artigo em (37) que é a leitura de anti-unicidade, ou seja, que há um grupo de surdos (**estes**) dentre outros existentes. Já o artigo em (36) é ambíguo para a leitura em que haja um único indivíduo com aquela propriedade (unicidade) ou um grupo de indivíduos com aquela propriedade (genérica-atributiva), leitura não permitida pelo demonstrativo.

Além disso, (38) mostra que se a apontação pré-nominal pudesse ser um demonstrativo, se esperaria que ela pudesse se combinar com advérbios de tempo como em ‘esta manhã’, já que em libras o item MANHÃ é exclusivamente um advérbio de tempo e não um nome como em PB. No entanto, a agramaticalidade de (38) mostra que IX pré-nominal não é um demonstrativo e somente IX pós-nominal (39), o verdadeiro demonstrativo é aceito neste contexto após um advérbio de tempo.

(38)

(*IX) MANHÃ EU IR MÉDICO

(39)

MANHÃ-a (IX-a) EU IR MÉDICO

‘Manhã (é n[**este**] período do dia que) eu vou ao médico.’

Uma última característica da sintaxe dos demonstrativos em libras é a concordância obrigatória com o núcleo nominal. Isto pode ser percebido nas glosas pelo índice ‘-a’ presente no núcleo nominal e na IX pós-nominal, indicando que a apontação (IX) deve concordar com o local no espaço em que o núcleo nominal é realizado, condição que não é atestada para o artigo definido, IX pré-nominal.

| *Pronomes possessivos*

Nomes comuns em libras podem ser precedidos ou sucedidos por pronomes possessivos, como em (40) e (41), embora as leituras sejam levemente diferentes e as diferenças fiquem mais claras a depender da semântica do nome com que se combinem, por exemplo, no contraste com o item FOTO em (42) e (43). Esta aparente variação na posição dos possessivos não é possível em PB com pronomes possessivos de 3ª pessoa como em (44) e (45), como vemos na agramaticalidade da tradução, mas é possível em libras.

(40) RESPONSABILIDADE POSS.1sg

‘Responsabilidade minha’

(41) POSS.1sg RESPONSABILIDADE

‘Minha responsabilidade’

(42) FOTO POSS.1sg

‘Foto minha’ (é possível que minha imagem esteja na fotografia)

(43) POSS.1sg FOTO

‘Minha foto’ (eu sou o dono da foto, mas não obrigatoriamente eu estou na fotografia)

(44) HISTÓRIA POSS.3sg

‘História dele’

(45) POSS.3sg HISTÓRIA

‘*Dele história’

| *Sintagma adjetival*

Em libras somente se atesta adjetivos atributivos e inexistem os adjetivos relacionais e pátrios. Na grande maioria dos casos o adjetivo ocorre em posição pós-nominal, com poucas exceções como em (50) em que a ordem é Adj-N.

(46) BALEIA BONIT@

‘Baleia *bonita*’

(47) COISAS RUIM

‘Coisas *ruins*’

(48) PESSOA JOVEM

‘Pessoa *jovem*’

(49) ESCOLA BILÍNGUE

‘Escola *bilíngue*’

(50) SURD@ QUER BILÍNGUE ESCOLA

‘Um/uns/o/os surdo(s) quer(em) uma/umas/a/as escola(s) *bilíngue(s)*’

Os adjetivos em (46)-(50) não podem ser diretamente gradados pelo advérbio MUITO, como em (51), ao invés disso, a gradação é feita com marcas não-manuais realizadas simultaneamente com o adjetivo.

(51)

*BALEIA MUIT@ BONIT@

‘Uma baleia muito bonita’

(52)

_____marca-não-manual-de-intensidade

BALEIA BONIT@

‘Uma baleia muito bonita’

Modificação Direta

Os nomes também são geralmente sucedidos por modificadores que podem ser: (53) outros nomes, (54) adjetivos, (55) sintagmas preposicionados (um dos poucos casos na libras)⁷ e (56) advérbios:

(53) PROFISSIONAL ÉTICA

‘Profissional *ético*/ *Ética profissional’

(54) FAMÍLIA DURA

‘Família *dura*/*difícil*’

(55) MUNDO [PRÓPRIO SURDO]PP

‘Mundo *dos surdos*’

(56) VIDA PASSADO

‘Vida *passada*’

Concordância interna do SN em Libras

No que se refere à concordância de número dentro do SN em libras, quando Almeida-Silva (2019) realiza testes mesclando a marcação dos traços de número nos determinantes e nos nomes, identificou-se que há um tipo de *spreading* na concordância de número na libras.

A língua é sensível à diferença entre a marcação de número nos determinantes pré e pós nominais, e o nome constitui um tipo de barreira para a marcação de número em SNs complexos. Assim sendo, quando algum determinante pré-nominal estiver marcado para [+pl], nenhum outro determinante pré-nominal pode estar marcado para [+pl]. O que significa que a língua não permite a marcação re-

⁷ Cf. El Khouri, Carneiro e Borges (2021) para outras estratégias de posse atributiva na libras.

dundante de número em mais de um determinante antes do N (áreas em cinza na tabela). No entanto, essa restrição desaparece após o N, os determinantes pós-nominais podem fazer a marcação redundante ou não redundante de número (áreas em laranja). A tabela a seguir resume algumas das possibilidades de construções realizáveis para o SN em libras considerando a descrição que realizamos nas seções acima.

Tabela 1: Alguns dos possíveis SNs em libras com elementos pré e pós-nominais

D	Poss	Num	N	Quant	SAdj	Sadv	Dem
Ø	Ø	Ø	CASA.sg	Ø	Ø	Ø	Ø
IX.sg	Ø	Ø	CASA.sg	Ø	Ø	Ø	Ø
IX.sg	Ø	Ø	CASA.sg	Ø	Ø	Ø	IX.sg
IX.pl	Ø	Ø	CASA.sg	Ø	Ø	Ø	Ø
IX.pl	Ø	Ø	CASA.sg	Ø	Ø	Ø	IX.pl
IX.pl	POSS.1	Ø	CASA.sg	VÁRI@S	Ø	Ø	Ø
IX.pl	POSS.1	Ø	CASA.sg	VÁRI@S	BONIT@	Ø	Ø
IX.pl	POSS.1	Ø	CASA.sg	VÁRI@S	BONIT@	PASSAD@	Ø
IX.pl	POSS.1	Ø	CASA.sg	VÁRI@S	BONIT@	PASSAD@	IX.pl
Ø	Ø	MUIT@	CASA.sg	VÁRI@S	Ø	Ø	Ø
Ø	POSS.1	MUIT@	CASA.sg	VÁRI@S	BONIT@	Ø	Ø
Ø	POSS.1	MUIT@	CASA.sg	VÁRI@S	BONIT@	PASSAD@	Ø
Ø	POSS.1	MUIT@	CASA.sg	VÁRI@S	BONIT@	PASSAD@	IX.pl
Ø	Ø	Ø	CASA.pl	Ø	Ø	Ø	Ø
Ø	Ø	Ø	CASA.pl	Ø	Ø	Ø	IX.pl
IX.pl	Ø	Ø	CASA.pl	Ø	Ø	Ø	Ø
IX.pl	Ø	Ø	CASA.pl	Ø	Ø	Ø	IX.pl
Ø	Ø	Ø	CASA.pl	TOD@S	BONIT@	Ø	IX.pl
Ø	Ø	TOD@S	CASA.pl	Ø	BONIT@	PASSAD@	IX.pl
Ø	Ø	5	CASA.sg	Ø	Ø	Ø	Ø

Fonte: os autores.

Vimos, então, que a libras não licencia a marcação redundante de número no ambiente pré-nominal. A seguir, veremos nas próximas

tabelas que quando o artigo ou o nome estão marcados para singular, o demonstrativo não pode aparecer com um traço discordante, ou seja, plural. Mas, se o traço plural estiver marcado no artigo ou no nome, o demonstrativo pode ou não concordar com os traços de número, apresentando-se como singular ou plural.

Tabela 2: SN com Art+N+Dem

Status	IX	N	IX	Exemplo
ok	-	-	-	A casa esta
*	-	+	-	A casas esta
*	-	+	+	A casas estas
*	-	-	+	A casa estas
ok	+	+	+	As casas estas
ok	+	+	-	As casas esta
ok	+	+/-	+	As casas estas
ok	+	-	-	As casa esta

Fonte: os autores.

Tabela 3: SN com Art+N

Status	IX	N	Exemplo
ok	-	-	A casa
*	-	+	A casas
ok	+	+	As casas
ok	+	-	As casa

Fonte: os autores.

Tabela 4: SN com N+Dem

Status	N	IX	Exemplo
ok	-	-	Ø casa esta
ok	-	+	Ø casa estas
ok	+	+	Ø casas estas
ok	+	-	Ø casas esta

Fonte: os autores.

Conclusão

Esta é uma descrição inicial da estrutura sintática do SN em libras. Outros estudos já foram realizados sobre as categorias que compõem o SN na libras, contudo, neste texto, procuramos unir, de forma didática, o que se sabe sobre do que é feito o SN na libras, quais as ordens possíveis destes elementos e as questões relativas a concordância dentro do SN na libras.

Ainda neste texto, procuramos contribuir com outros fenômenos sintáticos do SN em libras, como a coordenação, que é um fenômeno que pode lançar luz sobre, por exemplo, o debate sobre a libras ser uma língua com ou sem a camada DP.

Atesta-se que mesmo sendo uma língua que licencia nomes nus, a libras possui a sua disposição uma gama de determinantes que contribuem para a atribuição da referencialidade e do número dentro do SN.

Espera-se que a partir desta descrição inicial, outros trabalhos possam se desenvolver para explicitar os mecanismos de derivação sintática e as possíveis categorias funcionais que estão presentes no SN em libras.

Referências

- ABNEY, S. P. **The English noun phrase in its sentential aspect**. 1987. Tese (Doutorado em Linguística) – Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 1987.
- ALMEIDA-SILVA, A. *et al.* **A (in) definitude no sintagma nominal em libras: uma investigação na interface sintaxe-semântica**. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 2019.
- BAKER, A. *et al.* (ed.). **The linguistics of sign languages: An introduction**. Nova York: John Benjamins Publishing Company, 2016.
- BRITO, A. M.; LOPES, R. E. V. The structure of DPs. **The Handbook of Portuguese Linguistics**, p. 254-274, 2016.
- CHOMSKY, N. **The minimalist program**. Nova York: MIT press, 2014 [1995].
- DE OLIVEIRA, J. A.; SANTOS, J. M.; LESSA-DE-OLIVEIRA, A. S. C. COMPONENTES DO SINTAGMA NOMINAL EM LIBRAS. **Colóquio do Museu Pedagógico**, v. 13, n. 1, p. 756-759, 2019.
- EL KHOURI, J. I. B.; CARNEIRO, B. G.; BORGES, M. V. Posse atributiva em libras. **Signótica**, Goiânia, v. 32, e64146, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/64146>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- FINAU, R. **Uma análise do sistema quantificacional da Libras**. Florianópolis: Editora Insular, 2014. p. 119-143.
- KLIMA, E. S.; BELLUGI, U. **The signs of language**. Nova York: Harvard University Press, 1979.
- LANG, E. Parallelismus als universelles Prinzip der Strukturbildung. In: LANG, E.; SAUER, G. (eds.). **Parallelismus und Etymologie**. Berlin: Akademie der Wissenschaften der DDR, Zentralinstitut für Sprachwissenschaft, 1987. p.1-54.
- LEAL, M. M. P. **A categoria número (nominal) na Libras**. 2022. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2022.
- LILLO-MARTIN, D. C.; GAJEWSKI, J. One grammar or two? Sign Languages and the Nature of Human Language. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Cognitive Science**, v. 5, n. 4, p. 387-401, 2014.

MACLAUGHLIN, D. **The structure of determiner phrases**: Evidence from American Sign Language. Boston, MA: Boston University, 1997.

PETRONIO, K. Bare noun phrases, verbs and quantification in ASL. In: BACH, E.; JELINEK, E.; KRATZER, A.; PARTEE, B.H. (eds). **Quantification in Natural Languages**: Studies in Linguistics and Philosophy. Dordrecht: Springer, 1995. p. 603-618.

PFAU, R.; STEINBACH, M. Plural formation in German Sign Language: Constraints and strategies. **Gebärdensprachen: Struktur, Erwerb, Verwendung**, p. 111-144, 2005.

RODRIGUES, A. As orações adversativas na Língua Brasileira de Sinais: uma abordagem semântico-funcional. **Sensos-e**, v. 6, n. 1, p. 90-103, 2019.

ZORZI, Giorgia *et al.* **Coordination and gapping in Catalan Sign Language (LSC)**. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Pompeu Fabra, Barcelona, 2018.

O que considerar no estudo sobre o fenômeno da extração a partir de sintagmas nominais?

Adeilson Pinheiro Sedrins

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

Introdução

Na perspectiva teórica da gramática gerativa, interpretam-se as diferentes ordens observadas nos exemplos em (1) como resultado do movimento do objeto do verbo em (1a) para uma posição distinta daquela em que é geralmente realizado. Esse movimento, no entanto, não apagaria a posição inicial em que o elemento foi gerado e essa posição estaria semanticamente conectada com o elemento movido.

- (1) a. O João, a Maria ama _ .
b. A Maria ama o João.

Diferentes teorias sobre movimento de constituintes têm sido apresentadas para explicar esse fenômeno nas línguas naturais e, em (2), apresentamos duas formas de capturar a relação entre o elemento movido e a posição inicial do movimento:

- (2) a. [O João]_i a Maria ama *t*_i.
b. [O João] a Maria ama <ø- João>.

Em (2a), o constituinte movido deixa no lugar a partir do qual se desloca um vestígio, representando pela letra “*t*”, do inglês *trace*, apresentando ambos, o vestígio e o elemento movido, a mesma referência, representada pela letra “*i*” em subscrito. Em (2b), a relação se dá através de uma cópia do objeto, que é deletada após a realização do movimento. Muito além de buscar formas notacionais adequadas para interpretar o fenômeno do movimento de constituintes nas línguas naturais, uma teoria de sintaxe deve também responder por que existem esses movimentos e que restrições atuam sobre esse fenômeno.

Neste capítulo, apresentamos algumas considerações acerca de restrições sobre a extração de constituintes em sentenças do português brasileiro, sob a perspectiva teórica da gramática gerativa, na versão de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981 e trabalhos subsequentes), revisitando o texto apresentado em Sedrins (2009), tese de doutorado desenvolvida sob a orientação da Profa. Denilda Moura (*in memoriam*), enquanto membro do Grupo do Programa de Estudos Linguísticos (PRELIN). Apresentamos um conjunto de restrições observadas para o movimento de constituintes nas línguas naturais, considerando especificamente o caso de extração de elementos para fora do domínio do sintagma de determinante. O movimento de constituintes para a periferia esquerda da sentença, para uma posição não-argumental, é o que constitui o que iremos considerar *extração*, seguindo Chomsky (1981, 1982, 1986a) e Postal (1998).

O efeito de especificidade e a extração de adjuntos e argumentos de nome

A observação de restrições para movimento de constituintes permitiu verificar, no inglês, um contraste interessante entre a extração de um sintagma preposicionado (PP), licenciado em posição de complemento, e a extração de um PP licenciado em posição de adjunto. Os contrastes em (12), observados por Huang (1982) e retomados

em Chomsky (1986b), mostram que a extração do complemento nominal em forma de *wh* é possível, tanto com a preposição movida juntamente com o SN, (12b), ou com a preposição permanecendo *in situ*, (12a). Nenhuma dessas possibilidades é possível para a extração do adjunto em (12c) e (12d).

(12) a. which city did you witness [_{NP} the [destruction of t]]

que cidade você presenciou a destruição de

‘de que cidade você presenciou a destruição?’

b. of which city did you witness [_{NP} the [destruction t]]

de que cidade você presenciou a destruição

‘de que cidade você presenciou a destruição?’

c. *which city did you meet [_{NP} the man [_{PP} from t]]

que cidade você encontrou o homem de

‘de que cidade você encontrou o homem?’

d. *from which city did you meet [_{NP} the man t]

de que cidade você encontrou o homem

‘de que cidade você encontrou o homem?’

(CHOMSKY, 1986b, p. 80, ex. (181))

Contudo, como Chomsky (1986b) observa, as restrições atuantes na extração do adjunto adnominal em (12d) podem ser de ordem mais “misteriosa”. O autor mostra que em outras estruturas similares do inglês, como as apresentadas em (13), o movimento do adjunto adnominal se torna possível:

(13) a. this is the city that I met [_{NP} three people [_{PP} from t]]

‘essa é a cidade de onde eu encontrei três pessoas’

b. which city did you meet [_{NP} more people [_{PP} from t]] (London or Paris)

‘de que cidade você encontrou mais pessoas (Londres ou Paris)’

(CHOMSKY, 1986b, p. 81, ex. (183))

Comparando os exemplos em (12) e (13), nota-se que os sintagmas nominais de onde o adjunto adnominal é movido diferem em relação ao que Chomsky denominou de “especificidade”. Diferente dos sintagmas nominais em (13), as construções nominais em (12) são introduzidas pelo artigo definido do inglês (*the*), enquanto, nos exemplos em (13), os sintagmas nominais são introduzidos por elementos menos específicos. Esse contraste levou Chomsky à conclusão de que além das restrições estruturais impostas pelo sistema gramatical, algo como uma “condição de especificidade” (CHOMSKY, 1973, 1977; FIENGO; HIGGINBOTHAM, 1981; DIESING, 1992; DAVIES; DUBINSKY, 2003) tem de ser levado em consideração no caso de extração de constituintes a partir de construções nominais.

A partir da hipótese DP (SD), proposta em Abney (1987), os estudos acerca da sintaxe das construções nominais tomam uma nova perspectiva. Tome-se, por exemplo, o fato de que considerando SD e não mais SN como a projeção mais proeminente do sintagma nominal, numa teoria de barreiras, como aquela esboçada em Chomsky (1986b), SN deixa de ser a projeção *L-marcada* passando a ser uma barreira inerente nos casos em (13). Stowell (1989) é um dos primeiros trabalhos que procuram explicar os contrastes de extração entre complementos e adjuntos de nome lançando mão da noção do Princípio de Categorias Vazias (PCV) (CHOMSKY, 1981), juntamente com a estrutura de SD proposta em Abney. Outro trabalho nessa perspectiva é encontrado em Culicover e Rochemont (1992), ambos voltados para o estudo do inglês.

| *Extração de argumentos e adjuntos de nome no PB*

Quando olhamos para dados do Português Brasileiro (PB), verificamos que essa língua apresenta um comportamento peculiar no que tange à extração de argumentos e adjuntos de nome, se comparada a uma língua como o inglês. A princípio, um contraste entre a extração

dessas construções pode ser também verificado no PB, como mostra (17):

- (17) a. [_{ARGUMENTO} *De qual cidade*] você presenciou a destruição *t*?
 b. * [_{ADJUNTO} *De qual cidade*] você encontrou o homem *t*?

Apesar de o contraste entre a extração de complemento e adjunto de nome poder ser verificado no PB, em (17), Avelar (2006) verificou que *de-phrases* não argumentais, como os apresentados em (18), podem ser livremente extraídos para fora do domínio nominal em PB¹:

- (18) a. *De qual* caixa a criança comeu [os bombons *t*]?
 b. *De qual* porta o funcionário já trocou [a maçaneta *t*]?

Dessa forma, a extração de um adjunto introduzido pela preposição *de* parece ser tão boa quanto a extração de complementos nominais, como é o caso das extrações em (19).

- (19) a. *De qual* estrada o governo iniciou a restauração *t*?
 b. *De qual* ponte as chuvas causaram a destruição *t*?

Ainda no que tange ao movimento de SPs para fora de contextos nominais, as possibilidades de extração no PB também diferem daquelas encontradas no espanhol, por exemplo. Conforme observado por Ticio (2003), o espanhol não permite extração a partir de SDs especificados (20), o que é possível no PB (21)²:

- (20) a. **De qué* autor has leído los três libros?

(TICIO, 2003)

- (21) a. *De qual* autor você leu os três livros?

1 A restrição sobre extração de elementos a partir do SD, conforme discutiremos na seção 3, reflete, na verdade, a distinção entre construções genitivas e não genitivas.

2 Um contexto que proíbe extração são os SDs introduzidos por demonstrativos, tanto no PB, quanto no espanhol (SEDRINS, 2009).

Ainda, quando introduzidos por um artigo definido, os SDs no espanhol permitem apenas a extração de um genitivo com interpretação de *tema*, bloqueando a extração de genitivos com interpretação de *possuidor* ou *agente* (22). No PB, todos esses casos de extração resultam em construções gramaticais (23).

- (22) a. *¿De qué autor has leído [los libros t_{agente}]?
‘De que autor você leu os livros’
b. *¿De quién has visto [las fotos de ese monte t_{possuidor}]?
‘De quem você viu as fotos desse monte’
c. ¿De qué cantante salieron publicadas [las fotos t_{tema}]?
‘De que cantor saíram publicadas as fotos’
(TICIO, 2003, p. 31, ex. (16))
- (23) a. *De que* autor o João leu os livros?
b. *De quem* o João viu as fotos de férias?
c. *De que artista famoso* publicaram as fotos?

Para além do efeito de especificidade

A análise de Davies e Dubinsky (2003)

Davies e Dubinsky examinam a extração de constituintes *wh* de dentro de SN³ na posição de objeto, observando fatores semânticos até então não considerados em outras análises e que interferem no fenômeno da extração. Recorrendo à tipologia de nomes apresentada em Grimshaw (1990), os autores observam que (i) no inglês, os nomes que não licenciam “participantes”, em sua estrutura conceptual lexical, não permitem nenhum tipo de extração e (ii) que certos SNs do inglês permitem extração mesmo quando são definidos.

3 Os autores se referem a SN em vez de SD. Ao nos referirmos à análise de Davies e Dubinsky, iremos manter a forma SN para nos referirmos à construção nominal, buscando preservar a escolha dos autores.

Os autores exploram quatro contextos de acordo com o tipo semântico do núcleo nominal, que são: (a) nomes com leitura de evento complexo, os quais licenciariam verdadeiros argumentos, que poderiam ser extraídos; (b) nomes concretos, que não permitiram extração; (c) nomes representacionais, que podem oscilar entre uma leitura concreta ou abstrata, sendo possível a extração de elementos apenas quando a leitura abstrata é observada; (d) nomes de resultados de processo, para os quais o efeito de especificidade parece atuar. Vejamos os exemplos para cada caso.

O primeiro é aquele em que o nome, núcleo do SN, denota um processo de evento complexo, conforme mostram os dados de (25) e (26):

- (25) Who did Ashley participate in/watch/protest the coronation of?

‘De quem Ashley participou de/assistiu/protestou a coroação?’

(DAVIES; DUBINSKY, 2003, p. 2, ex. 4)

- (26) a. What did they observe/hear about/remember/decry the production of?

‘De que eles observaram/ouviram sobre/lembra/condenaram a produção?’

- b. Which patient did the med students participate in/observe/miss the operation on?

‘Que paciente os estudantes de medicina participaram da/observaram/perderam a operação?’

(DAVIES; DUBINSKY, 2003, p. 15, ex. 30)

A possibilidade de extração a partir de NPs definidos, cujo núcleo nominal é um nome de evento complexo, pode ser atribuída, segundo Davies e Dubinsky, ao fato de que o determinante nesses contextos não é necessariamente um determinante. Outros determinantes não podem concorrer com o artigo definido nesse contexto. Enquanto “*the production of X*” denota, no inglês, tanto uma leitura de processo

quanto de resultado, “*a production of X*” denota apenas uma leitura de resultado. Nesse sentido, os autores observam que artigos definidos não funcionam da mesma forma com nomes de processo e nomes de resultado. De acordo com Grimshaw (1990), “the” não parece codificar definitude quando introduz um nome com leitura de processo. Segundo a autora, a artigo definido não adiciona nenhum significado ao SN e é, em alguns contextos, opcional na leitura de processo, como em (27):

- (27) a. Scientists observed the revolution of a satellite around Mars.
(processo/resultado)

‘Cientistas observaram a revolução de um satélite ao redor de Marte’.

- b. Scientists observed a revolution of a satellite around Mars.
(*processo/resultado)

‘Cientistas observaram uma revolução de um satélite ao redor de Marte’.

O segundo caso observado pelos autores é o dos SNs nucleados por nomes concretos, para os quais, conforme observam, a extração é bloqueada, sejam SNs definidos, como o apresentado em (28), sejam SNs indefinidos, como os apresentados em (29).

- (28) *Which church did Ashley prefer/like/describe the café near?

‘Perto de que igreja Ashley preferiu/gostou/descreveu (d)o café?’

(DAVIES; DUBINSKY, 2003, ex. 2)

- (29) a. *Which neighbor did Shely chain [some dogs of _] to a tree?

‘De que vizinho Shely amarrou alguns cachorros numa árvore?’

- b. *Which wood was Gene hoping to find [a table of _] for the kitchen?

‘De que madeira Gene esperava encontrar uma mesa para a cozinha?’

c. *What sort of fur was George looking for [a dog with _]?

‘Com que tipo de pelo George estava procurando um cachorro?’

(DAVIES; DUBINSKY, 2003 p. 16, ex: 31a-c)

O terceiro contexto abordado em Davies e Dubinsky (2003) é o de SNs nucleados por nomes representacionais (como *quadro*, *livro*, *foto* etc.), para os quais observam uma restrição de extração quando esses nomes são tomados na sua leitura concreta, mas não quando são tomados por uma leitura abstrata, como pode ser observado nos exemplos a seguir.

(30) a. Who did Ashley read/edit/buy/*destroy/*stack [books about _]?

‘Sobre quem Ashley leu/editou/comprou/
*destruiu/*empilhou?’

b. *Who did Ashley read the/that/her book about?

‘Sobre quem Ashley leu o/aquele/seu livro?’

c. Who did Ashley write her/that/*your book about?

‘Sobre quem Ashley escreveu seu/aquele/ livro?’

(DAVIES; DUBINSKY, 2003, p. 2, ex. 3a-c)

(31) a. Which presidents do children usually read/hate/buy/*shelve/*soil books about?⁴

‘Que presidents as crianças usualmente leem/odeiam/compram/*arquivam/*sujam o livro?’

(DAVIES; DUBINSKY, 2003, p. 18, ex. 36)

4 Os autores observam que a extração é permitida para os casos em que o verbo principal determina uma leitura informacional para *livro* (book), mas não como denota um objeto concreto. Para o verbo *comprar*, os autores observam que pode haver tanto a leitura física ou metafísica e tomam o seguinte contexto como exemplo: Se alguém aponta para um livro que você possui e diz: “Eu gostaria de comprar aquele livro”, existe uma ambiguidade que pode denotar que a pessoa quer comprar exatamente o livro que você possui ou comprar uma cópia do livro que você que você possui.

Em (31) o SN é indefinido, mas proíbe extração para predicados com “*shelve*” e “*soil*”, que pressupõem tomar “*book*” no sentido físico, contrariamente a predicados como “*read*” e “*hate*” que tomam “*book*” no sentido do conteúdo.

No PB, esse contraste é também observado:

(32) a. Sobre o que você está escrevendo um livro?

b. *Sobre o que você está guardando um livro?

O quarto caso explorado por Davies e Dubinsky é o contexto de nomes de resultado, como o apresentado em (33).

(33) a. *Who* were the Phillies hoping for a victory/some victories over _ ?

‘Sobre quem os Phillies esperam por uma vitória/algumas vitórias’?

b. **Who* were the Phillies hoping for the/that victory over _ ?

‘Sobre quem estavam os Phillies esperando pela/ por aquela vitória’?

(DAVIES; DUBINSKY, 2003, p. 16, ex. 32)

A partir da observação desses quatro contextos, os autores pontuam que não se trata de questionar ou abandonar a atuação do *efeito de especificidade* para o inglês. Para eles, esse efeito é atuante no inglês e os casos de extração a partir de SNs definidos ocorrem com um tipo específico de nome, em contexto verbal específico, quando ocorre uma “incorporação”. A incorporação N-V amplia o espaço da construção nominal, permitindo extração.

Considerando a proposta de Baker (1988), os autores propõem que as exceções de extração a partir de contextos definidos no inglês envolvem uma incorporação abstrata do nome ao verbo. Essa incorporação é licenciada sob as seguintes condições: (i) o núcleo nominal é um nome de resultado; (ii) o nome de resultado é o complemento de um verbo causativo semanticamente relacionado ao resultado de-

notado (ex.: escrever um livro, pintar um quadro etc.) e (iii) o sujeito do verbo controla o sujeito agentivo do nome de resultado, como pode ser visto em (34).

(34) a. *Who did Ashley **read** the/that/her book about?

b. Who did Ashley **write** her/that/*your book about?

(DAVIES; DUBINSKY, 2003, p. 2, ex. 3)

Outros fatores têm sido controlados em relação ao fenômeno da extração, por se mostrarem atuantes no bloqueio do movimento de elementos para fora do domínio nominal. Muito da literatura tem sido observado para as línguas românicas, especialmente para o italiano (CINQUE, 1980; GIORGI; LONGOBARDI, 1991, entre outros), para o francês (MENSCHING, 2019; VALOIS, 1991, entre outros) e para o espanhol (TICIO, 2003; ORMAZABAL, 1991, entre outros). No PB, tanto quanto é do nosso conhecimento, exploraram esse fenômeno: Avelar (2006), Sedrins (2009) e Bastos-Gee (2011). Passamos a discutir brevemente as restrições observadas.

Restrições de extração nas línguas românicas

Genitivos e adjuntos

Uma primeira restrição a ser observada na literatura sobre o fenômeno da extração a partir de SNs nas línguas românicas diz respeito ao tipo de sintagma preposicionado (SP) que pode ser extraído. Em geral, sintagmas introduzidos pela preposição *de*, complementos de nome, no espanhol, no italiano, no francês e no PB podem geralmente ser extraídos para fora do domínio nominal. Já SPs introduzidos por outras preposições não permitem a extração. Os dados a seguir mostram o contraste de extração considerando o tipo de preposição que encabeça o SP dentro do SN:

(35) a. [De qui] avez-vous vu [une photo]]?

‘De quem você viu uma foto’?

b. *[Sur qui] as-tu lu [le livre]]?

‘Sobre quem você leu o livro’?

(MENSCHING, 2019, p. 287, ex. 5 e p. 282, ex. 2)

Espanhol

(37) a. ¿De qué cantante salieron publicadas [las fotos]?

‘De que cantor saíram publicadas as fotos’?

b. *¿Según quién escuchamos el evangelio?

‘Segundo quem escutamos o evangelho’?

(TICIO, 2003)

Italiano

(38) a. Una persona [di cui] apprezziamo [la grande generosità] (è Giorgio)

‘Uma pessoa de quem apreciamos a grande generosidade é Giorgio’

b. *Il paese [a cui] ricordiamo [um/l’attcco] (è la Polonia).

‘Um país ao qual recordamos um ataque é a Polônia’

(CINQUE, 1980, p. 7-8, ex. 1a, b)

PB

(39) a. [De quem] o João quebrou a estante?

b. *[A que] a Maria comprou o chocolate? (A Maria comprou o chocolate ao leite)

Entre as construções introduzidas por *de*, há aquelas que correspondem a construções genitivas e aquelas que se comportam como típicos adjuntos adnominais. As construções genitivas nas línguas românicas se caracterizam por (a) serem introduzidas pela preposição

de; (b) poderem ser parafraseadas por um possessivo (livro *de João* > livro *dele*) e apresentarem leitura de possuidor, agente ou tema. Já as construções introduzidas por *de*, que não são genitivas, não apresentam nenhuma dessas propriedades e, ainda, são resistentes à extração. No PB e no francês, *de* pode ser uma preposição introdutora de um SP com leitura de origem/fonte, como nos casos em (40), em que a extração implica uma sentença agramatical:

(40) *Francês*

a. *[De quel pays] avez-vous rencontré [les arrivants de quel pays] ?

‘De que país você encontrou os visitantes?’

(Mensching, 2019, p. 287, ex. 7)

PB

b. *De que cidade vocês encontraram os meninos ~~de que cidade~~?

Sportiche (1981) e Mensching (2019) observaram a impossibilidade de extração de SPs introduzidos por *de*, no francês, a partir de SNs, quando denotam origem/fonte. Sedrins (2009) aborda o fenômeno da extração observando que no PB apenas genitivos podem ser extraídos, mas não outros SPs introduzidos por *de*. Giorgi e Longobardi (1991) observam que, no italiano, SPs não genitivos, que apresentam a forma *di*+SN, que são adverbiais por natureza, não podem ser extraídos, como mostra (41):

(41) a. *Di quanti anni fa si possono vedere opere, in quel museo?

‘De quantos anos atrás é possível ver trabalhos de quantos anos atrás, naquele museu?’

(GIORGI; LONGOBARDI, 1991, p. 62, ex. 15d)

O fato de apenas construções genitivas serem passíveis de extração na forma interrogativa, a partir de um DP, direcionou muitas

análises (MENSCHING, 2019; SEDRINS, 2009; AVELAR, 2006; GIORGI; LONGOBARDI, 1991; GUTIERREZ-BRAVO, 2001, entre outros) a assumirem uma relação entre o elemento extraído e seu licenciamento em relação a Caso (genitivo). Em linhas gerais, o argumento do nome que recebe Caso genitivo e está numa posição mais proeminente no SN, posição mais à esquerda, é aquele que pode ser extraído para fora do domínio nominal. Como nas línguas românicas podemos observar a coocorrência de mais de uma construção genitiva dentro do SN, outra restrição foi observada, conforme passamos a discutir na seção a seguir.

Restrição em SNs com múltiplos genitivos

Em Cinque (1980), o autor observa que, no italiano, apenas o constituinte que pode ocupar a posição de especificador do SN é que poderia ser extraído para fora do domínio nominal. Nesse texto, Cinque observa um comportamento para o SN como um domínio que se caracteriza como uma *fase*, conceito que foi aprimorado apenas em Chomsky (2000). Em linhas gerais, um objeto sintático que se comporta como uma fase só permite que sejam extraídos de seu domínio apenas elementos situados na sua periferia esquerda, ou melhor, no especificador da sua projeção⁵.

Giorgi e Longobardi (1991) observam uma hierarquia entre os genitivos do italiano, os quais seriam licenciados na seguinte ordem no SN: tema<agente<possuidor. (42) é um exemplo de construção nominal com múltiplos genitivos no italiano.

- (42) [Il celebre ritratto [_{TEMA} della regina] [_{AGENTE} di Lord Snowdon]
[_{POSSUIDOR} di quel famoso collezionista]
‘O célebre retrato da rainha de Lord Sowdon daquele famoso colecionador’

(GIORGI; LONGOBARDI, 1991, p. 68, ex. 30)

5 O núcleo da fase também estaria disponível para futuras derivações sintáticas, como propõe Chomsky (2000).

Para capturar a ordem hierárquica em que cada genitivo é licenciado, os autores recorrem a testes de ligação em que mostram no italiano a possibilidade de o tema tomar como antecedente o agente ou o possuidor, quando realizado por um elemento anafórico, mas o tema não poderia ser antecedente de um elemento anafórico dentro do SP agente ou possuidor. Os autores também mostram que o agente não poderia ser antecedente para um genitivo possuidor realizado como expressão anafórica. Essas possibilidades de relações anafóricas foram tomadas como fortes indícios para a hierarquia entre os possessivos.

Sendo o possuidor o elemento licenciado mais alto na estrutura, ele é quem pode ser extraído para fora do SN. Estando ausente, o agente se torna o genitivo mais externo no SN e então, só nesse caso, pode ser extraído. Na ausência de um genitivo possuidor e de um genitivo agente, o genitivo tema pode ser extraído. Os exemplos que seguem ilustram essas restrições.

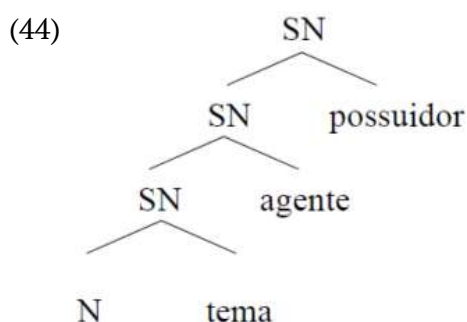
- (43) a. *Quel famoso collezionista*, il cui celebre ritratto della regina di Lord Snowdon è um capolavoro della fotografia
 ‘Aquele famoso colecionador, cujo renomado retrato da rainha de Lord Sonwdon é uma obra-prima da fotografia’
 b. ??*Lord Sowdon*, il cui celebre ritratto della regina di quel famoso collezionista
 ‘Lord Sowdon, cujo célebre retrato da rainha daquele famoso colecionador’
 c. **La regina*, il cui celebre ritratto di Lord Snowdon (di quel famoso collezionista)
 ‘A rainha, cujo célebre retrato de Lord Snowdon daquele famoso colecionador’

(GIORGI; LONGOBARDI, 1991, p. 69, ex. 32)

Em (43a), a extração do genitivo com interpretação de possuidor, em contexto de sentença relativa, não acarreta uma construção agra-

matical, mesmo com a coocorrência do genitivo tema (*della regina*) e do genitivo agente (*di Lord Snowdon*). Em (43b), a extração do *agente* com a coocorrência do *possuidor* e do *tema* implica uma sentença degradada. Já (43c), com a extração do *tema* na presença de *possuidor* e *agente* acarreta uma sentença agramatical.

Em (44), esboçamos o esquema arbóreo de representação do SN com múltiplos genitivos, a fim de ilustrar as relações hierárquicas entre eles:



Sendo o SD uma fase (MENSCHING, 2019; GUTIERREZ-BRAVO, 2001; SVENONIUS, 2004), apenas o elemento na sua periferia estaria disponível para operações posteriores e, no caso da configuração em (44), o possuidor é o elemento que ocupa essa posição, portanto, o candidato disponível para extração. Na ausência do possuidor, o agente seria o candidato à extração e o tema só poderia ser extraído na ausência de possuidor e agente.

Essa restrição em construções com múltiplos genitivos também é observada no francês (VALOIS, 1991; MENSCHING, 2019). No espanhol, o fenômeno da extração de genitivos parece ser mais fortemente influenciado pela definitude do SN, conforme dados apresentados na seção 1, em que possuidor e agente não podem ser extraídos a partir de SNs encabeçado por artigos definidos. No PB, considerando nosso julgamento de aceitabilidade, parece não ser tão clara a distinção de gramaticalidade entre os exemplos em (45).

(45) a. *De quem* o João rasgou o livro do Chomsky?

b. *De qual modelo* o João rasgou a foto daquele fotógrafo famoso?

Em (45a), considere-se a seguinte leitura: *de quem* se refere ao dono do livro, o qual foi escritor por Chomsky (*do Chomsky* = agente/autor). Sendo assim, a extração obedece a ordem hierárquica em que os genitivos são licenciados. Foi extraído o genitivo possuidor, com a coocorrência do genitivo *agente*.

(45b) deveria ser uma sentença bastante degradada, considerando a seguinte leitura: *de qual modelo* seria interpretado como a pessoa que está na fotografia, correspondendo ao genitivo *tema*; *do fotógrafo famoso* corresponde ao *agente*, aquele que tirou a foto. Assim, o genitivo *tema* foi extraído e não o genitivo mais alto na estrutura. Se nosso julgamento de aceitabilidade estiver na direção correta, pode ser indício de que no PB a restrição de hierarquia não seja tão fortemente observada.

Antes de finalizarmos esta seção, gostaríamos ainda de acrescentar outra propriedade que merece destaque no estudo das restrições sobre extração a partir de SNs: a forma do sintagma interrogativo. A construção genitiva em forma interrogativa pode ocorrer com diferentes estruturas:

(46) De quem/De que autor/ De qual autor/ De qual autor famoso...

Em Pesetsky (1987), o autor observa uma distinção de comportamento entre interrogativos na forma *which*-phrase, uma frase que no português teria uma estrutura do tipo *qual-SN* ou *que-SN*, e interrogativos realizados apenas como *what*, *who* (o que, quem)⁶. Em linhas gerais, as restrições de movimento sobre elementos *what* e *who* em cons-

6 Agradeço à Mary Kato pela indicação de leitura de Pesetsky (1987), que muito contribuiu para o nosso tratamento do fenômeno de extração no PB.

truções com múltiplos *wh*- atuam diferente do que em construções na forma *which-phrase*:

(47) a. who did you persuade to read what?

‘quem você persuadiu a ler o quê?’

b. ??what did you persuade who to read?

‘o que você persuadiu quem a ler?’

(48) a. Mary asked who read what

‘Mary perguntou quem leu o quê’

b. *Mary asked what who read

‘Mary perguntou o que quem leu’

(PESETSKY, 1987, p. 104, ex. 20 e 21)

(49) a. Which man did you persuade to read which book?

‘Que homem você persuadiu a ler que livro?’

b. Which book did you persuade which man to read?

‘Que livro você persuadiu que homem a ler?’

(50) a. Mary asked which man read which book

‘Mary perguntou que homem leu que livro’

b. Mary asked which book which man read

‘Mary perguntou que livro que homem leu’

(PESETSKY, 1987, p. 106, ex. 28 e 29)

As construções do tipo *which-phrase* são denominadas por Pesetsky (1987), como construções *D-Linked*, isto é, construções ancoradas ao discurso. Nas palavras do autor, a gama de respostas, previstas para uma interrogativa *D-Linked*, é limitada por um conjunto de coisas que falante e ouvinte têm em mente. Ao contrário, para uma interrogativa não *D-Linked*, esse requerimento não se impõe.

Em construções com múltiplos elementos interrogativos, como as apresentadas em (47) a (50), a *condição de superioridade*⁷ parece atuar, no inglês, somente para os casos com interrogativas não *D-linked*. Observando as glosas desses exemplos, para o português, constata-se o mesmo comportamento de gramaticalidade.

Ademais, é curioso o contraste de aceitabilidade das seguintes sentenças do PB:

- (51) a. ?De que material João comprou uma estante ?
 b. *De que (que) João comprou uma estante ?

De acordo com nosso julgamento de aceitabilidade, (51a) é menos degradada e até mesmo aceitável, quando comparada à estrutura em (51b). (51b) nos parece ser aceitável em contextos de pergunta-eco, que é fortemente ancorada no discurso.

Conclusão

A partir da breve discussão apresentada nas seções anteriores, observamos que: (a) existem restrições atuando sobre o fenômeno da extração de elementos para fora do SN nas línguas naturais; (b) essas restrições são tanto de ordem semântica (ex.: restrição de especificidade), quanto de ordem sintática (ex. restrição em construções com múltiplos genitivos e contraste de extração entre argumento e adjunto de nome); (c) a atuação das restrições varia entre as línguas. Além disso, é imperativo pontuar que muitas das análises apresentadas não consideram todo o corolário de restrições registrado, nem consideram a variação interlinguística da atuação dessas restrições, a fim de apresentar uma análise unificada. Apesar disso, a partir da versão minimalista de teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1995), al-

7 Essa condição pode ser entendida da seguinte forma: Numa construção com múltiplos elementos interrogativos, quando um interrogativo está na posição C da sentença (posição mais à esquerda) e outro está *in situ*, o vestígio do elemento em C deve c-comandar o a posição do interrogativo *in situ*. Em linhas gerais, essa condição proíbe que um interrogativo mais interno na sentença cruze, via movimento, um interrogativo mais “alto” na sentença.

gumas abordagens têm se mostrado promissoras para o tratamento unificado sobre o fenômeno da extração nas línguas naturais.

Em Sedrins (2009, 2011, 2015), apresentamos uma análise comparativa entre o inglês, o PB e o espanhol, em que sugerimos que a diferença de padrão de extração de constituintes observada nessas línguas se deve a diferenças na composição de traços das categorias funcionais do SD, as quais licenciam construções genitivas. Propostas nessa direção são encontradas em Gutierrez-Bravo (2001), para o espanhol, e um pouco mais recente, para o francês, em Mensching (2019).

Referências

ABNEY, S. **The English noun phrase and its sentential aspect**. 1987. Tese (Doutorado em Linguística) – MIT, Massachusetts, 1987.

AVELAR, J. O. de. **Adjuntos adnominais preposicionados no português brasileiro**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – UNICAMP, Campinas, 2006.

BAKER, M. **Incorporation: a theory of grammatical function changing**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

BASTOS-GEE, A. C. **Information Structure within the traditional nominal phrase: The case of Brazilian Portuguese**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Connecticut, Connecticut, 2011. 284f.

CHOMSKY, N. Conditions on transformations. In: ANDERSON, S.; KIPARSKY, P. (eds.). **A Festschrift for Morris Halle**. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1973. p. 232-286.

CHOMSKY, N. On Wh-Movement. In: CULICOVER, P.; WASOW, T.; AKMAJIAN, A. (eds.). **Formal Syntax**. New York: Academic Press, 1977. p. 71-132.

CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, N. **Some concepts and consequences of the Theory of Government and Binding**. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1982.

CHOMSKY, N. **Knowledge of language: its nature, origin and use.** New York: Praeger, 1986a.

CHOMSKY, N. **Barriers.** Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1986b.

CHOMSKY, N. Minimalist inquiries: the framework. *In*: MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. **Step-by-step: essays in minimalist syntax in honor of Howard Lasnik.** Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2000.

CINQUE, G. On extraction from NP in Italian. **Journal of Italian Linguistics**, 5, p. 47-99, 1980.

CULICOVER, P.; ROCHEMONT, M. Adjunct extraction from NP and the ECP. **Linguistic Inquiry**, n. 23, p. 496-501, 1992.

DAVIES, W.; DUBINSKY, S. On extraction from NPs. **Natural language & linguistic theory**, p. 1-37, 2003.

DIESING, M. **Indefinites.** Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1992.

FIENGO, R.; HIGGINBOTHAM, J. Opacity in NP. **Linguistic analysis**, v 7, p. 395-422, 1981.

GIORGI, A.; LONGOBARDI, G. **The syntax of noun phrases.** Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991.

GRIMSHAW, J. **Argument structure.** Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1990.

GUTIERREZ-BRAVO, R. Phases, case and accessibility: the case of extraction from DP in Spanish. *In*: MCCLOSKEY, J. (ed.). **Syntax and semantics at Sana Cruz 3.** Santa Cruz: University of California, 2001.

HUANG, J. **Logical Relations in Chinese and the Theory of Grammar.** 1982. Tese (Doutorado em Linguística) – MIT, Cambridge, 1982.

MENSCHING, G. Extraction from DP in French: a minimalist approach. *In*: FRANCO, L.; MORENO, M. M.; REEVE, M. (eds.). **Agreement, case and locality in the nominal and verbal domains.** Berlin: Language Science Press. 2019. p. 281-312.

ORMAZABAL, J. **Asymmetries on wh-movement and some theoretical consequences.** Storrs: University of Connecticut, 1991.

PESETSKY, D. Wh-in-situ: movement and unselective binding. *In*: REULAND, E. J.; MEULEN, A. G. B. **The representation of (in)definiteness**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1987. p. 98-129.

POSTAL, P. M. **Three investigations of extraction**. Cambridge: MIT Press, 1998.

SEDRINS, A.P. **Restrições de extração de argumentos e adjuntos de nome no português brasileiro**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

SEDRINS, A. P. Construções genitivas, extração e definitude no português brasileiro. **Revista do GELNE**, v. 13, n.1, p. 83-106, 2011.

SEDRINS, A. P. On extraction from definite DPs. **Poznan studies in contemporary linguistics**, v. 51, p. 2, p. 291-313, 2015.

SPORTICHE, D. Bounding nodes in French. **The linguistic review**, v. 1, p. 219-246, 1981.

STOWELL, T. Subjects, specifiers, and X'-theory. *In*: BALTIN, M. R.; KROCH A. S. **Alternative Concepts of Phrase Structure**. Chicago: The University of Chicago Press, 1989. p. 232-262.

SVENONIUS, P. On the edge. *In*: ADGER, D.; DE CAT, C.; TSOULAS, G. (orgs.). **Peripheries: syntactic edges and their effects**. Dordrecht: Kluwer, 2004. p. 259-287.

TICIO, M. E. **On the structure of DPs**. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Connecticut, Connecticut, 2003.

VALOIS, D. **The internal syntax of DP**. 1991. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1991.

Reflexões sobre o comportamento do pronome possessivo de terceira pessoa no português brasileiro

Mary Hellen Batista dos Santos Severiano
Universidade Federal de Alagoas

| Introdução

A Língua Portuguesa (LP) nos apresenta um terreno para múltiplos estudos sob as mais diferentes perspectivas teóricas. Por seu caráter heterogêneo, a LP nos permite verificar, nos usos cotidianos, a sua diversidade e criatividade, as quais enfatizam seu caráter multifacetado, o que leva os estudiosos da língua a investigar as mudanças que ocorrem ao longo dos anos. Nesta seara, os estudos que têm como objeto de análise o paradigma pronominal do Português Brasileiro (PB) não são incomuns. De modo geral trabalhos cujo objeto de análise é o paradigma pronominal do PB buscam apresentar, descrever ou explicar as sentenças possíveis que são implementadas na língua dada a sua recursividade.

Tais pesquisas as quais têm como objeto de análise o paradigma pronominal do PB discorrem, por exemplo, sobre a frequente utilização de pronomes nominativos no lugar dos pronomes acusativos, o que vai de encontro às normas prescritas pela Gramática Tradicional (GT). Para além do uso criativo relacionado aos pronomes, há também

estudos que descrevem a substituição de alguns desses itens, a exemplo da substituição do pronome *nós* pela forma *a gente*, ou mesmo o (des)uso de pronomes a exemplo do que ocorre com o pronome *vós*, haja vista que este está restrito a contextos bastantes específicos.

Constatando que o quadro pronominal do PB é um terreno fértil para análises, nossas observações, neste trabalho, serão sobre as formas possessivas e suas peculiaridades. Desse modo, tomando como base o arcabouço da teoria gerativa, a qual compreende a linguagem como inata ao ser humano, objetivamos descrever algumas particularidades no que concerne as formas possessivas em dois contextos distintos a saber: i) o contexto de frases declarativas e ii) o contexto de vocativo. Nossas reflexões utilizarão dados de introspecção, uma vez que, como falantes competentes na nossa língua, poderemos julgar as sentenças e verificar como são estabelecidas as relações entre os seus elementos composicionais.

No intuito de organizar nosso estudo, buscaremos, em um primeiro momento, descrever duas perspectivas de análise do sistema pronominal: A primeira será referente ao que preconiza a GT, a segunda irá considerar os usos possíveis dos pronomes possessivos, conforme verificado em Neves (2011).

Em um segundo momento, pretendemos analisar os contextos nos quais o pronome possessivo de terceira pessoa pode ser utilizado a fim de verificar a possibilidade da leitura de posse em ambos os contextos mencionados.

Vale salientar que para promover uma análise mais criteriosa sobre o uso dos pronomes *seu/sua/seus/suas*, em alguns momentos, buscaremos comparar o uso destes aos pronomes possessivos de segunda pessoa *teu/tua/teus/tuas*, devido ao fato de observarmos que há uma notória alternância entre o uso dos pronomes *teu* e *seu*, conforme vemos abaixo:

- (1) a. Quero a *tua* chave.
- b. Quero a *sua* chave

Dados os exemplos acima, compreendemos que no PB há a possibilidade de alternância no uso dos pronomes possessivos em questão sem comprometer a gramaticalidade ou mesmo prejuízo para a compreensão das sentenças. Ademais, quando considerado o contexto de vocativo, apresentaremos em nossa análise outras formas possessivas a exemplo do pronome *nosso/nossa/nossos/nossas/*, buscando tanto uma descrição mais precisa das particularidades do pronome possessivo, bem como uma comparação entre esses pronomes, no intuito de também verificar o elemento basilar deste estudo: as leituras de posse.

Os pronomes possessivos na tradição gramatical

A tradição da gramatical de cunho prescritivo há muito se ocupa sobre questões relacionadas ao que considera “bom uso” da língua e, com isso, aponta o que nas escolas aprendemos a julgar certo ou errado. Para além das prescrições, o uso criativo e dinâmico da língua nos permite visualizar uma riqueza que é infinitamente maior do que propõem as regras de manuais de gramática tradicional. Além disso, quando comparados diferentes manuais de gramática tradicional, observa-se que esses, por vezes, apresentam descrições distintas do paradigma pronominal.

Nesse sentido, esta seção busca apresentar algumas das descrições do referido paradigma nas perspectivas de autores, tais como: Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2017), contrapondo à descrição de cunho funcionalista oferecida em Neves (2011). Nossa descrição tem como objetivo verificar o comportamento do pronome possessivo canônico. Ademais, apresentaremos algumas considerações sobre a descrição do quadro pronominal, pontuando algumas inquietações sobre os pronomes em questão.

| *A noção de posse presente em Bechara (2009)*

Dado o nosso objeto de análise, é importante destacar que a ideia de posse estabelecida de maneira simples nas gramáticas relaciona, quase sempre, um possuidor e um elemento/pessoa ou coisa possuída como é possível verificar nos exemplos que seguem:

- (2) a. Eu quero **minha** blusa.
- b. Eu quero **sua** blusa.
- c. Eu quero a blusa **dela**.
- d. Ele é amigo **de vocês**.

Nos exemplos acima, verificamos por meio do uso dos possessivos, a relação entre alguém que possui e aquilo que é possuído. Vale destacar que não discutiremos neste momento a natureza referencial dos pronomes. Apresentaremos algumas observações sobre os referentes buscando apenas interpretar melhor as sentenças. Além disso, as formas canônicas e não-canônicas aqui apresentadas pretendem apenas ilustrar a diversidade pronominal e a forma como se estabelece a relação de posse.

Sendo assim, verificaremos a ideia relacionada à posse apresentada por Bechara (2009, p.166), o qual aponta que os “pronomes possessivos são os que indicam posse e fazem referência a terceira pessoa do discurso”. Esses pronomes são apresentados pelo autor, conforme a quadro que segue.

Quadro 1: Pronomes possessivos do português

Singular	1ª pessoa	meu	minha	meus	minhas
	2ª pessoa	teu	tua	teus	tuas
	3ª pessoa	seu	sua	seus	suas
Plural	1ª pessoa	nosso	nosso	nossos	nossas
	2ª pessoa	vosso	vossa	vossos	vossas
	3ª pessoa	seu	sua	seus	suas

Fonte: Bechara (2009, p. 166).

A partir do quadro acima apresentado, observamos que as formas pronominais possessivas correspondem aos pronomes canonicamente classificados como tal. Logo, entende-se que, segundo Bechara, no PB, a relação de posse se estabelece entre um elemento possuidor e um elemento sobre o qual se tem posse, conforme podemos visto em 3.

- (3) a. Esse sapato é **meu**.
- b. **Meu** livro chegou.
- c. Esse carro é **seu**.
- d. **Sua** multa chegou.

Diante dos exemplos apresentados em (3), podemos elencar as seguintes considerações:

- I- Em (3a), o pronome possessivo *meu* apresenta-se como predicator do substantivo *livro*, assim como ocorre com o pronome *seu* em (3c).
- II- Já em (3b) e (3d), os pronomes *meu* e *seu* apresentam comportamento tal como previsto pelas orientações do gramático.
- III- Em (3b) é possível interpretar que o livro encomendado chegou, ou ainda que o livro escrito por ele chegou.
- IV- Se permutarmos os pronomes de primeira ou terceira pessoa nos exemplos acima, verificaremos o mesmo comportamento.

Ainda no que concerne à perspectiva tradicional, é notório que a prescrição gramatical, por vezes, desconsidera os papéis temáticos que podem ser atribuídos ao possessivo, conforme verificamos nos exemplos abaixo:

- (4) a. “Estou de volta ao **meu** aconchego.”
- b. Escreveu **suas** memórias em um diário.
- c. Esperava por **sua** alteza ao pé do altar.

Nos exemplos apresentados em (4), podemos verificar os diferentes papéis temáticos atribuídos aos pronomes. Em (4a) o pronome

seu remete ao lugar de origem. Em (4b) o pronome *suas* denota autoria e em (4c) o pronome possessivo entra na composição do pronome de tratamento. Vale destacar que nas sentenças apresentadas acima não há um referente anafórico para o pronome possessivo.

Bechara (2009) aponta também que os sintagmas nominais que apresentam possessivos não são formados por possessivo + adjetivo, e sim por possessivo + substantivo. Sobre esse ponto, cabe observar alguns exemplos.

- (5) a. Vistamos **seu** José.
b. *Visitamos **seu** lindo.
c. **Seu** José virá hoje?
d. **Seu** digníssimo virá hoje?

Sobre os exemplos acima, cabe destacar aqui a agramaticalidade em (5b), dado o uso do pronome possessivo + adjetivo em um contexto que não é de vocativo. Cabe também o destaque para as sentenças (5c) e (5d), as quais apresentam significação diferentes para o uso do pronome possessivo de terceira pessoa, haja vista que em (5c) o pronome *seu* se comporta como pronome de tratamento, já em (5d) verifica-se uma leitura de posse.

Dito isso, cabe também destacar que segundo Oliveira e Silva (1982) o uso do pronome possessivo de terceira pessoa era favorecido pelo traço +humano em detrimento ao uso dos demais pronomes de mesma classificação.

| *A noção de posse de acordo com Cunha e Cintra (2017)*

Em sua *Gramática do Português Contemporâneo*, os autores Cunha e Cintra (2017) descrevem os pronomes possessivos como elementos que apresentam três séries de formas que correspondem às pessoas

a que se referem. Os autores apresentam o seguinte quadro para a descrição dos possessivos no PB.

Quadro 2: Possessivos no português de acordo com Cunha e Cintra (2017)

	Um possuidor		Vários Possuidores	
	um objeto	vários objetos	um objeto	vários objetos
1ª pessoa mas. fem.	meu minha	meus minhas	nosso nossa	nossos nossas
2ª pessoa mas. fem.	teu tua	teus tuas	vosso vossa	vossos vossas
3ª pessoa mas. fem.	seu sua	seus suas	seu sua	seus suas

Fonte: Cunha e Cintra (2017, p. 333).

Conforme é possível verificar ao realizar a análise do quadro 2, para os autores a utilização dos pronomes de 2ª pessoa *teu(s)* / *tua(s)* ocupa o lugar já esperado, no que tange à norma culta da língua. Porém, cabe considerarmos que a frequente utilização do pronome *você* em substituição ao *teu* leva também a substituição deste pelo possessivo *seu*. Ou seja, diferente do que apontam os gramáticos, é observável no uso cotidiano da nossa língua a utilização do pronome *seu* para nos referirmos tanto a segunda quanto as terceiras pessoas, conforme podemos observar nos exemplos que seguem:

- (6) a. Os livros são **teus** (2ªpes.).
- b. Os livros são **seus** (2ªpes./3ªpes.).
- c. Os livros são **dele** (3ªpes.).

Em (6), verificamos a possibilidade de alternância entre o uso dos pronomes possessivos de maneira que os pronomes *seus* e *dele* ocupam o lugar do pronome *teus* sem que haja prejuízo de sentido/ interpretação para a sentença.

Os autores também descrevem o posicionamento dos adjetivos possessivos na oração, de modo que estes podem aparecer pospostos ao substantivo se: o possessivo não vier acompanhado de artigo; o substantivo já estiver determinado por um artigo ou numeral; nas perguntas diretas; quando não há ênfase.

Além do posicionamento dos possessivos, há na obra uma referência à ambiguidade causada pelos pronomes possessivos de 3ª pessoa, haja vista que essas formas podem referir-se a terceira pessoa do singular ou do plural e do gênero masculino ou feminino. Contudo, não se verifica a possibilidade do uso da forma *seus* em substituição a forma *teus* o que também poderia causar ambiguidade.

Cunha e Cintra (2017) apontam ainda para os valores associados aos possessivos. Ainda segundo os autores, esses valores associados aos pronomes possessivos têm distanciado os pronomes do seu sentido original.

| *A posse na perspectiva funcional de Neves (2017)*

Neves (2017), em sua *Gramática de usos da Língua Portuguesa*, apresenta o pronome possessivo como elemento de natureza bipessoal, ou seja, que faz referência às pessoas relacionadas ao discurso: o possuidor e o possuído. Sendo o possuidor as 1ª, 2ª e 3ª pessoas e o possuído apenas a 3ª pessoa. A autora apresenta ainda a seguinte distribuição para os possessivos na nossa língua:

Quadro 3: Pronomes no português de acordo com Neves (2017)

Pessoa	Forma possessiva
1º	meu/minha
2º	teu/ tua
3º	seu/dele/dela

Fonte: Neves (2017).

Embora apresente a representação de 2ª pessoa singular, a autora considera a ocorrência das formas *seu/sua* como substituto para as formas pronominais de segunda pessoa, conforme vemos em (7).

- (7) a. Leve as **suas** coisas para fora.
b. Leve as **tuas** coisas para fora.

Neves apresenta também algumas outras considerações sobre os pronomes refletindo quanto a posição sintática que esses elementos ocupam na sentença. Sobre esses aspectos, a autora pontua que os possessivos: (i) ocupam a posição de determinante do nome, (ii) ocupam a segunda posição do sintagma nominal e (iii) podem vir precedidos de determinantes.

- (8) a. Ela é **sua** irmã.
b. **Sua** mala está pesada.
c. Esta é a **sua** mala.

Diante dos exemplos apresentados durante esta primeira abordagem, pode-se perceber perspectivas diferentes acerca do paradigma pronominal, considerando-se, claramente, pontos de vistas distintos, ou quase distintos, sobre o mesmo objeto. As diferentes abordagens nos garantem uma visão ampliada sobre o paradigma pronominal, embora seja importante reconhecer que muito ainda pode ser dito sobre os possessivos, haja vista a significativa quantidade de estudos e comparações entre as gramáticas de tantas outras línguas.

Morfossintaxe dos pronomes: uma abordagem gerativa

Como pontuado de início, para uma outra abordagem do uso dos possessivos, utilizaremos como aparato teórico da Teoria Gerativa de Chomsky (1995 e seguintes) fazendo uso mais especificamente do quadro teórico de princípios e parâmetros no seu modelo minimalista.

A teoria Gerativa, que surge em meados do século passado, assume que o conhecimento linguístico pode ser explicado levando-se em conta a natureza da mente humana. Desse modo, postula-se a existência de uma gramática universal (GU), e assume-se, também, que nossa mente/cérebro é dotada de uma Faculdade da Linguagem (FL) que se apresenta de maneira modular, sendo a sintaxe um dos módulos que constituem essa faculdade. Sobre isso, Chomsky argumenta:

Há razão para acreditar que os humanos têm um “órgão” especializado responsável pelo uso e interpretação da linguagem, que podemos chamar de Faculdade da Linguagem (FL). Podemos considerar a FL comum à espécie humana, assumindo estágios que variam de modos limitados com a experiência. Interagindo com outros sistemas, como o sensorio-motor e cognitivo, esses estados contribuem para a determinação do som e do significado das expressões linguísticas. (CHOMSKY, 2005, p. 289).

Outro pressuposto apresentado pela Gramática Gerativa é a universalidade atrelada à noção de princípios e parâmetros, sendo estes os responsáveis por delimitar as diferenças entre as línguas e aqueles responsáveis por organizá-las estruturalmente.

Desde o surgimento da teoria na década de 1950, algumas abordagens foram desenvolvidas na teoria, dentre as quais podemos destacar: Teoria Padrão, perpassando sobre os *Aspectos da Teoria da Sintaxe* Chomsky (1965), chegando às noções ligadas à Teoria X-barras e à proposta de *Ligação*, que possibilitou uma nova análise para as transformações que envolviam movimento, e chega ao Programa Minimalista, o qual destaca o papel do léxico.

Nesse sentido, e tomando os pronomes como objeto de análise, vale salientar que o interesse pelas estruturas internas dos pronomes também é apresentado por Cardinaletti e Starke (1999). Contudo, destacaremos para o presente texto os trabalhos realizados sobre as for-

mas possessivas tais como os de Lyons (1985, 1986), Giorgi e Logobardi (1991) e Schoorlemmer (1998), os quais propõem que as línguas se distinguem em dois grupos: as que possuem possessivos determinantes, a exemplo do PB, e outras que possuem possessivos adjetivais, a exemplo do PE.

Tal distribuição, segundo os autores, corresponde ao parâmetro de possessivização¹. Em análise posterior, observou-se, entretanto, que a distinção entre essas línguas não se realizava no sistema de possessivos, mas sim no sistema de determinante, ou seja, na possibilidade de realização ou não do artigo diante do pronome possessivo como podemos observar nos exemplos que seguem.

- (9) a. **Meu** livro chegou.
 b. **O meu** livro chegou.

Os exemplos apresentados em (9) ilustram as possibilidades de realização dos pronomes possessivos acompanhados dos ou não de determinantes. Conforme aponta Castro (2006), em estudo sobre os pronomes possessivos no PE e no PB, em construções nominais o artigo definido diante do pronome possessivo é obrigatoriamente realizado no PE e foneticamente nulo no PB

Cerqueira (1996), por sua vez, analisa os possessivos da língua considerando não apenas sua relação sintática com os demais elementos da sentença, mas também a forma coloquial de uso destes pronomes. Em seu estudo, Cerqueira (1996) verifica as possibilidades de sentenças com o uso do possessivo em relação pré e pós-nominal. Sobre esses, são feitas as observações importantes em relação ao fato de os possessivos não canônicos não ocuparem a posição pré nominal, exceto se ele tiver a função de foco como observado em (10):

- (10) a. O livro novo é **dele**.
 b. **Dele** é o livro novo.

1 Cf. Castro (2006).

Em trabalho posterior, o autor verifica os traços de concordância relacionados aos pronomes **seu** e **dele** como elementos que atestam uma mudança flexional no PB. Sobre este ponto, posteriormente, Cerqueira argumenta que um enfraquecimento no traço AGR faz com que as formas possessivas de terceira pessoa sejam menos legítimas do que as formas possessivas de primeira pessoa.

Em função desse processo de perda da especificação da pessoa gramatical, o núcleo AGR vai se tornar incapaz de estabelecer uma relação própria com o seu especificador, não podendo atribuir Caso a esta posição, o que ocasiona a impossibilidade de legitimar os pronomes possessivos, à exceção das formas de primeira pessoa P1(meu) e de segunda pessoa P2(seu), nessa posição. (CERQUEIRA, 2018, p. 24).

Conforme observado na citação acima, a análise de Cerqueira verificava traços relacionados à concordância comparando os pronomes a fim de demonstrar quais critérios permitem atribuir caso ao pronome possessivo.

Por sua vez, Müller (1997) propõe em seu trabalho uma análise que relacionam tantos as propriedades sintáticas quanto as propriedades semânticas dos possessivos abordando três aspectos, a saber: relações anafóricas, relação entre o pronome possessivo e os argumentos dentro do sintagma e as diferentes funções sintáticas e semânticas do possessivo dentro do sintagma.

Nesse cenário, a autora pontuou que as propriedades acima relacionadas são bem distintas ao se considerar a posição do pronome possessivo na sentença, ou seja, se ele está em posição anterior ou posterior ao nome. No que concerne a esses aspectos, conclui-se que quando o possessivo está antes do nome, apresenta função sintática de sujeito do sintagma nominal. Já ao localizar-se em posição pos-

terior ao nome o possessivo passar a ser um predicator, funcionando como adjunto.

Considerações sobre a leitura de posse relacionadas aos pronomes possessivos

Conforme mencionamos no início desse trabalho, de acordo com a tradição gramatical o pronome possessivo de terceira pessoa *seu* pode funcionar em alternância com os pronomes possessivos de segunda pessoa *teu* sem alteração de compreensão das sentenças, conforme observamos nos exemplos abaixo:

- (11) a. Esse carro é do **seu** pai.
b. Esse carro é do **teu** pai.

Observando a estrutura das sentenças presentes em (11), podemos verificar que o pronome possessivo se encontra em um sintagma formado por: Preposição + possessivo + substantivo. Tal estrutura licencia a leitura de posse tanto em (11a) quanto em (11b).

Ao considerarmos a substituição do nome *pai* por um substantivo próprio é verificado que há uma outra interpretação para os mesmos pronomes apresentados em (11), conforme é possível observar em (12):

- (12) a. Esse carro é do **seu** Antônio.
b. *Esse carro é do **teu** Antônio.

Neste novo contexto, que possui a mesma estrutura presente nos exemplos anteriores, verificamos que a leitura do pronome *seu* em (12a) não é mais de posse e sim de tratamento. No que tange à sentença (12b), o pronome de segunda pessoa *teu* torna a sentença se torna agramatical². Logo, a partir dos exemplos acima, podemos tecer duas observações sobre (12a): a primeira é referente ao uso do pronome

2 Em um contexto bastante específico poderíamos admitir a leitura da presente sentença de modo que o pronome *teu* restringe, topicaliza ou enfatiza a pessoa em questão.

seu o qual nos permite realizar uma leitura de pronome de tratamento sendo compreendido como a redução do pronome senhor. Já a segunda observação, refere-se à possibilidade da leitura de posse a qual ainda poderia ser feita considerando um contexto bastante específico, como, por exemplo, o de dar ênfase a um Antônio quando há mais de um Antônio (referente) na mesma situação. Logo, a sentença poderá propor que eu quero falar com o Antônio específico.

No que concerne à forma possessiva feminina *sua*, cabe-nos tecer algumas observações. Inicialmente, é importante verificar que o pronome *sua* não tem como correspondente a forma feminina de *senhora*, assim como acontece com as formas *seu* e *senhor*. Sendo assim, observamos algumas restrições no uso desses pronomes dados os seguintes contextos.

- (13) a. *Bom dia, **sua** Maria.
- b. Bom dia, **sua** linda.
- c. Quero encontrar **sua** Maria.
- d. Quero encontrar **sua** linda.

Dados os exemplos acima, pode-se observar que no contexto de vocativo o pronome *sua* quando acompanhado por substantivo, como visto em (13a), torna a sentença agramatical. O que não acontece quando no mesmo contexto o pronome aparece acompanhado por adjetivo como verificado em (13b).

Já em relação ao mesmo pronome em contexto de orações declarativas, tais como as apresentadas em (13c) e (13d), parece não haver restrição entre o uso pronome acompanhado por substantivo ou adjetivo.

Uma segunda reflexão que se faz necessária está relacionada ao pronome possessivo *meu(s)/minha(s)*, por sua vez, aparenta um comportamento diferente daqueles mencionados anteriormente como visto nos exemplos abaixo.

- (14) a. Bom dia, **minha** Maria.
 b. Bom dia, **minha** linda.
 c. Quero encontrar **minha** Maria.
 d. Quero encontrar **minha** linda.

Dados os exemplos acima, vemos que nas sentenças (14a) e (14b) o contexto de vocativo não interfere na leitura de posse do pronome, e o mesmo ocorre no contexto no qual estão inseridas as sentenças (14c) e (14d).

À vista disso, percebe-se que o pronome *seu* foi ao longo dos anos sendo compreendido como a forma reduzida de *senhor*. Porém, o mesmo não aconteceu com *senhora*, uma vez que a forma comumente utilizada e equivalente ao pronome de tratamento é palavra *dona*, não sendo a forma masculina *dono* considerado como um pronome de tratamento como exemplificados em (15).

- (15) a. **Dona** Maria virá hoje para a festa.
 b. ***Dono** José virá hoje para a festa.

No que tange ao contexto de vocativo é possível considerarmos que o pronome *seu* pode aparecer como pronome de tratamento quando acompanhado por um substantivo próprio como visto em (16a) e (16b). Contudo, ao utilizarmos o pronome *sua*, percebemos que a sentença (16c) composta por possessivo feminino + substantivo é agramatical. Porém, ao permutarmos o substantivo por um adjetivo, como visto em (16d), a sentença passar a ser gramatical.

- (16) a. **Seu** José, venha comer.
 b. **Seu** José, quero falar com o senhor.
 c. ***Sua** Maria, quero falar com você.
 d. **Sua** linda, quero falar com você.

Diante dos exemplos mencionados e da análise das sentenças apresentadas até aqui, sugere-se que a leitura de posse relacionada ao uso dos pronomes possessivos canônicos no PB considera os elementos com os quais esses pronomes estão relacionados e não apenas o contexto no qual eles estão inseridos. Um estudo mais robusto sobre esse fenômeno está em curso quando da construção deste texto.

Conclusão

Diante do exposto, buscamos neste trabalho apresentar algumas considerações sobre os pronomes possessivos no PB. Em síntese, nosso primeiro olhar buscou descrever, à luz da GT, como o pronome possessivo é compreendido no nosso idioma. Observou-se, por meio dos escritos apresentados, que a prescrição gramatical, por vezes, desconsidera o uso criativo que fazemos da referida classe. A análise de cunho funcional, apresentada na perspectiva de Neves (2017), apresentou uma visão que abarca mais possibilidades de compreensão da ideia de posse, ou não, associada aos pronomes em questão.

Em uma perspectiva gerativista, verificamos que as análises sintáticas e também semânticas dos estudos apresentados buscam descrever o comportamento morfossintático dos pronomes possessivos, considerando: sua posição na sentença, ausência ou presença de determinantes e traços de concordância que podem estar relacionados à atribuição de caso ao item em questão.

Por fim, apresentamos algumas considerações sobre a leitura de posse em contextos específicos do uso dos possessivos, buscando descrever quais elementos podem interferir nessa leitura. Nesse ínterim, pontuamos que, para além dos contextos nos quais esses pronomes estão inseridos, parece haver fatores que interferem na leitura de posse, tais fatores poderiam estar associados à natureza dos elementos que se relacionam com os pronomes possessivos no sintagma nominal.

Longe de ser um trabalho conclusivo sobre o estudo dos pronomes possessivos no PB, nosso intuito foi apresentar, descrever e elencar elementos que fomentam a curiosidade e apontam para outras hipóteses relacionadas à atribuição de caso para estes pronomes em contextos específicos.

Referências

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2017.

CARVALHO, D. S. **A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro**. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The Typology of Structural Deficiency: A Case Study of the three classes of pronouns. In: VAN RIEMSDIJK, H. (ed.). **Clitics in the language of Europe**. Berlin: Mouton et Gruyter, 1999.

CASTRO, A. **On possessives in portuguese**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Nova de Lisboa/Université Paris 8, Lisboa, Paris, 2006.

CASTILHO, A. T. **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. In: TORRES MORAES, R. E.; VASCONCELOS LOPES, S. M.; LAZZARINI, C.; CASTILHO, A. T. (orgs). Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato/Maria Aparecida CR. São Paulo: Fapesp; Campinas: Pontes Editores, 2007.

CERQUEIRA, V. C. **A sintaxe do possessivo no português brasileiro**. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997

CERQUEIRA, V. C. A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In: KATO, M. ROBERTS, I. (orgs). **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, N. **Knowledge of Language: its nature, origin, and use.** New York: Praeger, 1986a.

CHOMSKY, N. **The Minimalist Program.** Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

CHOMSKY, N. Novos horizontes no estudo da linguagem. **D.E.L.T.A.**, v. 13, n. Especial, p. 49-101, 1997.

CHOMSKY, N. Derivation by Phase. **MIT Occasional Papers in Linguistics**, v.18.102, 1999a.

CHOMSKY, N. **O programa minimalista.** Trad. Eduardo Paiva Raposo. Lisboa: Caminho, 1999b.

CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: KATO, M.; ROBERTS, I. (orgs). **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

KATO, M. A. Pronomes fortes e fracos na gramática do Português Brasileiro. **Revista Brasileira de Filologia**, v. XXIV, p. 101-122, 2002.

MÜLLER, A. **A gramática das formas possessivas no português do Brasil.** 1997. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

MÜLLER, A. A lógica subjacente à variação entre as formas possessivas de terceira pessoa: seu versus dele. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 3, p. 11-38, 1997.

MÜLLER, A. **O significado da ordem dos pronomes possessivos no sintagma nominal.** In: Revista da Anpoll, n. 4, p. 11-37, 1998,

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português.** São Paulo: UNESP, 2017.

Concordância sujeito–verbo em construções partitivas: processamento e teoria da gramática

Mirian Santos de Cerqueira
Universidade Federal de Goiás

| Introdução

A concordância de número entre o sujeito e o verbo no âmbito das *construções partitivas*, comumente, é tratada como um fenômeno que pode variar de acordo com fatores semânticos e/ou estilísticos. Por essa razão, o verbo pode concordar tanto com o núcleo nominal do DP sujeito (N1), quando se deseja colocar em evidência a ideia de conjunto, quanto com o núcleo nominal (N2) contido no DP complemento do Sintagma Preposicional, quando se almeja evidenciar os vários elementos que compõem tal conjunto, conforme podem atestar os exemplos a seguir:

- a. A **maioria** dos eleitores **confia** nas urnas eletrônicas.
- b. A maioria dos **eleitores confiam** nas urnas eletrônicas.

De acordo com as gramáticas prescritivas, cada uma das formas de concordância apresentada expressa um aspecto que se pretende colocar em destaque, o que definiria, por conseguinte, a natureza “facultativa” desse tipo de concordância. No presente capítulo, pretendemos

analisar de que maneira essa “variabilidade” se apresenta na gramática de falantes brasileiros do ponto de vista do processamento das sentenças e de que maneira isso seria explicado por uma teoria gramatical, de modo que pudéssemos aliar os pressupostos da Gramática Gerativa, em sua versão minimalista, ao aparato da Psicolinguística, em sua perspectiva experimental.

Para tanto, nosso capítulo se organiza do seguinte modo: na seção 2, discutiremos sobre a natureza das construções partitivas e sobre o funcionamento da concordância em tais estruturas; na seção 3, apresentamos os pressupostos do Programa Minimalista para o mecanismo da concordância; na seção 4, colocamos em evidência a proposta de estudo apresentada por Rodrigues (2006) sobre o processamento da concordância verbal nas construções partitivas, de modo a diferenciá-las da concordância em DPs complexos (“erros de atração”), em que discutiremos sobre alguns modelos de processamento de sentenças; na seção 5, apresentamos os resultados de um experimento psicolinguístico acerca do processamento da concordância sujeito-verbo em construções partitivas realizado por falantes do Português Brasileiro. Por último, apresentamos as considerações finais do capítulo.

| Caracterizando uma construção partitiva

O estudo de Brito (1988) é pioneiro acerca das construções partitivas em Português. A autora propõe uma distinção entre estruturas de *quantificação* que ocorrem entre nomes não massivos (contáveis) e aquelas que se estabelecem sobre os nomes massivos. Ela ressalta, ainda, que Chomsky (1970) foi o primeiro estudioso a tratar das construções no âmbito da Gramática Gerativa, conforme atestam os exemplos citados:

- (1) a. Several of John’s proofs of the theorem.

Várias de John-GEN provas de o teorema.

“Várias das provas de John do teorema/Várias das provas de John para o teorema”.

b. Several of those proofs of the theorem.

Várias de aquelas provas de o teorema.

“Várias daquelas provas do teorema”.

López (1999), estudando especificamente dados do Espanhol, defende a ideia de que a noção semântica de partitividade pode ser verificada através de diferentes padrões formais. Para tanto, a autora ancora-se na proposta de Brucat (1997), a qual argumenta em torno da existência de dois tipos de nome responsáveis por introduzir construções partitivas: *os partitivos intrínsecos* (nomes como *mayoría*, *mayor parte*, *mitade*, *resto*) e *partitivos não intrínsecos*. Os nomes do primeiro grupo, por expressarem interpretação de natureza quantitativa, podem engatilhar concordância *ad sensum*, conforme exemplo apresentado abaixo:

- (2) a. La mayoría de senadores socialistas votaron en contra.
A maioria de senadores socialistas VOTAR-3PL em contra.
“A maioria de senadores socialistas **votaram** contra”.

Diferentemente, os nomes do segundo grupo, *os partitivos não intrínsecos*, para que possam apresentar leitura partitiva, precisam obrigatoriamente ser precedidos por um determinante indefinido. Além disso, segundo propõe a autora, tais nomes não podem engatilhar concordância *ad sensum*, conforme pode ser verificado no exemplo apresentado a seguir:

- (3) a. *El grupo de senadores socialistas **votaron** em contra.
O grupo de senadores VOTAR-3PL em contra.
“O grupo de senadores socialistas **votaram** contra”.

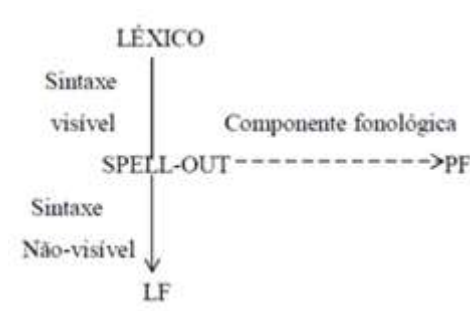
Ainda nessa linha de raciocínio, Stickney (2009) apresenta uma discussão em torno da estruturação das partitivas, distinguin-

do-as das chamadas *pseudopartitivas*. Para a autora, o que diferencia os dois tipos de construção é o fato de que, nas estruturas pseudopartitivas, a preposição *of* não poderia ser considerada como uma preposição legítima, razão pela qual não selecionaria um DP como seu complemento, mas um NP. (cf. CERQUEIRA, 2009).

A concordância na perspectiva minimalista: valoração, compartilhamento de traços e afins

O Programa Minimalista tem como um de seus principais objetivos propor uma adequação explicativa com *design* econômico para a Faculdade da Linguagem humana. Para isso, o sistema computacional deve apresentar uma capacidade explicativa maior, fazendo uso do menor número de operações possível, conforme sintetizado na configuração da FL ilustrada a seguir:

Figura 1: Modelo de Gramática no Programa Minimalista



Fonte: Chomsky (1995, p. 27).

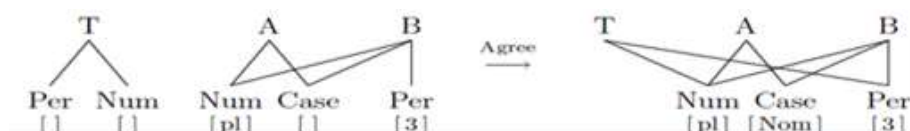
Nesse modelo, a Faculdade da Linguagem atende às condições de interface dos sistemas de desempenho: sistema articulatório-perceptual e sistema Conceitual-Intencional, tais sistemas, por sua vez, interpretam as informações oriundas da PF (*Phonetic Form*) e da LF (*Logical Form*).

Dentro desse quadro teórico, a concordância é denominada de Operação *Agree* e, segundo Chomsky (1999), diz respeito à relação que se estabelece entre um elemento a (possuidor de traços flexionais interpretáveis) e um elemento b (possuidor de traços não interpretáveis, os quais são deletados nessa relação). Dito de modo mais claro, o elemento a, também denominado *Probe* (sonda), entra em combinação (*matching*) com o elemento b, conhecido como *Goal* (alvo), o qual valora os traços da sonda, ocorrendo, assim, o que se chama de valoração de traços. Para que tal operação seja possível, a sonda deverá comandar o alvo, que, por sua vez, deverá estar situado em seu domínio local, sem qualquer elemento interveniente entre ambos, a fim de que possa satisfazer o *Efeito de Anti-intervenção*. Entretanto, para que tal combinação aconteça, o segundo elemento tem de ter o traço de Caso não checado, tornando-se, assim, ativo para entrar na combinação com o primeiro elemento (cf. CERQUEIRA, 2009).

Diferentemente, concernente à concordância no domínio do DP, Chomsky propõe o mecanismo de *Concord*. Tal “aparato”, segundo alguns autores, traria um custo operacional desnecessário ao sistema computacional, contrariando o *Princípio de Economia* postulado no minimalismo, já que a operação *Agree* também daria conta desse aspecto da concordância (cf. MAGALHÃES, 2004).

Ainda seguindo os passos minimalistas para a abordagem da operação de concordância, Frampton e Gutmann (2000) propõem um modelo de concordância sintática que difere, em grande medida, da ideia de valoração de traços, pois argumentam que o cerne da operação de concordância está no *compatilhamento de traços*, ou seja um traço único (single) compartilha suas propriedades entre dois nós terminais sintáticos distintos. Em outras palavras, isto quer dizer que nós sintáticos distintos incluem o mesmo traço, conforme demonstrado na representação seguinte:

Figura 2: Modelo de concordância por partilhamento de traços



Fonte: Framptom e Gutmann (2000).

A proposta representada acima ilustra que *Agree* ocorreu considerando-se os seguintes aspectos: 1) os nós sintáticos terminais A e B entram em relação de concordância com o nó sintático terminal T, o qual é possuidor *a priori* do traço de Caso já especificado como nominativo; 2) os três nós sintáticos passam a compartilhar agora seus traços valorados de número, Caso e Pessoa simultaneamente.

Ainda na perspectiva minimalista, Béjar (2003) argumenta que traços formais devem ser considerados subcategorias privativas de traços-phi, ou seja, não devem ser vistos como elementos constituídos *a priori*, mas dentro de uma abordagem de decomposição de traços formais, de tal modo que se configure uma teoria de traços-phi, a qual, por sua vez, deverá ser capaz de dar conta das assimetrias sistemáticas do ponto de vista exclusivamente sintático.

Para tanto, a proposta apresentada pela autora se diferencia daquela formulada por Chomsky. Para Béjar (op. cit.) as noções de *match* e *value* devem sejam reformuladas, considerando-se que *match* deva ser repensado a partir da noção de *acarretamento*, resultando assim nas seguintes implicações:

- a. Falha para *match*: resulta em subespecificação total;
- b. *Match* sem *value*: resulta em subespecificação parcial;
- c. *Match* com *value*: resulta em especificação completa relativa a *probe*.

Consequentemente, as restrições apresentadas se aplicariam entre todos os sistemas de concordância, de modo que todos os fenô-

menos a ela relacionados (concordância) possam ser compreendidos e analisados exclusivamente pelo viés sintático, sem a necessidade de soluções *ad hoc*.

Diante das propostas em torno de *Agree* apresentadas nesta seção, mais especificamente tomando por base as propostas de Frampton e Gutmann (2000) e Béjar (2003), é plausível pensarmos a variabilidade da concordância de número sujeito-verbo em construções partitivas no Português Brasileiro a partir da seguinte hipótese:

- (i) Um traço X pode compartilhar apenas determinada *instância* $[X_{\alpha}]$ de traços ou todas as suas *instâncias* $[X_{\alpha, \beta, \gamma} \dots X_n]$.

(CERQUEIRA, 2009, p. 162)

Em outras palavras, podemos inferir que quando não há total *compartilhamento* de traços, a operação de concordância dá-se de forma parcial, atendendo, assim, à proposta de *subespecificação* de traços. Essa proposta parece satisfazer a ideia de *Match*, em conformidade com noção de *acarretamento* (BÉJAR, 2003) e não mais como identidade de traços.

O processamento da concordância sujeito-verbo em DPs complexos e construções partitivas

Antes de traçarmos uma discussão sobre o processamento da concordância de número entre o sujeito e o verbo nas construções partitivas, é importante apresentarmos um breve panorama de como ocorre o processamento da linguagem humana segundo a perspectiva da Psicolinguística, centrando-nos, mais especificamente, nas atividades de compreensão e produção de sentenças nas línguas naturais.

Segundo Rodrigues (2006), há modelos de processamento de produção de sentenças que podem ser vistos de maneira interativa ou não-interativa. No âmbito da primeira vertente (modelos interativos), encontram-se estudos como os de Dell (1986), Stemmer (1986) *apud* RODRIGUES, 2006) e Vigliocco e colegas (1995, 1996 *apud* RODRIGUES,

2006). De modo geral, nessa abordagem, defende-se a ideia de que informações de fontes distintas poderiam convergir no momento da formulação de sentenças. Nesse viés, os chamados *erros de atração* de concordância seriam explicados levando-se em conta o fato de que informações de natureza diversa (morfofonológicas, sintáticas e semânticas) poderiam interferir no estabelecimento da concordância, sendo acessadas pelo falante no momento da produção de uma sentença, não havendo, assim, autonomia do formulador sintático.

Diferentemente, no âmbito da vertente de modelos não-interativos, o formulador sintático seria autônomo, e os *erros de atração* seriam oriundos de estágios que antecederiam ou sucederiam o processamento sintático da concordância. Como exemplo desse quadro, a autora faz referência ao trabalho de Bock *et al.* (2001). De acordo com esses autores, falha de concordância gerada por fator semântico seria ocasionada por um erro na definição final do número do sintagma sujeito, e isso seria em um estágio anterior à computação da concordância. Nesse sentido, “a concordância sujeito-verbo, portanto, seria resultante de um processo de cópia de traços que ocorreria durante a construção da estrutura hierárquica da sentença” (RODRIGUES, 2006, p. 129).

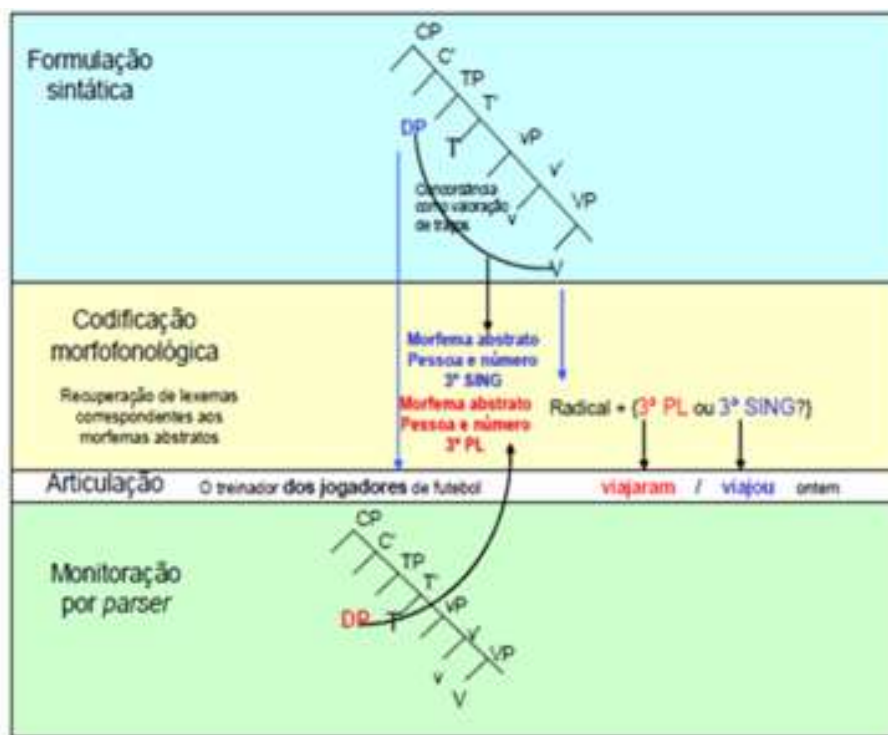
Apesar do avanço em relação aos modelos interativos, Rodrigues argumenta que a proposta de Bock *et al.* (2001) não consegue explicar o fato de haver diferença entre os *erros de atração* de concordância quando decorrentes de nomes flexionáveis (com traço não-inerente de número plural) e quando oriundos de nomes *pluralia tantum* e bipartidos (com traço inerente de número plural).

Por essa e outras razões, Rodrigues (*op. cit.*) delineia, juntamente com Corrêa, uma proposta que leve em conta a possibilidade de aliar um dos modelos de produção de sentença a um modelo de derivação sintática. Nesse modelo, é possível tentar conciliar a proposta de derivação sentencial do Programa Minimalista e o processamento da produção de frases, ou seja, o Modelo de Produção Monitorada por *Parser* (RODRIGUES; CORRÊA, 2004; CORRÊA; RODRIGUES, 2005). Ao longo

de sua tese, Rodrigues irá mostrar a evolução do modelo, ou seja, suas versões revistas e ampliadas.

Conforme defendido pelas autoras, “a proposta de um *parser* monitorador permite manter a autonomia do formulador sintático e explicar *efeitos de distância linear* e *efeitos morfofonológicos* no processamento da concordância.” (RODRIGUES, 2006, p. 179). Embora as autoras apresentem três possíveis explicações para os *erros de atração* de concordância, por questão de espaço, iremos nos deter em apenas um deles, ou seja, apresentaremos a explicação 2, conforme esquema representacional a seguir:

Figura 3: Modelo PMP revisto e ampliado (explicação 2) – Em vermelho, morfema abstrato de número gerado pelo *parser* a partir de previsão feita com base em informação de número do DP analisado como sujeito da sentença



Fonte: Rodrigues (2006, p. 173).

Optamos por apresentar a explicação acima ilustrada, considerando o fato de tal proposta tomar a concordância como *valoração de traços*, o que, de alguma maneira, demonstraria um poder explicativo e preditivo com maior alcance para questões de concordância de um modo geral.

Segundo Rodrigues (2006), na versão revista e ampliada do modelo PMP, com base nos experimentos por ela realizados, *os erros de atração* de concordância seriam decorrentes da acessibilidade da representação do sujeito sentencial, gerada pelo *parser* monitorador, na memória de trabalho.

Após essa rápida passagem pelo processamento dos *erros de atração* de concordância, passaremos agora a uma breve exposição acerca do estudo feito por Rodrigues (2006) no âmbito das construções partitivas. Para a autora, é preciso fazer uma distinção clara entre os dois fenômenos, pois não se pode tratar indistintamente o que, para ela, estaria ligado a Numerações distintas no âmbito da produção de sentenças de uma língua. *Erros de atração*, segundo Rodrigues (op. cit.), seriam considerados como “falhas” no momento do processamento das sentenças, não devendo ser interpretados com o mesmo estatuto da concordância em estruturas partitivas, conforme já abordado neste capítulo. Vejamos os exemplos do que a autora chama de concordância nas construções partitivas e de construções com DPs complexos:

- a. A maioria dos deputados **aprovou/aprovaram** o acordo.
- b. *O acordo dos deputados **passaram** pela aprovação.

O exemplo em (a) mostra a dupla possibilidade de marcação morfofonológica de concordância de número no verbo, o que significa que as duas formas são consideradas legítimas pela gramática da língua. Contrariamente, o exemplo apresentado em (b) revela uma estrutura agramatical cuja concordância de número ocorre com os traços do nome contido no núcleo nominal complemento do PP mais encaixado na estrutura [deputados], ou seja, o gatilho para a concordância estaria no núcleo nominal mais próximo ao verbo e não no núcleo no-

minal do DP [o acordo], ocasionando falhas no processamento e, conseqüentemente, *erros de atração*.

Diferentemente dos *erros de atração*, Rodrigues (2006) defende a ideia de que as construções partitivas apresentam legitimidade, e que o desencadeamento de concordância nessas estruturas acarretaria representações sintáticas distintas, uma vez que o nome partitivo pode ser interpretado ora como núcleo lexical, ora como núcleo funcional. No primeiro caso, o nome partitivo seria responsável por c-selecionar e s-selecionar o Sintagma Preposicional de cuja preposição o DP definido plural é complemento. No segundo caso, o nome de natureza partitiva, gerado como quantificador (em sua posição de base) e complemento de uma categoria X, é alçado à posição de Spec de FP (Functional Phrase). Nessa perspectiva, o quantificador partitivo *maioria* atuaria como sujeito de uma *Small Clause*, razão que justificaria a concordância com o DP plural (cf. RODRIGUES, 2006, 2011).

Com base na proposta delineada por Rodrigues (*op. cit*), pensar que as duas formas de concordância morfologicamente visíveis seriam facultativas, ou seja, teriam a mesma interpretação na língua, conforme defendem as gramáticas normativas, seria desconsiderar as diferenças de natureza estrutural e categorial dos termos partitivos em questão. Segundo a autora, “[...] a sentença com o verbo no singular e a sentença com o verbo no plural seriam geradas a partir de Numerações diferentes, com “maioria” e “parte” correspondendo a conjuntos distintos de traços em cada caso.” (RODRIGUES, 2011, p. 95).

Testando a concordância sujeito-verbo em construções partitivas: um estudo experimental

Nesta seção, apresentamos os resultados de um experimento¹ de leitura automonitorada realizado com falantes brasileiros acer-

1 O presente experimento é resultado de nossa pesquisa de Pós-Doutoramento realizado no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio, no período de setembro de 2017 a maio de 2018, sob a supervisão da Profa. Dra. Erica dos Santos Rodrigues, a quem agradecemos imensamente.

ca da concordância de número entre o sujeito e o verbo em construções partitivas. Todavia, antes de apresentarmos a descrição e análise dos dados obtidos com o experimento, iniciamos a seção apresentando o porquê da escolha das variáveis testadas (variáveis independentes *tipo de nome* e *tipo de verbo*) e as hipóteses de pesquisa do presente estudo.

Com relação à variável independente *tipo de nome* (nome *pluralia tantum*² e nome flexível/flexionável), partimos da hipótese de que nomes com traço inerente de número plural desencadeariam mais facilmente concordância plural, contrariamente aos nomes considerados flexíveis. Nossa hipótese se baseou no fato de que, por serem mais robustos do ponto de vista da informação de número, nomes *pluralia tantum* ficariam mais acessíveis na memória de trabalho para os falantes/leitores do que nomes desprovidos de tal propriedade.

No que se refere à variável independente *tipo de verbo* (inacusativo e transitivo³), julgamos necessário testá-la, uma vez que diversos estudos sobre concordância verbal apontam tal aspecto como sendo não determinante para o desencadeamento da concordância (cf. SCHERRE; NARO; CARDOSO, 2007, entre outros). Segundo tais estudos, o fato de o verbo ser transitivo ou inacusativo não acarretaria significância estatística se comparado com fatores como *saliência fônica* do verbo na oposição singular/plural, posição e distância do sujeito em relação ao verbo, traço [+humano] no sujeito, dentre outros fatores.

Nesse sentido, nossa hipótese inicial era de que verbos inacusativos desencadeariam menos concordância de número plural nos con-

2 São considerados *pluralia tantum* nomes com traço de número plural inerente, tais como: *férias, afazeres, juros, bodas e núpcias*. Diferentemente, nomes flexíveis são aqueles cuja marcação de número só ocorreria no curso da derivação sintática.

3 Chamamos de transitivo os verbos biargumentais, ou seja, aqueles que requerem argumento externo e interno. Fazemos essa distinção para não confundirmos com os monoargumentais (inacusativos e inergativos que, apesar de diferentes do ponto de vista da natureza do argumento exigido, interno para os primeiros e externo para os segundos, apresentam um só argumento). Não fazemos aqui diferença entre inacusativos derivados de transitivos. Conforme Nascimento (2014, p. 250), “se o argumento preservado for aquele que detém o papel temático Tema, então o resultado é um verbo inacusativo. Se o argumento preservado não for o Tema, então estamos às voltas com uma estrutura intransitiva”.

textos investigados, conforme atestam estudos tanto na perspectiva variacionista quanto na perspectiva formalista (gerativista). No entanto, decidimos repensar tal hipótese e apontar para uma outra direção, tendo em vista que os estudos tomados como referência quase não abordam a concordância verbal no âmbito das construções partitivas. Além disso, as ocorrências de verbos inacusativos nesses estudos, na maioria das vezes, está relacionada à ordem VS, ou seja, descrevem a concordância restrita a tais contextos (SCHERRE; NARO; CARDOSO, 2007). No caso de nosso experimento, as frases testadas estão todas na ordem SV. Por essas razões, pensamos que os verbos inacusativos não estariam definitivamente impedidos de desencadear maior número de concordância plural nas construções partitivas. Tal hipótese, sabemos, é meramente especulativa do ponto de vista teórico, mas pode ser plausível se considerarmos o processamento da sentença e a ideia de um *parser*-monitorador da concordância (cf. RODRIGUES; CORRÊA, 2005; RODRIGUES, 2006).

Design experimental

Para a realização de nosso estudo, foram manipuladas as seguintes variáveis independentes: 1. Tipo de nome (flexível e não-flexível (*pluralia tantum*)); 2. Tipo de verbo (inacusativo e transitivo), totalizando 4 condições experimentais, conforme se verificam na tabela a seguir:

Tabela 1: Condições experimentais da tarefa proposta

Condição 1 (Nome <i>pluralia tantum</i> +verbo inacusativo)	A maioria das férias ____ (CESSAR) rapidamente.
Condição 2 (Nome <i>pluralia tantum</i> +verbo transitivo)	A maioria dos afazeres ____ (DESAGRADAR) as mulheres.
Condição 3 (Nome flexível+verbo inacusativo)	A maioria das cobranças ____ (CHEGAR) com atraso.
Condição 4 (Nome flexível + verbo transitivo)	A maioria das empresas ____ (USAR) ponto eletrônico.

Fonte: a autora.

Método

Participantes

Foram analisados os dados de 10 sujeitos voluntários⁴, estudantes do Curso de Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), sendo 7 participantes do sexo feminino; 2 do sexo feminino e 1 transgênero masculino, com faixa etária média de 21 anos e 8 meses.

Material

Para a realização deste experimento, construímos 48 preâmbulos (frases), dos quais 16⁵ eram experimentais (4 para cada condição) e 32 distratoras. O que estamos chamando de condições experimentais referem-se às condições testadas, relacionadas ao nosso objeto de estudo, ou seja, são frases que contêm o conjunto das duas variáveis estudadas na presente pesquisa. As frases experimentais foram dispostas de modo aleatório, sendo apresentadas a cada duas sentenças distratoras.

4 Todos os participantes da pesquisa assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), autorizando-nos a utilizar os dados fornecidos para pesquisa científica. Tais participantes foram compensados pela participação no experimento com horas de atividades complementares, necessárias à formação acadêmica da instituição onde foi realizado o experimento.

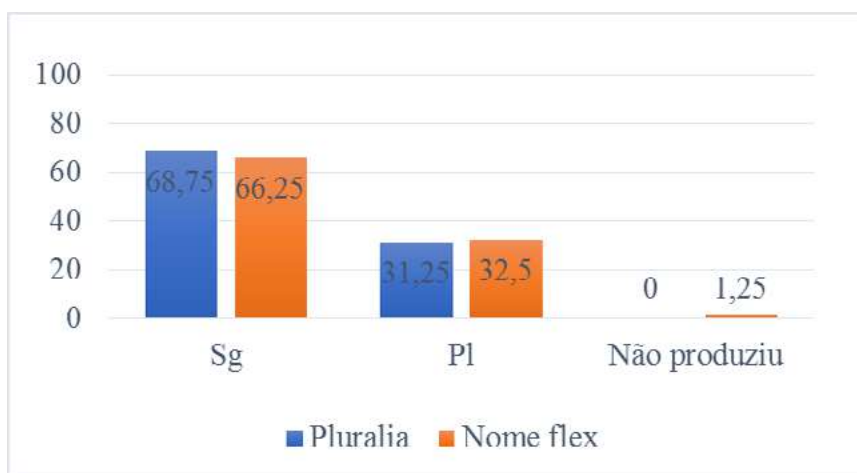
5 As frases experimentais foram as seguintes: 1. Na última fiscalização do Inmetro, a maioria dos combustíveis APRESENTAR adulteração; 2. No último congresso de Letras, a maioria dos cartazes CAIR com o vento; 3. Em épocas passadas, a maioria das núpcias PROPORCIONAR muitas alegrias; 4. Antes da Internet, a maioria das férias CONSUMIR muito dinheiro; 5. Em 2016, a maioria dos juros FORTALECER a crise econômica; 6. Antes da tecnologia, a maioria das cobranças CHEGAR com atraso; 7. Antigamente, a maioria das espinhas APARECER na puberdade; 8. Em 2015, a maioria das férias CESSAR rapidamente; 9. Antes da modernidade, a maioria dos afazeres OCORRER muito cedo; 10. Décadas atrás, a maioria dos carros POSSUIR direção mecânica; 11. No ano passado, a maioria dos preços CRESCER com a inflação; 12. Na última Feira de Ciências, a maioria das escolas UTILIZAR novas tecnologias; 13. No trimestre passado, a maioria dos juros CRESCER acima da inflação; 14. Antigamente, a maioria das bodas ACONTECER em cerimônias religiosas; 15. No último semestre, a maioria das empresas USAR ponto eletrônico; 16. Antes da Revolução Industrial, a maioria dos afazeres DESAGRADAR as mulheres.

Procedimento

Os participantes da pesquisa realizaram a tarefa experimental individualmente, numa sala com computador (notebook), sendo instruídos a fazerem um treinamento prévio com algumas frases semelhantes às aquelas que seriam testadas. Além disso, foram passadas instruções por escrito na tela do computador acerca do experimento. Ao passar os slides no programa *Powerpoint*, apertando a tecla “enter” do computador, os participantes iam realizando a leitura em voz alta dos preâmbulos apresentados na tela. Essa leitura foi gravada por meio do *software Audacity*.

Resultados

Gráfico 1: Tipo de nome

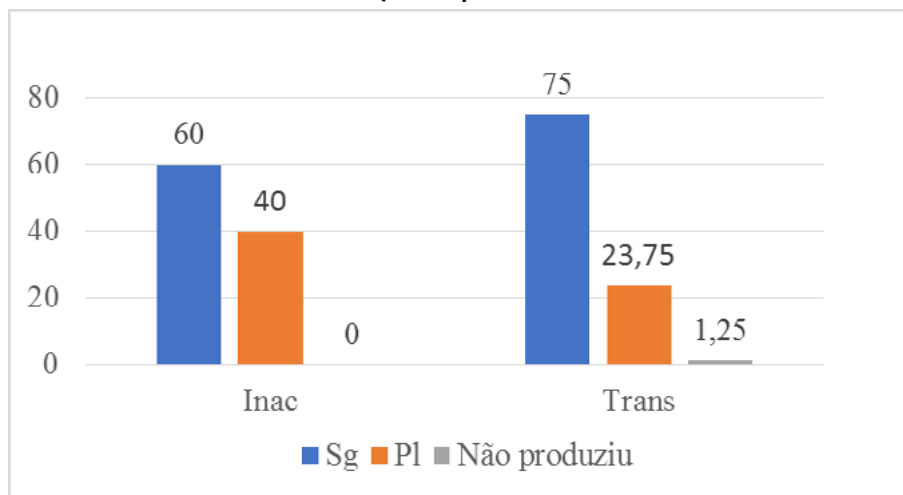


Fonte: a autora.

Verificamos, a partir da leitura do gráfico 1, que houve uma quantidade maior de concordância plural com os nomes *flexíveis* (32,5%) do que com os nomes *pluralia tantum* (31,25%). Isso, talvez, nos possibilite descartar nossa hipótese inicial de que nomes com traço de nú-

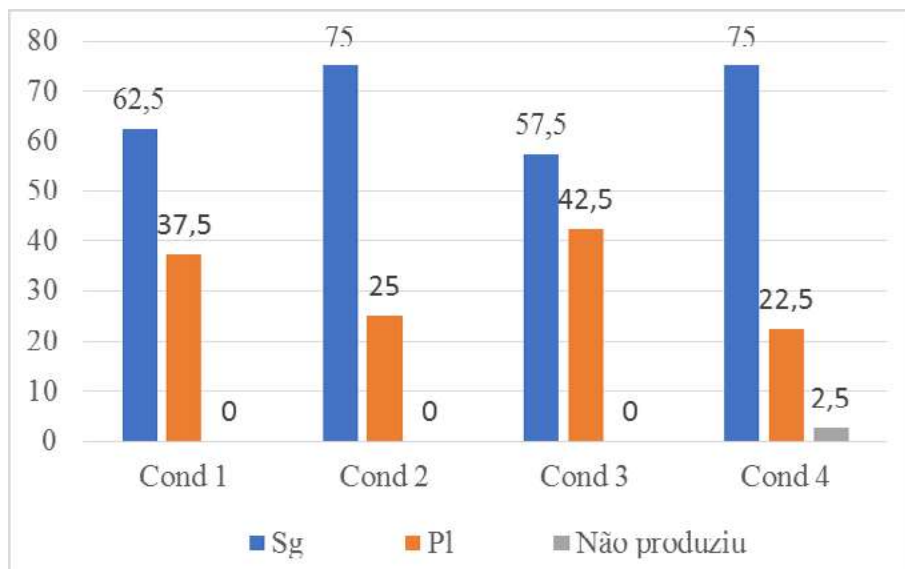
mero inerente (*pluralia tantum*) poderiam engatilhar mais concordância morfológicamente visível no plural.

Gráfico 2: Tipo de verbo



Fonte: a autora.

Com relação ao gráfico 2, podemos perceber que os verbos inacusativos desencadearam um número maior de ocorrências com preâmbulos no plural (40%) do que os verbos transitivos (23,75%), confirmando, de certo modo, nossa hipótese inicial. Além dos dados apresentados, é importante ilustrar uma visão panorâmica dos resultados por condição, conforme verificamos no gráfico apresentado a seguir:

Gráfico 3: Concordância por condição

Fonte: a autora.

Na comparação entre as condições experimentais, é possível verificar que a condição 3 (nome flexível+verbo inacusativo) é a que apresenta um maior número de concordância no plural (42,5%), diferentemente do que ocorre em relação à condição 4 (nome flexível+verbo transitivo), uma vez que nesta se verificam apenas 22,5% de concordância plural.

Apesar de as duas possibilidades de concordância morfológica serem consideradas legítimas pela gramática do Português Brasileiro, os resultados do experimento mostram, de um modo geral, que os participantes da pesquisa preferiram a forma singular, isto é, a maioria optou por concordar com o nome partitivo (*maioria*) e não com o seu complemento (o sintagma preposicional selecionado pelo nome partitivo).

Conclusão

Os resultados da tarefa experimental demonstraram que nossas hipóteses iniciais acerca da interferência das variáveis *tipo de nome* e *tipo de verbo* no estabelecimento da concordância sujeito-verbo em construções partitivas no Português Brasileiro não se aplicaram de maneira integral aos dados analisados. Em primeiro lugar, porque nomes *pluralia tantum* não desencadearam mais concordância plural do que nomes flexíveis, conforme havíamos proposto em nossa hipótese inicial. Isso nos leva a pensar que esse recurso pode não ser decisivo para a implementação da concordância nas estruturas partitivas em questão. Em segundo lugar, com relação à variável *tipo de verbo*, verificamos uma quantidade maior de sentenças com concordância plural com verbos inacusativos (40%) do que com verbos transitivos (23,75%). É importante ressaltar, também, que, apesar de um número maior de concordância plural em sentenças com verbos inacusativos, não foi possível constatar uma diferença estatística significativa em relação a sentenças com verbos transitivos, o que, de certo modo, contribuiu para corroborar os resultados apontados por Scherre, Naro e Cardoso (2007).

Tais resultados nos levam a defender a ideia de que o estabelecimento da concordância nos contextos apresentados seria legitimado pelo mecanismo de *Agree*. Para complementar essa hipótese, sugerimos que o mecanismo de concordância possa ser interpretado como *compartilhamento de traços*, conforme advogam Frampton e Gutmann (2000) e como *subespecificação de traços*, conforme propõe Béjar (2003). No que se refere ao processamento da concordância nas construções investigadas, adotamos o modelo proposto por Corrêa e Rodrigues (2005) e sua reformulação (RODRIGUES, 2006), segundo o qual o formulador sintático trabalharia de maneira autônoma. Nessa perspectiva, *erros de atração* não derivam de operações sintáticas, diferentemente da variabilidade atestada nas construções partitivas, a qual, por sua vez, seria autorizada por mecanismos sintáticos no curso da derivação das sentenças.

Referências

- AUGUSTO, M. R. A. As relações com as interfaces no quadro Minimalista Gerativista: uma promissora aproximação com a Psicolinguística. In: MIRANDA, N. S.; NAME, M.C. **Linguística e cognição**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. p. 245-268.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BÉJAR, S. **Phi-Syntax: a theory of agreement**. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Toronto, Canada, 2003.
- BRITO, A, M. **Construções quantitativas e partitivas**: um esboço de análise sintáctica. 1988. Prova Complementar de Doutorado (em Linguística Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1988.
- BRUCART, J. M. Concordancia *ad sensum* y partitividad en español. In: ALMEIDA, M.; DORTA, J. (eds.). **Contribuciones al estudio de la lingüística hispánica**: homenaje a Ramón Trujillo. v. I. Barcelona: Montesinos, 1997. p. 157-183.
- CERQUEIRA, M. S. **Operação Agree e construções partitivas em Português Brasileiro e Português Europeu**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.
- CERQUEIRA, M. S. Notas sobre o estabelecimento da concordância de número em construções partitivas no português brasileiro e no português europeu. **Revista Leitura**, v. 2, n. 59, p. 64-84, jul./dez. 2017.
- CHOMSKY, N. **The Minimalist Program**. Cambridge: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, N. Derivation by phase. **MIT Working Papers in Linguistics**, Cambridge, n. 18, 1999b.
- CORBETT, G. G. **Agreement**. Nova York: Cambridge University Press, 2006.
- CORRÊA, L. M. S.; RODRIGUES, E. dos S. Erros de atração no processamento da concordância sujeito-verbo e a questão da autonomia do formulador sintático In: MAIA, M.; FINGER, I. (orgs.). **Processamento da Linguagem**. Pelotas: EDUCAT, 2005. p. 303-336.
- FRAMPTON, J.; GUTMANN, S. **Agreement is feature sharing**. Massachusetts: Northeastern University, 2000.

HAUSER, M.; CHOMSKY, N.; FITCH, W. T. The faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve? **Science**, v. 298, p. 1569-1579, 2002.

MAGALHÃES, T. M. V. A valoração de traços de concordância dentro do DP. **DELTA**, v. 20, n. 1, p. 149-170, 2004.

NASCIMENTO, S. H. L. do. Os verbos inacusativos do Português Brasileiro: uma proposta de categorização. **DELTA**, v. 30, n. 2, p. 237-256, 2014.

PESETSKY, D.; TORREGO, E. **The syntax of Valuation and the Interpretability of Features**. Massachusetts: MIT/U. Mass Boston, 2004.

RODRIGUES, E. dos S. Distinguindo aspectos pré-sintáticos, sintáticos e pós-sintáticos no Processamento da concordância. In: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. (orgs.). **Linguística e cognição**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. p. 269-298.

RODRIGUES, E. dos S. **O processamento da concordância de número entre sujeito e verbo na produção de sentenças**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2006.

RODRIGUES, E. dos S. Concordância verbal com construções partitivas – uma proposta de análise. **Veredas on line**, n. 1, p. 93-107, 2011.

RODRIGUES, E. dos S.; CORRÊA, L. M. S. Linear and hierarchical hypotheses reconciled: grammatical formulation and ongoing parsing in the production of subject-verb agreement errors. In: ANNUAL CUNY CONFERENCE ON HUMAN SENTENCE PROCESSING, 17. 2004, Nova York. **Anais [...]**. Nova York, 2004. p.80.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J.; CARDOSO, C. R. O papel do tipo de verbo na concordância verbal no Português Brasileiro. **D.E.L.T.A.**, v. 23, n. esp., p. 283-317, 2007.

STICKNEY, H. The Emergence of DP in the Partitive Structure. In Open Access Dissertations. **Paper**, n. 131, 2009. Disponível em: http://scholarworks.umass.edu/open_access_dissertations/. Acesso em: 30 jun. 2020.

A concordância de gênero em orações copulativas

Thaise dos Santos Tenório

Universidade Federal de Pernambuco

Introdução

Nossa proposta neste capítulo é desenvolvermos uma análise sobre a concordância estrutural do DP pronominal *a gente* verificando se há algum traço interno a esse DP (*Determiner Phrase* (Grupo Determinante)) que possibilite a concordância de gênero com o predicativo (ocasionando a marca morfológica de gênero nessa posição) em contexto copulativo, como mostra o exemplo (1):

- (1) a. A gente está cansado.
b. A gente está cansada.

Nesses exemplos, a marca de gênero é morfolologicamente visível apenas no predicativo, o DP pronominal *a gente*, contudo, não possui marca de gênero visível. Então, como explicar a concordância em (1) levando em conta a ausência visível de traços gramaticais de gênero no DP pronominal *a gente*? Embora esse fenômeno tenha sido discutido por alguns teóricos gerativistas (cf. COSTA *et al.*, 2003; PEREIRA, 2003; MOURA, 2004, 2005), essa questão ainda permanece em aberto. Nossa hipótese, para tanto, é a de que haja um traço (de gênero) inter-

no ao DP pronominal, possibilitando, assim, a concordância na *Small Clause* (SC) com o predicativo através da operação *Agree*, seguindo o que foi proposto em Pereira (2003).

Para fundamentar a análise, utilizamos os pressupostos teóricos do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995, 2000, 2001).

| Pressupostos Teóricos

No que tange a visibilidade morfológica de gênero no sintagma predicativo, será necessário um estudo sintático, para tanto, tomaremos como base os pressupostos da versão minimalista da teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1995) que nortearão a análise do fenômeno proposto.

| O Programa Minimalista

O Programa Minimalista (PM) reduz propriedades do modelo de Princípios e Parâmetros que não são estritamente necessárias como, por exemplo, estrutura superficial e profunda, teoria da ligação interna à linguagem, regência etc., surgem, então, alguns aparatos técnicos conhecidos como o Princípio da Economia, Teoria da Checagem ou Verificação de Traços etc. (cf. CHOMSKY, 1995).

Nessa nova versão, Chomsky destaca a ideia de que uma língua particular L é um órgão que estabelece interface com o sistema articulatorio-perceptual (A-P) e com o sistema conceptual-intencional (C-I), ou seja, há um conjunto de parâmetros que, fixados, geram expressões linguísticas. Os níveis linguísticos que interagem com A-P e C-I são PF (do inglês *Phonetic Form*, (Forma Fonética)) e LF (do inglês *Logical Form*, (Forma Lógica), respectivamente. Os dois níveis linguísticos PF e LF podem ser concebidos como as partes do sistema linguístico responsáveis pelas instruções para os sistemas articulatorio-perceptual e conceptual-intencional.

Um objeto linguístico (derivado na sintaxe) deve apresentar para o sistema PF informações interpretáveis nesse componente, caso alguma informação não seja de natureza fonética, ele não será legível naquele ponto. Da mesma forma, um objeto em LF deve trazer apenas informações de natureza semântica, caso contrário, as condições de legibilidade na interface semântica não serão satisfeitas. Portanto, uma derivação só será convergente se os elementos forem legíveis nos dois sistemas de interface.

Entram na derivação informações de natureza fonológica, semântica e sintática, todas elas em forma de traços. A computação que gera um objeto linguístico deverá separar os traços fonologicamente interpretáveis dos semanticamente interpretáveis e apagar os traços formais não-interpretáveis na sintaxe encoberta. Os traços não-interpretáveis entram na derivação sem qualquer valor determinado.

Chomsky (1995) propõe um modelo minimalista de gramática para a derivação de sentenças de uma língua L. Esse modelo consiste em um Léxico, uma Numeração e dois níveis de interface: PF e LF. O léxico fornece os itens lexicais que formam a Numeração, e esta, por sua vez, abastece o sistema sintático/ computacional. O sistema computacional projeta essa Numeração (N) num par de representações de interface (π , λ) e efetua as operações *formar*, *selecionar*, *compor* e *atrair/mover* até formar uma derivação convergente em PF e LF. Em PF há instruções estritamente fonológicas; em LF, instruções estritamente semânticas.

Na computação sintática, os traços formais não interpretáveis ([u], do inglês *uninterpretable*) devem ser apagados, a operação *Spell-Out*, por sua vez, identifica os traços que são interpretáveis ([i]) na interface fonética e os envia para PF, separando-os dos traços que são interpretáveis em LF. Num ponto arbitrário da computação de N para LF, a operação *Spell-Out* elimina os traços fonológicos, que entram no componente morfológico e que são ordenados linearmente, para

serem projetados em PF. Após essa operação, que bifurca a computação em duas partes, o resíduo da estrutura é projetado em LF, dando continuidade à computação, por meio de operações não-visíveis. É importante ressaltar que *Spell-Out* é livre para se aplicar em qualquer ponto da derivação, caso a escolha do ponto seja “errada” a derivação fracassa em um dos níveis de interface.

Dentro dessa concepção minimalista, como foi observado, a FL compreende um léxico e um sistema computacional. No léxico estão representadas as propriedades idiossincráticas dos itens lexicais. Para dar origem a uma derivação, esses itens são selecionados em N. N é, assim, um conjunto de itens lexicais (LI) e de seus índices (i), que especificam o número de vezes que LI é selecionado (LI, i).

Todos os itens do léxico são compostos de traços: traços fonológicos, traços semânticos e traços formais. Somente os traços formais são acessíveis ao sistema computacional e podem ser passados à LF para serem interpretados. Há traços de uma mesma natureza que podem ser interpretáveis em um item, mas não-interpretáveis em outro. Por exemplo, os traços- ϕ não-interpretáveis de T (Tempo) entram na sintaxe sem valores, ao contrário dos traços- ϕ do N (Nome) que são interpretáveis. Dessa forma, os traços não interpretáveis de T são valorados com os traços interpretáveis de N através de uma relação de concordância, depois são apagados da derivação, na sintaxe aberta. Vejamos um exemplo em que essa operação acontece observando a seguinte sentença: *As meninas trabalham*.

Nessa sentença, os traços de número, pessoa e gênero são interpretáveis no DP *as meninas*, mas não interpretáveis nos traços de número e pessoa em *trabalham*. Dessa forma, os traços- ϕ em T devem ser apagados antes de chegar a LF, entretanto, os traços- ϕ em N não podem ser apagados, uma vez que são interpretáveis. Podemos dizer, então, que os traços não-interpretáveis precisam ser valorados (ou checados), em seguida, apagados para serem interpretados em LF.

No PM, um traço não interpretável precisa ser valorado e apagado no curso da derivação. Esse traço pode ser forte ou fraco; quando forte, a checagem vai se dar na sintaxe aberta, tendo repercussão morfológica; quando fraco, a checagem só se dá na sintaxe encoberta, sem repercussão morfológica. Dessa forma, a marca morfológica de concordância nas línguas seria reflexo de uma checagem de traços na sintaxe visível, sendo tal checagem, por sua vez, consequência da força dos traços nas categorias funcionais.

Neste trabalho, a perspectiva adotada do PM é aquela baseada em Chomsky (1995), porém, vale ressaltar que essa versão tem sido inovada e desde então têm surgido modelos mais recentes (cf. CHOMSKY, 2000, 2001), o que não significa dizer que este tenha sido descartado, embora nos mais recentes apenas algumas concepções foram alteradas.

Proposta de análise

A não realização morfológica do traço de gênero morfológicamente visível nos pronomes é uma propriedade não apenas particular do português, mas também de outras línguas. A manifestação morfológica de gênero no predicado que entra em concordância com essas formas pronominais na sentença pode ser pensada como resultante da especificação de traços de gênero do predicativo a partir de operação de concordância entre este e a forma pronominal. Vamos observar como a manifestação morfológica de gênero se dá em algumas línguas, como o português, o hebraico, o espanhol e o inglês, a fim de ilustrar essa ideia. É relevante ressaltar que tomaremos como exemplo apenas o pronome de primeira pessoa do singular: *eu* (português), *Any* (hebraico), *yo* (espanhol), *I* (inglês), tendo em vista que essa forma pronominal (primeira pessoa) é a única que não apresenta o traço de gênero morfológicamente visível nas línguas supracitadas.

Em relação ao português, já sabemos como a concordância entre a forma pronominal de primeira pessoa singular se dá com o predicativo, em relação a traços de gênero como mostra (2):

(2) Eu estou cansada.

Nesse exemplo, vemos que a marca de gênero é morfologicamente visível apenas no predicativo, já no pronome (de primeira pessoa do singular) e no verbo, a marca de gênero não é atestada.

No sistema pronominal do hebraico, a primeira pessoa do singular e do plural não apresenta marca morfológica de gênero, já no verbo e no predicativo essa marca é morfologicamente visível. Observemos no exemplo (3) a transliteração no presente do indicativo que mostra alguns dados (retirados de Richman (2008)) em que os traços de número e de gênero são morfologicamente visíveis no verbo:

(3) Conjugação do presente do indicativo do hebraico

	a. Ohev “amar”	b. Medaber “falar”
1SgMasc	Any ohev “eu amo”	Any medaber “eu falo”
1SgFem	Any ohev-et “eu amo”	Any medaber-et “eu falo”
2SgMas	Atah ohev “Tu amas”	Atah medaber “ “Tu falas”
2SgFem	At ohev-et “Tu amas”	At medaber-et “Tu falas”
3SgMasc	Hu ohev “Ele ama”	Hu medaber “Ele fala”

3SgFem	Hi ohev-et “Ela ama”	Hi medaber-et “Ela fala”
1PlMasc	Anachnu ohav-im “Nós amamos”	Anachnu medaber-im “Nós falamos”
1PlFem	Anachnu ohav-ot “Nós amamos”	Anachnu edaber-ot “Nós falamos”
2PlMas	Atem ohav-im “Vós amais”	Atem medaber-im “Vós falais”
2PlFem	Aten ohav-ot “Vós amais”	Aten medaber-ot “Vós falais”
3PlMas	Hem ohav-im “Eles amam”	Hem medaber-im “Eles falam”
3PlFem	Hen ohav-ot “Elas amam”	Hen medaber-ot “Elas falam”

É interessante notar que no hebraico a marca de gênero não é manifestada visivelmente apenas na primeira pessoa (singular e plural), nas demais formas pronominais o gênero é morfologicamente visível. Na segunda pessoa do singular masculino, temos o sufixo *-ah* marcando o número e o gênero, já a ausência de marca morfológica no pronome marca a segunda pessoa do feminino. Para a terceira pessoa pronominal do singular, temos duas formas: *hu* e *hi*, a primeira marca para o masculino (*ele*) e a segunda para o feminino (*ela*). Na segunda e terceira pessoa do plural, temos o sufixo *-im* que marca o plural masculino, ao passo que *-ot* marca o plural feminino.

Em se tratando do verbo, há no hebraico, como já dito, marca de número e gênero em todas as pessoas do paradigma. No masculino

singular, a ausência de marca morfológica no verbo marca o número e o gênero para as três pessoas do singular. Por sua vez, o sufixo *-im* marca o número e o gênero para as três pessoas do masculino plural. No feminino, o sufixo *-et* marca o número e o gênero das três pessoas do singular. E, por fim, o sufixo *-ot* marca o número e o gênero do feminino na primeira, segunda e terceira pessoas do plural.

Tomemos os exemplos de primeira pessoa do hebraico “Any ohev” (eu amo–masculino) e “Any ohev-et” (eu amo – feminino). Nesses exemplos, a marca de gênero não é manifestada morfológicamente no pronome, mas no verbo essa marca é morfológicamente visível.

Com base no exposto acima, é possível afirmar que esse comportamento é realizado também no português. A diferença é que a marca morfológica de gênero não está visível nem no DP pronominal (em alguns casos) nem no verbo, ao contrário do hebraico cuja visibilidade morfológica está presente em ambos os casos.

No espanhol, assim como no português, nem a forma pronominal de primeira pessoa do singular nem os verbos apresentam manifestação morfológica de gênero. Já no predicativo há presença morfológica de gênero. Vejamos os dados da língua espanhola em (4):

(4) Dados do espanhol

Singular	Plural
a. Estoy cansado. “Eu estou cansado”	g. Nosotros estamos cansados. “Nós estamos cansados”
b. Estoy cansada. “Eu estou cansada”	h. Nosotras estamos cansadas. “Nós estamos cansadas”
c. Estás cansado. “Tu estás cansado”	i. Vosotros estáis cansados. “Vós estais cansados”
d. Estás cansada. “Tu estás cansada”	j. Vosotras estáis cansadas. “Vós estais cansadas”

e. Él está cansado.

“Ele está cansado”

f. Ella está cansada.

“Ela está cansada”

k. Ellos están cansados.

“Ellos estão cansados”

l. Ellas están cansadas.

“Elas estão cansadas”

Nos dados do espanhol “... todas las formas del pronombre tienen marcas explícitas de persona y número, y sólo los de tercera persona y los plurales de primera y segunda tienen marca de género.”¹ (SORIANO, 1999, p. 1219). De acordo com Martinez (1999, p. 2777) “los adjetivos o participios concuerdan con el sujeto desinencial en número” (cf. (4a), (4b), (4c), (4d)), “y otras veces, además, en género con el sujeto léxico”² (cf. (4e), (4f), (4g), (4h), (4i), (4j), (4k), (4l)).

No português e no espanhol, a manifestação morfológica de gênero é atestada apenas no predicativo, quando se trata de construção de cópula em que o sujeito é um pronome de primeira pessoa do singular. No hebraico, a manifestação morfológica de gênero é atestada no verbo e no predicativo. Já no inglês, a manifestação morfológica de gênero não é atestada nem no pronome, nem no verbo e nem no adjetivo, conforme se observa em (5):

(5) a. I am *tired*.

“Eu estou cansado (a)”

b. You are *tired*.

“Você está cansado (a)”

c. She is *tired*.

“Ela está cansada”

d. He is *tired*.

“Ele está cansado”

1 Todas as formas de pronome têm marcas explícitas de pessoa e número, e somente os de terceira pessoa e os plurais de primeira e segunda têm marca de gênero.

2 Os adjetivos ou participios concordam com o sujeito desinencial em número (cf. (4a), (4b), (4c), (4d)), e outras vezes, ademais, em gênero com o sujeito léxico (cf. (4e), (4f), (4g), (4h), (4i), (4j), (4k), (4l)).

e. We are *tired*.

“Nós estamos cansados (as)”

f. You are *tired*.

“Vocês estão cansados (as)”

g. They are *tired*.

“Eles (elas) estão cansados (as)”

Note que, no inglês, não há concordância visível no predicado mesmo com os únicos pronomes que apresentam visibilidade de gênero: *he* “ele” e *she* “ela”.

A partir do acima observado, podemos chegar ao seguinte quadro em relação à manifestação de marca morfológica de gênero em construções em que o sujeito é uma forma pronominal sem marca de gênero visível:

Quadro 1: Marcas morfológicas de gênero gramatical no pronome em posição de sujeito

Generalização	PB	hebraico	espanhol	inglês
Marca morfológica de Gênero no Pronome de primeira pessoa do singular	-	-	-	-
Marca morfológica de Gênero no Verbo	-	OK	-	-
Marca morfológica de Gênero no Predicativo	OK	OK	OK	-

Fonte: elaborado pela autora.

Embora em nenhuma língua das ilustradas acima apresente na primeira pessoa do singular a marca morfológica de gênero visível, é possível supor que haja um traço inerente a essa forma, advinda do léxico, haja vista que a concordância de gênero é estabelecida ora com o verbo ora com o predicativo.

Se fizéssemos um estudo paramétrico entre essas línguas com o pronome de primeira pessoa do plural, por exemplo, veríamos que há línguas em que tal pronome não apresentaria o traço de gênero visível, como é o caso do português e do inglês. Já no hebraico (*hu/ hi*) e no espanhol (*nosotros/ nosotras*) esse pronome apresenta as duas formas: uma para o masculino e outra para o feminino.

Assumindo que são os DPs que carregam os traços- ϕ interpretáveis e que categorias como T e particípio têm seus traços- ϕ especificados a partir da sua concordância com o DP, se um predicativo apresenta uma marca morfológica de feminino, por exemplo, é porque esse traço de gênero foi especificado pelo DP com o qual esse predicativo concorda através da operação *Agree*.

Assim, a interpretabilidade do traço de gênero da forma pronominal *a gente* seria determinada no léxico. Conforme defende Ferrari-Neto (2003, p. 9-10), “o traço de gênero é predominantemente um traço intrínseco, que se apresenta arbitrário para o falante da língua. Consequentemente, o valor assumido por este traço precisa ser armazenado na entrada lexical do item vocabular”.

Com base no aparato teórico já descrito e certos de que a interpretabilidade do traço da forma pronominal *a gente* já vem nesse item antes de entrar na computação sintática, elaboramos um esquema de especificação de traços para essa forma quando selecionada para a Numeração.

(6) Traços de gênero no DP pronominal *a gente* na Numeração:

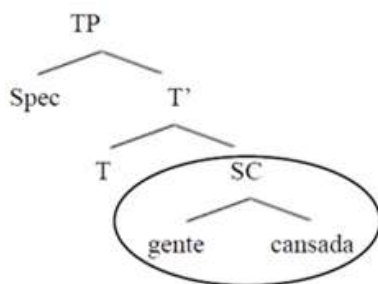
a. *A gente* está cansado: [Gen: + Masc]

b. *A gente* está cansada: [Gen: + Fem]

Os traços- ϕ em *a gente* estariam internos a esse elemento, assim sendo, supomos que eles não são morfológicamente visíveis. Levando em conta que a interpretabilidade dos traços é determinada no léxico

(com distinção de valores), conforme Chomsky (1999) propõe, a derivação de uma sentença como (6b) se dá como em (7).

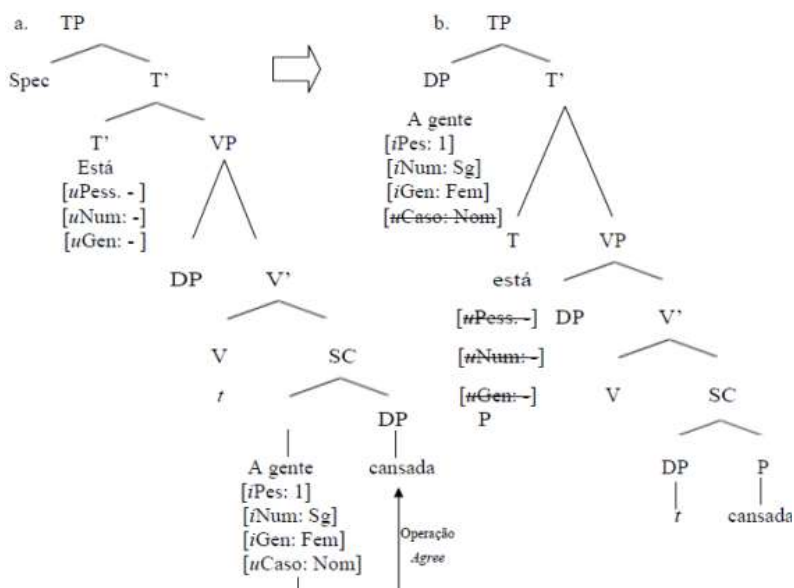
(7) A gente está cansada.



Segundo Mioto, Figueiredo Silva e Lopez (2004, p. 107), uma SC é “uma predicação que se estabelece entre um constituinte que é sujeito e um outro que é predicado sem que o núcleo desse predicado seja um verbo (ou flexão verbal)”.

Verifiquemos a análise da sentença em (7) e a sua configuração arbórea em (8a e b):

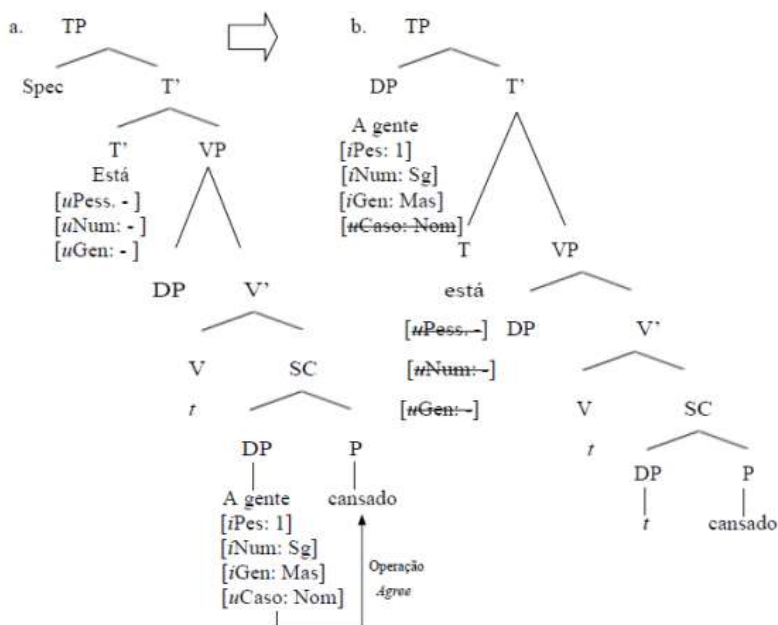
(8)



Em (8a), a forma pronominal *a gente*, possuindo os traços de primeira pessoa do singular do feminino, estabelece concordância com o predicativo *cansada* (essa forma ainda não possui traços de feminino/singular). Através dessa concordância, o predicativo recebe do DP pronominal *a gente* seus traços de número e gênero. Em seguida (ver (8b)), a operação *Agree* valora e apaga os traços- ϕ não interpretáveis de T. No momento em que a sonda (T) e o alvo (*a gente*) se combinam, os traços- ϕ não interpretáveis da sonda e o Caso do alvo são valorados e apagados. Assim, o DP *a gente* checa o traço de Caso Nominativo do verbo e o verbo checa os traços- ϕ de *a gente* (os traços que estão internos a esse DP).

O mesmo processo, *mutatis mutandis*, ocorre com a sentença em (6a), observe a sua configuração arbórea em (9):

(9)



Nesse caso, a configuração arbórea e o processo de verificação dos traços são os mesmos apresentados em (8). O que difere é a es-

pecificação, na numeração, do traço da forma pronominal *a gente*, se está ou não especificada para [Masc]. Em (9), por exemplo, os traços especificados para o DP pronominal *a gente* são: [*iPes*: 1/ *iNum*: Sg/ *iGen*: Masc], assim, o traço que será marcado no predicativo será o traço de gênero masculino (cansado). Se, todavia, os traços especificados na entrada lexical for [*iPes*: 1/ *iNum*: Sg/ *iGen*: Fem], o traço marcado no predicativo será o traço de gênero feminino (cansada).

A partir do que foi discutido acima, podemos dizer que no português brasileiro, o traço de gênero no DP pronominal *a gente* vem especificado do léxico e, portanto, está implícito a esse DP. A marca de gênero no predicativo é estabelecida através de uma checagem de traços que ocorre na SC.

Conclusão

A hipótese que norteia este trabalho consiste no fato de o DP *a gente* conter um traço de gênero interno especificado nesse item antes de entrar na computação sintática, conforme propõe Chomsky (1995). Partindo deste pressuposto, assumimos com Pereira (2003), que há um traço interno a esse DP, sendo essa a causa da não visibilidade morfológica de gênero. Em relação à visibilidade morfológica de gênero no predicativo, assumimos, juntamente com Pereira (*op. cit.*), que essa marca se estabelece através da concordância entre o pronome *a gente*, que possui um traço interno de gênero, e o sintagma adjetival na SC, através da Operação *Agree*.

Referências

- CHOMSKY, N. **The minimalist program**. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, N. Minimalist inquiries: the framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS D.; URIAGEREKA, J. (eds). **Step by step: essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2000 [1998]. p. 89-155.
- CHOMSKY, N. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M. (ed.). **Ken Hale: A Life in Language**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2001 [1999]. p. 1-52.
- COSTA, J; SANTOS, A. L. **A falar como os bebés: o desenvolvimento lingüístico das crianças**. Lisboa: Caminho, 2003.
- FERRARI-NETO, J. **Reconhecimento do número gramatical e processamento da concordância de número no sintagma determinante na aquisição do português brasileiro**. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Letras, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.
- MARTÍNEZ, J. A. La concordancia. In: BOSQUE. I.; DEMONTE, V. **Gramática descriptiva de la lengua española: sintaxis básica de las clases de palabras**. Buenos Aires: Espasa, 1999.
- MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; LOPES, R. E. **Novo Manual de Sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2004.
- MOURA, D. Concordância de pronomes pessoais em frases copulativas. **Revista leitura**, nº 33, p. 87-110, jan./jun., 2004.
- MOURA, D. A sintaxe de pronomes pessoais: um caso de concordância sujeito-verbo. In: Congresso Internacional da ALFAL, 14., 2005, Monterrey. **Anais [...]**. Monterrey: Universidad Autónoma de Nueva León, 2005. p. 1-8.
- PEREIRA, S. **Gramática comparada de a gente: variação no português europeu**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.
- RICHMAN, J. **Learn Hebrew verbs feedback**. 2008. Disponível em: <http://www.hebrew-verbs.co.il>. Acesso em: 05 fev. 2008.
- SORIANO, F. O. El pronombre personal. Formas y distribuciones. Pronombres átonos y tónicos. In: BOSQUE. I.; DEMONTE, V. **Gramática descriptiva de la lengua española: sintaxis básica de las clases de palabras**. Buenos Aires: Espasa, 1999.

O comportamento de sujeitos pós-verbais no português brasileiro e no português europeu: revisitando pesquisas sob a ótica do modelo de princípios e parâmetros

Claudia Roberta Tavares Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

| Introdução

Pesquisas desenvolvidas no âmbito da Sintaxe Gerativa têm evidenciado, a partir de estudos comparativos, que o português brasileiro (doravante, PB) e o português europeu (doravante, PE) possuem gramáticas distintas (GALVES, 2001; TORRES MORAES, 1996, dentre outros). Adotando essa visão e sob o enfoque do Modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981, 1986 e seguintes), centro minha atenção, neste capítulo, na posição pós-verbal dos sujeitos (isto é, na ordem VS (Verbo-Sujeito)), evidenciando, a partir de pesquisas já desenvolvidas sobre a temática, que esses sujeitos possuem comportamento distinto: enquanto, no PE, sujeitos pós-verbais ocorrem com todos os tipos de verbos (AMBAR, 1992; COSTA, 1998), no PB, por sua vez, encontram-se submetidos a contextos inacusativos (BERLINCK, 1988, 2000; KATO, 2000; COELHO, 2000).

Essa assimetria tem sido explicada pela possível implicação da natureza da morfologia de flexão verbal (AGR) (do inglês, *AGR(eement)*) em ambas as gramáticas, conforme defendido, por exemplo, em minha tese de doutorado (SILVA, 2004) sob a orientação da Profa. Dra. Maria Denilda Moura (*in memoriam*), coordenadora do PRELIN na época, e sob a coorientação do Prof. Dr. João Costa, da Universidade Nova de Lisboa (UNL).

Tomando por base a proposta de Roberts (1993) para a caracterização da natureza de AGR, assume-se aqui sua fraqueza formal e funcional no PB, o que tem ocasionado um aumento acentuado do preenchimento da posição pré-verbal por pronomes plenos (DUARTE, 1995). Contrariamente, no PE, o AGR é rico, sendo capaz de licenciar e identificar sujeitos nulos nessa posição (RIZZI, 1982)¹.

Diante do exposto, este capítulo embasa-se na discussão feita na tese supracitada sobre o comportamento dos sujeitos pós-verbais no PE e no PB, levando em conta, especificamente, a posição estrutural que ocupam (se interna ou não ao domínio intrafrásico) e as restrições de natureza semântica (definitude/especificidade do DP) e fonológica (peso do DP), por exemplo, a que estão submetidos.

Sobre os sujeitos pós-verbais no Português Europeu

Tem sido sobejamente assumido que o PE possui inversão sujeito-verbo com todos os tipos de verbos (Cf. AMBAR, 1992; COSTA, 1998; FIÉIS, 2003, dentre outros), sendo a causa substancial para a existência desses sujeitos o fato de a morfologia flexional nessa língua ser rica, ao contrário do inglês e do francês que devem ter a posição pré-verbal Spec, IP sempre preenchida em virtude da fraqueza morfológica de sua flexão verbal.

Neste momento, ao centrar minha atenção na pesquisa desenvolvida por Costa (1998) sobre a posição dos sujeitos pós-verbais nas or-

¹ Para um maior detalhamento dessa discussão, sugiro consultar Silva (2004).

dens VSO e VOS no PE, assumo com esse pesquisador que esses sujeitos ocupam a posição Spec, VP, seguindo a análise proposta por Koopman e Sportiche (1991). Como consequência da proposta aqui assumida, abandonarei a hipótese de Chomsky (1981), Rizzi (1988) e Burzio (1986) de que os sujeitos pós-verbais estão adjungidos à direita do VP.

Ambar (1992), ao analisar os contextos de inversão sujeito-verbo no PE, propõe uma análise unificada segundo a qual o movimento de V-para-C é obrigatório tanto nos contextos interrogativos quanto nos declarativos. Por exemplo, na frase (1a), a autora argumenta que o verbo se move para o núcleo C, estando o sujeito em Spec, Flex'' (em outras palavras, Spec, IP), conforme apresentado na configuração sintática em (1a'):

- (1) a. Onde pôs o João os livros?

a'. [_{COMP}'' Onde_i [_{COMP}'' pôs_{jk} [_{FLEX}'' o João [_{FLEX} v_{jk} [_{SV} v_j os livros v_i]]]]]]
(AMBAR, 1992, p. 181)

Não obstante, Costa (1998) assume parte da proposta de Ambar (op. cit.). Segundo ele, nos contextos interrogativos como em (1), há movimento obrigatório de V-para-C, um fato similar ao que acontece nas sentenças interrogativas do inglês quando há movimento obrigatório do auxiliar *DO* para o núcleo C:

- (2) a. How do you think that he come t?

b. How did he come t?

(RIZZI, 1990, p. 46)

Em se tratando dos contextos declarativos, o autor difere de Ambar (1992), argumentando que o verbo se move até o núcleo I, permanecendo o sujeito em Spec,VP a partir das seguintes evidências:

A) Inversão sujeito-verbo em contexto encaixado:

Observando a gramaticalidade da frase (3) em que o sujeito pós-verbal ocorre em um contexto encaixado, não é plausível argumentar a favor da análise de que o verbo se move para C, tendo em vista o núcleo C já está lexicalmente preenchido pelo complementador *que*:

- (3) O Paulo disse que comeu a Maria a sopa.

(COSTA, 1998, p. 123)

B) Construções com o complexo verbal (auxiliar + particípio):

Em frases em que o sujeito segue o verbo auxiliar e o verbo principal na forma participial, como em (5), não há motivação empírica para ser adotada a análise de Ambar (1992), pois, se assim fosse, esse sujeito teria que seguir o verbo auxiliar flexionado, tal como ocorre no inglês (cf. (4)), uma predição que não é confirmada no PE:

- (4) Have you got time?

“Você tem tempo?”

(THOMSON; MARTINET, 1980, p. 109-110)

- (5) a. Tinha comido o Paulo maçãs.
b. Tem estado a comer o Paulo maçãs.

C) Distribuição dos advérbios:

Ao assumir que advérbios com leitura orientada para o sujeito como *inteligentemente* estão adjungidos a TP (assumindo a hipótese do IP cindido (POLLOCK, 1989)), Costa (1998) verifica que seria permitido, seguindo a análise de Ambar (1992), que tais advérbios pudessem ocorrer após os sujeitos em Spec, IP na ordem VSO, uma análise que não se sustenta se verificada a frase (6). Portanto, o viés argumentativo de que sujeitos pós-verbais não estão em Spec, IP, mas ocupam Spec, VP, estando o verbo em I, ganha, por conseguinte, suporte explicativo na proposta desse pesquisador:

- (6) *Comeu o Paulo inteligentemente maçãs.

(COSTA, op. cit., p. 124)

Estando os sujeitos pós-verbais no PE em Spec, VP, implica dizer que possuem propriedades-A, o que se confirma na análise das ordens VSO e VOS. Quanto à primeira ordem, Costa (1998) apresenta evidências adicionais de que os sujeitos estão nessa posição-A, tomando por base a possibilidade de efeitos de ligação-A e do posicionamento de advérbios que marcam a periferia à esquerda do VP. De um lado, o sujeito pós-verbal pode ligar-se a uma anáfora pronominal no domínio interno do VP, estando o verbo em I:

- (7) a. Leu cada autor_i o seu_i livro.
b. Leu um autor_i o seu_i livro.

(COSTA, 1998, p. 129)

Do outro lado, sendo advérbios monossilábicos como *bem* marcadores da periferia à esquerda do VP, a única posição disponível para esses advérbios na ordem VSO é entre o verbo e o sujeito pós-verbal (cf. (8d)). Assim, chega-se à conclusão de que o verbo sofre movimento por cima desse advérbio, permanecendo o DP em Spec,VP. Ademais, sendo o sujeito seguido por esse tipo de advérbio, a frase é agramatical, o que implica considerar que a posição fora do VP para hospedar o sujeito nas frases (8b) e (8c) não está disponível:

- (8) a. **Bem* comeu o Paulo maçãs.
b. *Comeu o Paulo *bem* maçãs.
c. *Comeu o Paulo maçãs *bem*.
d. Comeu *bem* o Paulo maçãs.

Analisando, agora, os sujeitos pós-verbais na ordem VOS, duas conclusões são depreendidas por Costa (1998): a) sujeitos pós-verbais estão deslocados à direita e b) sujeitos pós-verbais estão em Spec, VP. Visando estabelecer distinção entre essas duas posições, o autor ob-

serva que há algumas propriedades que caracterizam as construções com deslocamento à direita do sujeito, dentre elas: a) presença de um corte entoacional antecedendo o sujeito (cf. (9a)); b) possibilidade de Spec, IP ser preenchido por uma categoria pronominal correferente com o sujeito deslocado à direita (cf. (10a)), c) possibilidade de o sujeito seguir *question-tags* (cf. (11c) e (11d)) e d) impossibilidade de DPs pós-verbais serem indefinidos (cf. (12b)):

- (9) a. Comeu a sopa # o Paulo.
b. Comeu a sopa o Paulo.
- (10) a. Ele comeu a sopa # o Paulo.
b. *Ele comeu a sopa o Paulo.
- (11) a. Comeu a sopa o Paulo, não comeu?
b. *Ele comeu a sopa o Paulo, não comeu?
c. Comeu a sopa, não comeu?, o Paulo
d. Ele comeu a sopa, não comeu?, o Paulo.
- (12)a. Comeu a sopa, não comeu?, o Paulo.
b. ???Comeu a sopa, não comeu?, um homem.

(COSTA, op. cit., p. 131)

De forma similar ao que ocorre na ordem VSO, a distribuição dos advérbios monossilábicos e efeitos de ligação-A na ordem VOS servem como bons diagnósticos a favor da ideia de que sujeitos pós-verbais intrafrásicos ocupam a posição-A Spec, VP.

Quanto ao primeiro diagnóstico, a ordem VOS no PE só é gramatical se o sujeito pós-verbal segue o verbo, havendo obrigatoriamente movimento do objeto para fora do VP via *scrambling* para uma posição de adjunção ao VP (cf. (13c)):

- (13) a. *Comeu bem a sopa o Paulo.
b. *Comeu a sopa o Paulo bem.

c. Comeu a sopa bem o Paulo (não comeu?)

(COSTA, 1998, p. 132)

Quanto aos efeitos de ligação, é possível o sujeito pós-verbal ligar-se ao objeto que sofreu *scrambling*:

(14) a. Viu [_{Obj} o Paulo_i], não viu?, [_{Subj} o seu_i irmão].

b. Viu [_{Obj} todos os filmes_i], não viu?, [_{Subj} o seu_i realizador].

(COSTA, 1998, p. 134)

Costa (1998) conclui que, embora os sujeitos pós-verbais estejam em Spec, VP no PE e não em Spec, IP e o verbo não se mova para C, mas obrigatoriamente para I, as ordens VSO e VOS diferem no seguinte aspecto: enquanto, na segunda, o objeto é movido para uma posição de adjunção ao VP via *scrambling*, na primeira, esse movimento está bloqueado.

Em suma, tendo assumido com Costa (1998) que sujeitos pós-verbais em contextos (in)transitivos ocupam Spec, VP no PE, início, neste momento, uma análise dos DPs pós-verbais em contextos inacusativos nessa língua.

Como é sabido, verbos inacusativos distinguem-se dos (in)transitivos por não selecionarem um argumento externo, estando o DP pós-verbal por eles subcategorizado numa posição interna ao VP, valendo lembrar que esse DP pode ser movido para a posição pré-verbal Spec, IP, o que o caracteriza como um sujeito derivado (BURZIO, 1986).

De mais a mais, DPs pospostos a verbos inacusativos não podem estar numa posição periférica à direita do VP, tomando por base a evidência apresentada por Fiéis (2003) no que respeita ao posicionamento dos quantificadores flutuantes que, por sua vez, servem como diagnósticos para marcar a posição Spec,VP dos DPs argumentais que se movem à posição-A Spec, AgrSP (assumindo a hipótese do IP cindido). Analisando as seguintes frases do PE, comparadas com as do francês

e as do inglês, são agramaticais, nessas três línguas, frases em que os quantificadores ocupam a posição mais à direita da frase (cf. (15)), o que implica assumir que os DPs pós-verbais estão numa posição-A interna ao VP, conforme ilustram as frases em (16) em que o verbo inacusativo *ir* encontra-se seguido do quantificador flutuante:

- (15) a. *Os meninos foram à praia todos.
- b. *The boys went to the beach all.
- c. *Les garçons sont allés à la plage tous.
- (16) a. Os meninos foram todos à praia.
- b. *The boys went all to the beach.
- c. Les garçons sont tous allés à la plage.

(FIÉIS, 2003, p. 94)

Vale referir que, não sendo o inglês uma língua que possui movimento do verbo na sintaxe (POLLOCK, 1989), quantificadores flutuantes estão impedidos de seguirem o verbo, pois, caso contrário, haveria suporte para argumentar que o verbo saiu do VP, uma predição que não é confirmada a partir da agramaticalidade da frase (16b). Ao contrário dessa língua, tanto o PE quanto o francês possuem movimento do verbo, sendo uma das evidências a presença do quantificador que segue o verbo cuja função é identificar a posição Spec,VP a que se encontra adjungido, como ilustram as frases (16a) e (16c), respectivamente.

Vale referir que, embora a posição Spec,VP esteja disponível, é possível que DPs pós-verbais ocupem uma posição A-barra quando forem deslocados à direita. Nesse contexto, um pronome lexicalmente realizado ocupa a posição Spec, IP recebendo um acento enfático, o que vai na direção do que é proposto por Ambar (1992):

(17) P: Quem entrou na escola?

R: ELE/ *Ele entrou na escola, o garoto que foi meu aluno.

Concluída a discussão aqui empreendida nesta seção, revisitarei, na seção que se segue, pesquisas sobre os sujeitos pós-verbais no PB, valendo referir, de antemão, que, na atual sincronia, encontram-se res- tritos a contextos inacusativos (BERLINCK, 1988, 2000; KATO, 2000; COELHO, 2000).

Sobre os sujeitos pós-verbais no Português Brasileiro

Diversas pesquisas têm evidenciado que a ordem de palavras no PB não é tão “livre” como no PE, tendo em vista que sujeitos não po- dem aparecer pospostos a verbos (in)transitivos, uma consequência da pobreza formal e funcional dessa língua, conforme já enunciado.

Berlinck (2000), ao realizar uma pesquisa diacrônica sobre a or- dem VS no PB, verifica, a partir de resultados quantitativos, que a per- da dessa ordem em contextos (in)transitivos foi gradativa ao longo da história. Essa autora chega a concluir que a ordem VS é uma cons- trução heterogênea na gramática do PB por ainda possuir resídu- os de uma gramática anterior, estando restrita, em grande medida, a contextos inacusativos. Tal heterogeneidade é atestada em quatro contextos estruturais: a) construções com deslocamento à direita ou “*falsa inversão*”; b) construções residuais com fronteamento do verbo (*V-fronting*), c) construções de inversão livre (*inversão românica*) e d) construções inacusativas. Segundo a autora, os três primeiros contex- tos são marginais no PB.

Quanto à *falsa inversão*, o sujeito pós-verbal está fora do domínio frásico, sendo retomado por uma categoria vazia nula ou preenchida em Spec, IP. Em geral, Coelho (2000) observa que, nesse tipo de cons- trução, os sujeitos devem ser [+definidos] e [+específicos] nos termos de Enç (1991)², sendo obrigatório um corte entoacional antes do su-

2 Vale referir que sujeitos indefinidos podem estar deslocados à direita no PB caso estejam submetidos a efeitos de peso. Para maiores detalhes, ver Silva (2004).

jeito. Nas frases, a seguir, a agramaticalidade resulta, portanto, de os sujeitos pós-verbais serem indefinidos³:

- (18) a. ?*(Ele)_i chegou, um menino_i.
 b. ?*(Ele)_i comeu o bolo, um menino_i.
 c. ?*(Ele)_i tossiu, um menino_i.

Ordens VOS, já nos fins do século XIX, passam a corresponder a casos de *falsa inversão*, não sendo possível argumentar que os sujeitos se encontram na posição-A Spec, VP, uma posição legítima na gramática do PE contemporâneo conforme evidenciado na seção 2 deste capítulo. Em todo o caso, o que é importante ter em mente é que a posição Spec, IP sempre é preenchida por um pronome nulo ou realizado foneticamente, o qual mantém correferência com o DP pós-verbal:

- (19) a. E tem um nariz eloqüente, este rapaz! (1896)
 a'. [_{IP} (ele)_i [_{I'} tem_j [_{VP} t_i t_j um nariz eloqüente [este rapaz_i]]]]]
 (KATO; DUARTE, 2003b, p. 1)

De mais a mais, Kato (1993) e Kato e Duarte (2003a, 2003b) verificam que, nos contextos interrogativos, o sujeito posposto ao verbo também se encontra numa posição periférica à direita da frase em virtude de a gramática do PB contemporâneo ter perdido o movimento de V-para-C. Nessa acepção, enquanto, no século XVII, o verbo se movia até C (cf. (20)), à semelhança do que acontece no PE contemporâneo (AMBAR, 1992), no século XX, o verbo no PB se move até o núcleo funcional I e a posição Spec, IP passa a ser preenchida por uma categoria pronominal correferente com o sujeito deslocado à direita (cf. (21)):

- (20) a. Que tem Deus de ver comigo? (século XVII)
 a'. [_{CP} que [_C tem [_{IP} Deus [_{I'} t_v [_{VP} t_v t_{wh} de ver comigo]]]]]
 (KATO, 1993, p. 1)

3 Os julgamentos dessas frases são frutos das intuições de falantes nativos do PB por mim consultados.

(21) a. Onde andar_á a Neiva?

a'. [_{CP} Onde_k [_C ' [_{IP} (ela)_i t_k [_{I'} andar_á_j [_{VP} t_i t_j t_k [a Neiva_i]]]]]]]

(KATO; DUARTE, 2003a, p. 3)

Kato e Duarte (2003a), ainda se detendo à análise da *falsa inversão* em interrogativas, verificam que há restrições no que concerne à produção dessa estrutura: sendo o constituinte WH- na pergunta um argumento interno do verbo, essa inversão é agramatical (cf. (22a), exigindo, por conseguinte, a presença do DP sujeito em posição pré-verbal (cf. (22b)), ao passo que, sendo o constituinte WH- um adjunto, essa inversão já é possível (cf. (23a)):

(22) a. *O que viram os meninos?

b. O que os meninos viram?

(23) a. Quanto custou o seu carro?

b. Quanto (ele) custou, o seu carro?

Quanto ao segundo tipo de construção denominada na literatura *V-fronting* (KATO, 1987), tem a ver, segundo Berlink (2000), com ocorrências residuais da *inversão germânica* (fenômeno V2). Nesses casos, o verbo ocupa a segunda posição, sendo antecedido por um constituinte X que se desloca para a posição inicial da sentença (XVS). No Português Arcaico (doravante PA), esse tipo de inversão pode ocorrer com o verbo ocupando a posição inicial da frase (RIBEIRO, 1996)⁴. Berlink (2000) ainda observa que, no PE, esse constituinte tem obrigatoriamente leitura tópica, ou seja, corresponde a uma informação já dada no domínio do discurso (cf. (24)), ao passo que, no PB, pode ter leitura focal (cf. (25)):

(24) a. Em Lisboa mora o Pedro.

b. A verdade disse o Paulo.

4 Segundo Ribeiro, (op. cit., p. 55), “[...] a inversão germânica nos dados do PA não se limita a construções iniciadas por um constituinte X. Atesta-se também em estruturas iniciadas por um verbo, apresentando simplesmente a ordem VS [...]”.

c. O bolo comeu a Maria

(BERLINCK, 2000, p. 178)

(25) a. Ali moravam os meninos.

a'. [_{IP} Ali_a [_{I'} moravam_i [_{VP} os meninos [_{V'} t_i t_a]]]]

(KATO, 1989 *apud* BERLINCK, op. cit., p. 177)

Por sua vez, Ribeiro (1996), ao centrar sua atenção na ordem dos constituintes no PA, tendo como *corpus* de pesquisa a *Carta de Caminha* (século XVI) e a *Crônica de Dom Pedro* (século XV), observa que a inversão germânica é bastante produtiva nesse período, indo na direção da análise desenvolvida por Torres Moraes (1996). Vejam-se, portanto, as seguintes frases do PA extraídas da *Carta de Caminha*⁵ e da *Crônica de Dom Pedro*, respectivamente, em que o verbo ora se encontra antecedido por um constituinte (cf. (26)), ora aparece no início da sentença (cf. (27)):

(26) a. ao sabado pola manhaã mandou *ocapitã* fazeer vella (F3 v.1)

b. Ante dise *ele* que... (F8. p. 29-30)

(27) a. e deu *el-rrei* a sua madre todollos bees de Lionor Nunes (16: 34-35)

b. levava *nicolaa* *coelho* cascavees e manjilhas (F.4. 7-8)

(RIBEIRO, 1996, p. 54-55)

Ao contrário do PA, Berlinck (2000) constata que construções com verbos *dicendi* que exigiam, no PA, o verbo no início da frase já não são obrigatórias no século XX. Analisando uma das obras de Graciliano Ramos datada de 1930, a autora verifica que um mesmo falante produz ora VS, ora SV com o verbo *dicendi* “dizer”, o que implica assumir que a inversão germânica que era obrigatória no PA perde-se no PB contemporâneo (cf. (28)). No PE, ao contrário, a inversão sujeito-verbo continua obrigatória nesses contextos (cf. (29)):

5 As frases extraídas da *Carta de Caminha* e da *Crônica de Dom Pedro* estão seguidas, entre parênteses, do número do fólio (F) e do número das linhas.

(28) a. Ah! Compreendo, disse-me ele.

b. Pouco, muito pouco, dona Lili me disse. (G. Ramos, *Cartas*, 1930)

(BERLINCK, op. cit., p. 189)

(29) a. Vou-me embora – anunciou o *Gonçalo*.

a'. *Vou-me embora – o *Gonçalo* anunciou.

(AMBAR, 1992, p. 72)

Passando, brevemente, à análise da *inversão românica* ou *inversão livre do sujeito*, Berlinck (2000) assume, à semelhança de Kato e Raposo (1994), que o DP sujeito posposto não se encontra dentro do VP nem fora de IP por estar adjungido à direita do VP. Não obstante, a hipótese da adjunção ao VP é problemática, o que me leva a argumentar que o DP se encontra adjungido à direita do IP⁶. Um fato importante é que, nesse tipo de inversão, o sujeito posposto, em geral, está submetido a efeitos de peso, tal como ocorria no PA consoante os dados analisados por Ribeiro (1996). Essa autora observa que a propriedade característica dessa inversão é a obrigatoriedade de haver um constituinte X que rompa a adjacência entre o verbo e o DP pós-verbal (XVXS) e (VXS), recebendo o sujeito, nessas ordens, uma entoação especial, o que o caracteriza como pesado não só em termos de seu conteúdo fonológico, mas também em relação ao acento mais forte que recebe nessa posição. Comparem-se, portanto, as seguintes frases do PA em (30) e do PB contemporâneo em (31):

(30) a. aly andavam antreles *tres ou quatro moças* bem moças e bem jentijs (F4. 24-6)

b. e tamto que comemos vieram logo *todo los capitaães* aesta naao per man dado do capitã moor. (F6. 5-6)

(RIBEIRO, 1996, p. 52-53)

⁶ Para evidências a favor dessa proposta, conferir Silva (2004).

(31) a. Telefonou ontem um amigo meu que eu não vejo há 10 anos
o Prefeito

a'. [_{IP} pro_{expl} [_{I'} telefonou_i [_{VP} [_{VP} t_k [_{V'} t_i] ontem] um amigo
meu que eu não vejo há 10 anos/o Prefeito_k]]].

(BERLINCK, 2000, p. 177)

Na configuração (31a'), um *pro*_{expl} ocupa a posição-A Spec, IP, tal como sugere Rizzi (1997) para os casos de inversão em línguas como o italiano e o catalão.

Assumindo com Berlinck (2000) que os três tipos de construções acima descritos são pouco produtivos na gramática do PB, ao contrário das construções inacusativas⁷, focalizo, a partir de agora, minha atenção nessas construções, rediscutindo a proposta formulada por essa autora.

No PA, Ribeiro (1996) verifica casos de posposição do sujeito com verbos inacusativos, uma construção bastante produtiva na gramática dessa época e que ainda hoje é atestada tanto no PB quanto no PE. Um fato a ressaltar é que, na primeira língua, o enfraquecimento da morfologia flexional ao longo da história tem afetado os sujeitos de verbos (in)transitivos por não permitir sua presença em Spec, VP⁸. Em se tratando de verbos inacusativos, por serem os argumentos postposados a esses verbos *pseudo-sujeitos*, eles tendem a ocupar sua posição de argumento interno, o que vem corroborar a análise de Pontes (1986).

Em sua pesquisa, Berlinck (2000) propõe que o argumento interno de um verbo inacusativo, quando posposto, encontra-se na posição

7 Tomando por base os resultados quantitativos obtidos em sua pesquisa diacrônica, Berlinck (2000, p. 178) conclui: “While the *Unaccusative construction* is quite frequent in Modern BP, *V-fronting*, *Romance inversion* and *Right dislocation* may be considered marginal in this variety.” (Enquanto a *construção inacusativa* é bastante frequente no PB Moderno, *V-fronting*, *inversão românica* e *deslocamento à direita* podem ser consideradas marginais nesta variedade. – Tradução minha)

8 Cf. Berlinck (1988, 2000) e Torres Moraes (1996) para uma análise diacrônica sobre o decréscimo da ordem VS com esses tipos de verbos.

Spec, VP pelo fato de essa posição ser uma posição focal legítima para hospedar esse argumento. Não obstante, assumindo neste capítulo com Burzio (1986) que esse tipo de verbo, sendo incapaz de atribuir Caso acusativo ao seu argumento interno e não selecionando, por conseguinte, um argumento externo (*Generalização de Burzio*), sou levada a argumentar que a posição Spec, VP não está projetada para esses verbos, ao contrário dos (in)transitivos, sendo a configuração sintática a seguinte: [_{IP} [_{I'} V [_{VP} t_v DP]]]. Chomsky (1995), numa perspectiva minimalista, ao propor uma configuração sintática em que os argumentos externos são gerados na posição Spec, vP cujo núcleo funcional seleciona VP, defende que, em construções inacusativas, essa posição não é projetada⁹ em virtude de o argumento subcategorizado por um verbo inacusativo não possuir intrinsecamente a propriedade CAUSE/Agente dos argumentos externos dos (in)transitivos, ou seja, a propriedade que lhes identifica como o causador de um dado evento.

De mais a mais, à semelhança do PE, em contextos de focalização de toda a frase, DPs indefinidos no PB permanecem em sua posição de base (cf. (32a), exceto se forem pesados (cf. (32b)), ao passo que DPs definidos se encontram deslocados à direita sejam leves ou pesados (cf. (33)):

(32) A- O que aconteceu?

a. Chegou *um menino* na escola.

b. Chegou na escola *um menino* que foi o meu aluno.

(33) a. (Ele_i) entrou na reunião, o João_i.

b. (Ele_i) entrou na reunião, o João_i que é secretário da creche.

Conforme verificado em (32b), é atuante a componente fonológica sobre o *output* sintático, deslocando o DP indefinido e pesado para fora do domínio interno do VP. No entanto, em sendo o DP definido,

9 “[...] only unaccusatives lacking agents would be simple VP structures” (CHOMSKY, 1995, p. 316). ([...] somente inacusativos a que faltam [argumentos] agentivos seriam estruturas de VP simples. – Tradução minha)

essa componente não é atuante nas construções em (33). Dessa forma, são verificadas restrições de ordem fonológica e semântica sobre os DPs pós-verbais¹⁰.

Conclusão

Ao discorrer sobre o comportamento dos sujeitos pós-verbais na gramática do PB e do PE, a partir de estudos já realizados sobre o tema, é plausível, de um lado, assumir com Costa (1998) que, em sentenças declarativas, esses sujeitos no PE selecionados por verbos (in) transitivos estão em Spec, VP, não havendo, nesse último caso, motivação empírica para movimento obrigatório de V-para-C. Por outro lado, em se tratando de sentenças interrogativas, esse movimento ocorre tal como proposto por Ambar (1992), permanecendo o DP pós-verbal em Spec,VP.

Quanto à inversão sujeito-verbo atestada na gramática do PB contemporâneo, foram apresentadas evidências de que se encontra restrita a contextos inacusativos (BERLINCK, 1988, 2000; KATO, 2000; COELHO, 2000), estando o DP posposto na posição de argumento interno no domínio intrafrásico, exceto os casos em que esses argumentos possam ocupar uma posição periférica à direita da frase quando submetidos a restrições de natureza fonológica e semântica, as quais também são atuantes no PE.

Referências

- AMBAR, M. M. **Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português**. 1992. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.
- BERLINCK, R. A. **A ordem VSN no português do Brasil: sincronia e diacronia**. 1988. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

10 Para uma análise pormenorizada dessas restrições, sugiro consultar Silva (2004).

BERLINCK, R. A. Brazilian Portuguese VS order: a diachronic analysis. *In*: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (ed.). **Brazilian Portuguese and the null subject parameter**. Madrid: Iberoamericana, 2000.

BURZIO, L. **Italian syntax**. A government-binding approach. Dordrecht, Reidel: Kluwer Academic, Publishing Company, 1986.

CHOMSKY, N. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris Publications, 1981.

CHOMSKY, N. **Knowledge of language**: its nature, origin and use. London: Praeger Publishers, 1986.

CHOMSKY, N. **The minimalist program**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1995.

COELHO, I. L. **A ordem VDP em construções monoargumentais**: uma restrição sintático-semântica. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

COSTA, J. **Word Order Variation**: a constraint-based approach. Holanda: Holland Academic Graphics, 1998.

DUARTE, M. E. L. **A perda do princípio ‘Evite Pronome’ no português brasileiro**. 1995. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

ENÇ, M. The semantics of specificity. **Linguistic Inquiry**, v. 22, n. 1, p. 1-25, 1991.

FIÉIS, M. A. **Ordem de palavras, transitividade e inacusatividade**: reflexão teórica e análise do português dos séculos XIII a XVI. 2003. Dissertação (Doutoramento em Linguística) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.

GALVES, C. C. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001.

KATO, M. A. Inversão da ordem SV em interrogativas no português: uma questão sintática ou estilística? **D.E.L.T.A.**, v. 3, n. 2, p. 243-252, 1987.

KATO, M. A. Word order change: the case of Brazilian Portuguese wh-questions. *In*: INTERNATIONAL CONGRESS OF HISTORICAL LINGUISTICS, 11., 1993, Los Angeles, **Handout [...]**. Los Angeles, 1993.

KATO, M. A. A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no PB. **Fórum Linguístico**, v. 2, n. 1, p. 97-127, 2000.

KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L. A gramática do português brasileiro: aspectos diacrônicos e sincrônicos. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE LINGUÍSTICA, 16., 2003, Rio de Janeiro. **Handout [...]**. Rio de Janeiro, 2003a. p. 1-4.

KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L. Mudanças atestadas no PB. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE LINGUÍSTICA, 16., 2003, Rio de Janeiro. **Handout [...]**. Rio de Janeiro, 2003b. p. 1-6.

KATO, M. A.; RAPOSO, E. European and Brazilian word order questions, focus and topic constructions. *In*: PARODI, C.; QUICOLI, A.C; ZUBIZARRETA, M. L. (ed.). **Romance Linguistics in Los Angeles**. Washington, D. C: Georgetown University Press, 1994.

KOOPMAN, H.; SPORTICHE, D. The position of subjects. **Língua**, v. 85, n. 2, p. 211-258, 1991.

POLLOCK, J. Verb movement, universal grammar, and the structure of IP. **Linguistic Inquiry**, v. 20, n. 3, p. 365-424, 1989.

RIBEIRO, I. A ordem dos constituintes. *In*: MATTOS E SILVA, R. V. (org.). **A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500**. Salvador: Ed da UFBA, 1996. p. 26-62.

RIZZI, L. **Issues in Italian Syntax**. Dordrecht : Foris, 1982.

RIZZI, L. The new comparative syntax: principles and parameters of universal grammar. **Foundation Archives Jean Piaget**, Geneva, p. 1-20, October 10, 1988.

RIZZI, L. **Relativized minimality**. 16. ed. Cambridge, Massachussets: MIT Press, 1990.

RIZZI, L. A parametric approach to comparative syntax: properties of the pronominal system. *In*: HAEGEMAN, L. (ed.). **The New Comparative Syntax**. London, New York: Longman, 1997. p. 268-285.

ROBERTS, I. **Verbs and diachronic syntax**. Dordrecht: Kluwer, 1993.

SILVA, C. R.T. **A natureza de AGR e suas implicações na ordem VS: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o português europeu**. 2004.

Tese (Doutorado em linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2004.

THOMSON, A. J; MARTINET, A. V. A practical English grammar. 3. ed. London: Oxford University Press, 1980.

TORRES MORAES, M. A. C. R. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e o caso nominativo no português do Brasil. *In*: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1996. p. 263-306.

Predicação e extensão de fase na gramática gerativa¹

Marcelo Amorim Sibaldo

Universidade Federal de Pernambuco

Introdução

Para este capítulo, num livro em comemoração aos 30 anos do Núcleo Prelin (Programa de Estudos Linguísticos) da Universidade Federal de Alagoas, que foi nossa casa durante muito tempo, nos tempos áureos da nossa querida amiga, orientadora e fundadora do Prelin, Denilda Moura, resolvemos discutir um pouco sobre noções que desenvolvemos na nossa tese de doutorado (SIBALDO, 2009) e que ainda estão sendo muito discutidas dentro do quadro teórico da Gramática Gerativa, principalmente, como forma de homenagear nossa querida e saudosa orientadora.

Assim, nosso objetivo com este capítulo é o de apresentar as noções de *predicação* e de *extensão de fase*, como discutidas em Den Dikken (2006, 2007), mesmo entendendo que não são concepções únicas e pacíficas dentro deste quadro teórico. Além disso, apresentaremos, ainda, a noção de *Small Clause*, discutindo algumas propostas para o seu

1 Agradecemos enormemente o convite dos organizadores deste volume, Professora Cláudia Silva e Professor Adeilson Sedrins, para integrar os capítulos desta obra que honram a memória e história do Prelin na UFAL. Temos orgulho de ter feito parte desta história!

formato, levando em consideração as noções teóricas apresentadas anteriormente. É importante mencionar que o trabalho que trazemos aqui foi uma revisão ao capítulo 2 de nossa tese de doutorado (SIBALDO, 2009), com ligeiras correções e adaptações.

Este capítulo encontra-se dividido da seguinte forma: na próxima seção, apresentaremos a ideia de *Phase Extension*, desenvolvida por Den Dikken (2006, 2007), discorreremos, ainda, algumas linhas em relação à teoria da predicação que adotamos para a análise. Tal teoria assume que toda relação de predicação é mediada por um núcleo funcional, que, como proposto em Den Dikken (2006, 2007), assumimos ser o RELATOR, núcleo de RP; na terceira seção, revisaremos algumas propostas feitas para as *Small Clauses*, desde os trabalhos iniciais de Williams (1975) e Stowell (1981, 1983), até o trabalho de Den Dikken (2006) que assume uma SC rica, ou seja, uma SC assimétrica, em detrimento de uma SC nua (simétrica); na quinta seção, encerraremos o capítulo com um sumário das principais ideias desenvolvidas neste capítulo.

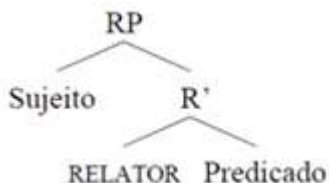
Predicação e extensão de fase

Para Borba (1996, p. 16), “falar é predicar” e, tradicionalmente, verbos, nomes e adjetivos *predicam* seus argumentos para “completar o seu sentido”. Há então uma relação entre os predadores e seus argumentos.

De acordo com Den Dikken (2006, 2007), na semântica, a predicação é atribuição de propriedade e, na sintaxe, a predicação envolve uma estrutura assimétrica incluindo o predicado, seu sujeito e um elemento funcional (o RELATOR) mediando a relação *configuracional* e que também pode ser *não-direcional* entre o predicado e o sujeito. Por *configuracional*, entende-se que uma predicação sempre irá conter um RELATOR (R) que é o núcleo da projeção de predicação. Diferentemente do núcleo funcional de Bowers (1993), Pr (“um mnemônico para pre-

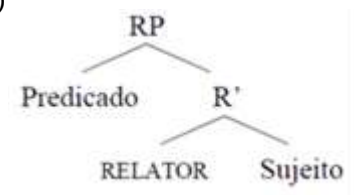
dicação”, p. 595), que explicitamente o reconhece como “uma categoria funcional nova” (BOWERS, 1993, p. 593), Den Dikken (2006, p.15) argumenta que RELATOR é funcional e abstrato, atuando como um lugar (*placeholder*, no original) para *qualquer* núcleo funcional mediante uma relação de predicação entre os dois termos. De acordo com esta perspectiva, o RELATOR pode ser a cópula, uma preposição ou o tempo, por exemplo. A estrutura canônica (*direcional*) teria, então, a estrutura hierarquicamente assimétrica abaixo:

(1)



Uma abordagem interessante proposta em Den Dikken (2006) é a de que a predicação pode, ainda, ser *não-direcional*. Por predicação não-direcional, entende-se uma predicação que pode ocorrer também na ordem linear Predicado-Sujeito, ou seja, com a seguinte configuração:

(2)



Usando as palavras de Den Dikken (2006, p. 251), o RELATOR “é uma capa para qualquer coisa que possa ser usado para conectar um predicado ao seu sujeito [...]. É explicitamente não proposta a representar uma categoria sintática [...]”².

² Todas as traduções de textos originais que trazemos aqui neste capítulo foram feitas por nós.

Em face da proposta de Chomsky em relação à fase³, Den Dikken (2006, 2007) propõe que fases podem ser definidas como predicações, logo, RP é uma fase, uma vez que, como vP, RP é um *Complexo Funcional Completo*. A argumentação de Den Dikken é baseada na assunção explícita de Chomsky (2001, p. 12) em assumir que (3) é a propriedade definidora de fases, sendo assim, de acordo com Den Dikken, *Small Clauses* certamente poderiam ser qualificadas como fases. Já a propriedade (4), em conjunto com a Condição de Impenetrabilidade da Fase, requer que somente constituintes na periferia da *Small Clause* sejam acessíveis às sondas (*probes*, no original) acima de sua estrutura.

(4) Fases (Φ) são proposicionais.

(5) *Small Clauses* são fases.

(6) *Condição de Impenetrabilidade da Fase*

(CHOMSKY, 2001, p. 14)

O domínio de H não é acessível a operações em ZP; somente H e sua periferia são acessíveis a essas operações.

Se formos considerar (1) uma fase, o seu domínio seria o núcleo RELATOR, ZP o constituinte predicado e sua periferia, o constituinte sujeito.

Diante das assunções de (4) a (6), Den Dikken (2007, p. 1), então, assume (7):

(7) *Fase Inerente*

Uma fase *inerente* é uma *predicação* (uma estrutura sujeito-predicado)

(DEN DIKKEN, 2007, p. 1, ex. (2), *itálicos originais*)

3 Para Chomsky (2000, 2001 e trabalhos subsequentes), as derivações sintáticas não acontecem de uma só vez, mas em pequenos “passos”, “pedaços” de estruturas sintáticas são formados e enviados às interfaces pouco-a-pouco. Formalmente, esses “pedaços” correspondem ao vP e ao CP. Por falta de espaço, não nos deteremos a essas questões, encaminhamos o leitor aos trabalhos de Chomsky e a Sibaldo (2012).

Assumindo com Moro (1997) a sua teoria de inversão de predicados em sentenças como o par em (8), Den Dikken (2006, 2007) se pergunta como o predicado é movido acima do sujeito, dada a condição em (6) que assegura que o domínio de uma fase seja mandado para *Spell-Out* e não possa mais ser acessível à fase superior.

(8) a. This book is the #1 best-seller in the country.

“Este livro é o *best-seller* número 1 no país.”

b. The #1 best-seller in the country is this book.

“O *best-seller* número 1 no país é este livro.”

(DEN DIKKEN, 2007, p. 2, ex. (4))

Den Dikken (2006, 2007), então, sugere que (8b) seja derivado de (8a) *via* alçamento do predicado de *this book* “este livro” para uma posição-A de especificador, nomeadamente, uma posição de *sujeito*, no curso da derivação sintática, como representado abaixo:

(9) a. [_{RP} SUJEITO [RELATOR [PREDICADO]]]

b. [_{FP} PREDICADO_i [F [_{RP} SUJEITO [RELATOR *t_i*]]]]

(DEN DIKKEN, 2007, p. 2, ex. (7))

Porém, como observamos, o passo (9b), ou seja, a subida do predicado sobre o seu sujeito para uma posição funcional, é bloqueada devida à condição (6), uma vez que o núcleo da fase F em (9b) não pode acessar o predicado na posição de complemento de RELATOR, uma vez que esta posição é o domínio de uma fase, logo, uma posição que já foi enviada para *Spell-Out*.

A solução encontrada por Den Dikken (2006, 2007) para este problema é a sua proposta de Extensão de Fase (do inglês *Phase Extension*). A teoria da Extensão de Fase de Den Dikken assume a proposta original de Chomsky (1993) de que o movimento de núcleo *estende* os domínios sintáticos. Sendo assim, se o núcleo do RP, RELATOR, se move para um núcleo externo, as dependências da fase são redefinidas por meio

de uma operação de *Phase Extension*, e, então, nenhum problema de localidade surge.

De acordo com o que foi dito, inferimos que a subida do predicado em (9b) é excluída porque o RELATOR está *in situ* e, sendo assim, os domínios sintáticos não foram estendidos; de outro modo, em (10), quando o RELATOR é alçado, o domínio da fase é estendido até FP, ou seja, as propriedades de fase de RP passam para FP (cf. (10b)), sendo assim, F passa a ser o núcleo da fase, e, sendo o núcleo da fase, pode acessar o predicado em [Compl, R] e alçá-lo para seu especificador, como nos mostra o passo a passo da derivação de uma Extensão de Fase em (10), em que Φ é o limite de uma fase, e a sua definição em (11).

(10) a. [_{RP} Sujeito [RELATOR [Predicado]]]

Φ

b. [_{FP} F+R_i [_{RP} Sujeito [_{t_i} [Predicado]]]]

$\Phi (\Phi)$

c. [_{FP} Predicado_i [F+R_i [_{RP} Sujeito [_{t_i} _{t_j}]]]]

Φ

(DEN DIKKEN, 2006, p. 115, ex. (80))

(11) Extensão de Fase

O movimento sintático do *núcleo* H de uma fase α até o núcleo X do nó β dominando α *estende* a fase de α a β ; α perde seu status de fase (*phasehood*, no original) no processo, e qualquer constituinte na periferia de α acaba no domínio da fase β derivada como um resultado da Extensão de Fase.

(DEN DIKKEN, 2007, p. 1, ex. (3), *itálicos originais*; nossa tradução)

(10)-(11), então, é a solução encontrada por Den Dikken (2006, 2007) para derivar a inversão do predicado em (8b), bem como uma vasta gama de fenômenos interlingüísticos, ver Den Dikken (2006, 2007), para um panorama geral.

Um ponto interessante que gostaríamos de retomar para explicá-lo melhor e que deve ficar claro nesta teoria de Extensão de Fase é o fato de que *apenas estruturas sujeito-predicado são fases inerentes*, outros nós podem adquirir o *status* de fase como um resultado do movimento do núcleo de uma fase *Small Clause* inerente, via *Extensão de Fase*. Sendo assim, diferentemente de Chomsky (2000 *et passim*), que assume apenas vP e CP como fases, Den Dikken e sua proposta de *Phase Extension* predizem que, como um resultado da subida de *v* para T, “TP se torna uma fase derivada” (DEN DIKKEN, 2007, p. 14).

Small Clauses

Na literatura gerativista em língua portuguesa, o termo *Small Clause* (doravante SC) é, geralmente, traduzido como *mini-orção* ou, ainda, *orção pequena*. Na nossa concepção, tanto *mini-orção* quanto *orção pequena* (e até mesmo o termo *Small Clause*) são termos enganadores na medida em que, na gramática tradicional, a diferença básica entre uma *frase* e uma *orção* é que esta contém um *verbo*. Ora, as SCs adjetivais, por exemplo, não têm verbo. Em inglês, *clause* tem alguns significados, e, justamente por isso, ou *também* por causa disso, preferimos deixar o termo em inglês. De mais a mais, estamos tomando aqui o termo SC em si apenas como um termo técnico para um sintagma contendo um sujeito e um predicado.

Tanto quanto se sabe, o primeiro pesquisador a usar o termo *Small Clause* na literatura gerativista foi Williams (1975) em seu texto intitulado *Small Clause in English*. Porém, este autor, apesar de ter usado o termo *Small Clause* no título do artigo, não retoma a expressão nenhuma vez no texto em si.

Cumpramos desfazer, ainda, alguns mal-entendidos no que se refere às SCs, visto que alguns estudantes de graduação do curso de Letras/Linguística associam esse termo (SC) a sentenças copulares de imediato. Na realidade, as propostas iniciais para esta expressão foram feitas

com o intuito de discutir sentenças do inglês, cujos verbos terminam em *-ing* (WILLIAMS, 1975), como aquelas em (12), bem como mostrar que todas as projeções sintáticas maiores (S, NP, AP, VP, etc.) pode conter uma posição de sujeito (STOWELL, 1981, 1983), como nos mostram as sentenças em (13):

- (12) a. The man **driving the bus** is Norton's best friend.
"O homem **dirigindo o ônibus** é o melhor amigo do Norton."
b. John decided to leave, **thinking the party was over**.
"John decidiu sair, **achando que a festa tinha acabado**."
c. **John's evading his taxes** infuriates me.
"A **sonegação dos impostos de John** me enfurece."
(WILLIAMS, 1975, p. 249, exs. (1)-(3))

- (13) a. Alexandra proved [_{AP} the theory [false]].
"Alexandra provou [_{AP} a teoria [falsa]]."
b. I expect [_{PP} that man [off my ship]].
"Eu quero [_{PP} aquele homem [for a do meu barco]]."
c. Mary had [_{VP} her brother [open the door]].
"Mary fez [_{VP} seu irmão [abrir a porta]]."
(STOWELL, 1983, p. 297, exs. (24b), (25a), (26a))

A principal diferença entre as teorias de Williams e de Stowell para as SCs reside no fato de que este considera a SC como formando apenas um único constituinte, ao passo que aquele, principalmente em seu texto Williams (1983) *Against Small Clause*, considera as SCs não formando um único constituinte. A teoria de Stowell ficou conhecida na literatura como a *Teoria SC*, nela, o AP, o PP e o VP em (13) são SCs e, logo, formam um único constituinte. Já a teoria de Williams ficou conhecida como a *Teoria da Predicação*, para os seguidores desta teoria, o sujeito, por definição, não está contido no mesmo sintagma

que contém o predicado, daí o nome *argumento externo* para sujeitos de um modo geral.

Para Stowell (1991), SC adjetivais vêm, pelo menos, em três variedades gramaticais:

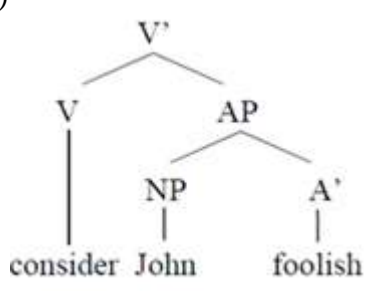
- (14) a. I consider John foolish.
 “Eu considero John bobo”.
 b. This will make John angry.
 “Isso vai deixar John bravo”.
- (15) a. John is considered foolish.
 “John é considerado bobo”.
 b. John seems foolish.
 “John parece bobo.”
- (16) a. John left the party angry.
 “John deixou a festa bravo”.
 b. Bill ate the meat raw.
 “Bill comeu a carne crua”.

(STOWELL, 1991, p. 182, exs. (1)-(3))

Stowell compara (14) às sentenças de Marcação Excepcional de Caso (ECM, do inglês *Exceptional Case Marking*), no sentido de que o NP *John* é marcado- θ pelo predicado adjetival, mas o Caso é atribuído pelo verbo da matriz, *consider* “considerar” e *make* “deixar”, respectivamente. Já (15), o referido autor assume ser a versão SC de alçamento: o sujeito da matriz é marcado- θ pelo predicado adjetival e não pelo verbo matriz. Finalmente, (16) é a SC contraparte para uma sentença adjunta infinitiva com um PRO sujeito controlado pelo sujeito matriz ou objeto. Nestas últimas sentenças, as SCs refletem as propriedades dos complementos infinitivos.

Stowell (1991) apresenta, para sentenças como (14a), por exemplo, a seguinte estrutura em (17):

(17)

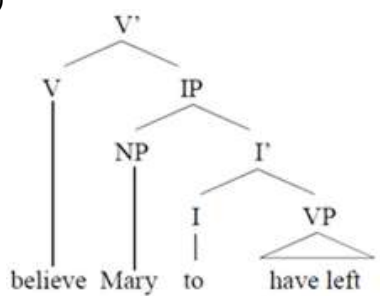


(STOWELL, 1991, p. 183, ex. (5))

As estruturas em (15) podem ser representadas por (17) com o movimento do NP John para uma posição mais alta na árvore.

Já a estrutura para as SCs de (16) é muito parecida com a estrutura infinitiva ECM, como ilustrada abaixo:

(18)



(STOWELL, 1991, p. 183, ex. (6))

De acordo com Stowell (1991, p. 183), (17) trata a relação estrutural entre o sujeito e o predicado de um SC como sendo idêntica àquela entre o sujeito e o predicado do infinitivo, que é analisada como IP em (18). Em ambos os casos das estruturas acima, a SC é uma projeção máxima XP, contendo um sujeito NP na sua posição de Spec e um sintagma predicado X'. Desse modo, Stowell argumenta que o paralelo estrutural das duas estruturas pode ser atribuído à interação da teoria

X-barra e da teoria- θ se os domínios da predicação são definidos como em (19) abaixo:

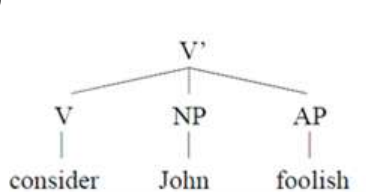
- (19) Um domínio de predicação é um XP, tal que a categoria X' diretamente dominado por XP é predicado do SPEC de XP.

(STOWELL, 1991, p. 183, ex. (7))

Se todo sintagma predicado deve ser predicado de um sujeito, como sugerido por Rothstein (1983), (19) força a estrutura em (17), onde a SC é um AP contendo um NP sujeito e um sintagma A' predicado. De acordo com Stowell, (19) é a *Clausal Theory* da predicação.

Por outro lado, Williams (1983) argumenta contra a proposta da *Teoria SC* de Stowell e, para estruturas como (14a), dá a seguinte configuração ternária:

- (20)



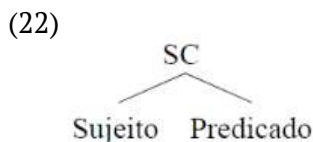
A análise de Williams (1983) assume que SCs não são sintagmas estruturais “verdadeiros”, ao invés disso, este autor assume que o NP sujeito é, na verdade, um NP objeto estrutural e o predicado adjetival é um AP complemento independente de V. Stowell (1991) aponta dois sérios problemas, a nosso ver, para a teoria de Williams, a saber: (i) a teoria de Williams permite que verbos selecionem NPs complementos que não os marquem- θ , como na estrutura em (20); “isso não deixa um modo óbvio de bloquear o alçamento do sujeito para o objeto no caso de infinitivos” (p. 185); e (ii) a teoria de Williams permite que um predicado como um AP, por exemplo, atribua papéis- θ à distância para NPs que não estejam diretamente combinando com este AP. A essas críticas de Stowell, acrescente o fato de que uma árvore

ternária seria um problema à teoria, uma vez que desde Kayne (1984), pelo menos, tem-se uma estrutura arbórea binária respeitando princípios, tanto empíricos quanto teóricos da Gramática Gerativa. Além do mais, testes sintáticos⁴ favorecem a ideia de que a SC é apenas um único constituinte, logo, favorecem a *Teoria SC* de Stowell.

Como podemos ver, as sentenças copulares em si, *a priori*, não tinham sido alocadas na teoria da SC, a não ser quando encaixadas em verbos ECM. De acordo com a literatura corrente, as sentenças copulares *sempre* contêm uma SC na sua base, porém o inverso não é verdadeiro, uma vez que nem sempre uma SC deriva uma sentença copular, como pudemos observar diante dos dados em (21) abaixo:

- (21) a. A Maria é bonita.
 b. [_{TP} A Maria_i [_{T'} é [_{SC} t_i bonita]]]
 c. O João considera a Maria bonita.
 d. O João considera [_{SC} a Maria bonita]

Na teoria gerativa, atualmente, existem duas propostas configuracionais para acomodar os dados de sentenças como (21a): (i) a *Small Clause* nua; e (ii) a *Small Clause* rica. (i) é representada como (22) abaixo:



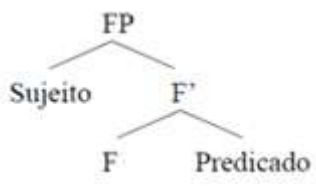
Entre os autores que defendem (i), Moro (2000, 2004, 2007) se destaca. De acordo com Moro, é a estrutura simétrica em (22) que é o gatilho para movimentos sintáticos, e não apenas traços morfológicos, como assume Chomsky (2000 e sequência). A estrutura de SC em (22), sendo simétrica, viola o *Axioma de Correspondência Linear* (LCA, do in-

4 Não faremos os testes sintáticos aqui. Remeto o leitor interessado para Stowell (1981, 1983, 1991) para além, dos testes sintáticos, maiores argumentos a favor da Teoria SC.

glês *Linear Correspondency Axiom*) de Kayne (1994), o que engatilha o alçamento ou do sujeito ou do predicado para quebrar essa simetria.

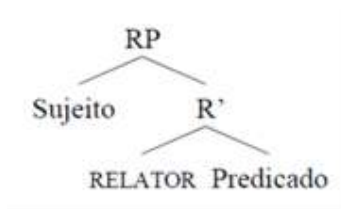
Já outros autores, por diversas razões, assumem uma SC rica, como ilustrado em (23) abaixo⁵:

(23)



A estrutura em (23) é assumida por diversos autores devido tanto a dados empíricos quanto a questões teóricas (cf. BOWERS, 1993; BAILYN, 2001; CITKO, 2008; CONTRERAS, 1995; GUERÓN; HOEKSTRA, 1995; ADGER; RAMCHAND, 2003; DEN DIKKEN, 2006; entre muitos outros). Iremos nos deter aqui à argumentação desenvolvida por Den Dikken (2006) para se assumir uma SC assimétrica. Na realidade, este autor argumenta que *todos* os tipos de sentenças copulares (dada a tipologia de HIGGINS, 1976) são frutos de uma relação de predicação mediada por um elemento funcional⁶. Assumiremos aqui, com Den Dikken que esta proposta está no caminho correto, e adotaremos que toda relação de predicação é mediada por um elemento funcional, o RELATOR, como visto em (1), aqui repetido como (24):

(24)



5 F em (23) está para uma categoria funcional qualquer.

6 Diferentemente de Pereltsvaig (2001) que assume as SCs nuas apenas para as equativas.

Sendo assim, admitimos que as SCs nuas não têm espaço na teoria, como Den Dikken (2006, p. 62) pontua, elas são uma “anomalia”, já que, numa teoria como a X-barra, não há espaço para a exocentricidade e todos os constituintes são endocêntricos.

Para corroborar com a sua proposta de uma SC rica nucleada por um RELATOR, Den Dikken (2006) retoma os dados trazidos por Moro (2000, p. 46) como argumentos a favor de uma SC nua. Moro (2000) mostra dados como (25) do inglês e de outras línguas, concluindo que, como os exemplos são sistematicamente agramaticais com *as/for* incluídos onde deveria ser a posição do elemento funcional, não há tal posição numa SC, logo, não há SC rica:

- (25) a. Brian is (*as) a singer.
“Brian é (*como) um cantor”.
b. Imogen is (*for) a woman.
“Imogen é (*por) uma mulher”.

Assim, se *be* toma uma SC nua como seu complemento, *as* ou *for* (que são lexicalizações de um núcleo funcional) não podem aparecer entre *be* e o predicado da SC. Porém, como Den Dikken (2006) argumenta, existem, na verdade, sentenças em que *as* e *for* aparecem como complemento da cópula *be*. Den Dikken mostra os dados em (26) e argumenta que eles são analisados, dentro de sua teoria, em estruturas como aquelas em (27), estrutura cuja cópula *be* lexicaliza o RELATOR2 externo e *as* e *for* são lexicalizações de um RELATOR1 interno:

- (26) a. This butterfly is [big *for* a butterfly].
“Esta borboleta é [grande *para* uma borboleta]”.
b. Brian is [skinny *for* an American].
“Brian é [magro *para* um americano]”.
c. Imogen is [popular *as* a singer].
“Imogen é [popular *como* um cantor]”.

- (27) [_{RP2} [_{DP} this butterfly] [_{R'} is= RELATOR2 [_{RP1} [_{AP} big] [_{R'} for= RELATOR1
[_{DP} a butterfly]]]]]

(DEN DIKKEN, 2006, p. 63, exs. (10) e (11))

Dada a explicação descrita acima, é possível se pensar em *as* e *for* como núcleos funcionais que aparecem em sentenças copulares. Den Dikken (2006), então, se pergunta: o que faz com que (26) seja gramatical enquanto (25) não?

A resposta reside no fato de que, em (26), nós precisamos estabelecer *duas* relações de predicação: uma entre o AP (predicativo) e o (predicativo) nominal por *as/for* e outra entre todo o constituinte entre colchetes em (26) e o sujeito da sentença pela cópula. Dessa forma, nós precisamos de dois RELATORS. Um deles, o mais alto, será realizado como a cópula no contexto com tempo: algo necessita checar o traço de [tempo] de T e, na falta de um verbo lexical que carregue traços de tempo, a única opção é lexicalizar o RELATOR2 externo como uma forma flexionada da cópula, basicamente por razões de tempo-suporte.

Por outro lado, em (25), nós estamos lidando apenas com uma relação de predicação: aquela entre o predicado nominal e o seu sujeito. Assim, há apenas a necessidade de um único RELATOR. Na verdade, não há nenhuma chance de incluir mais de um RELATOR na estrutura: existe uma relação entre RELATORS e relação de predicação de um para um. Sendo assim, isto é suficiente para descartar (25). Den Dikken (2006, p. 63) ainda argumenta que quando há um confronto de escolha entre expelir o RELATOR como *as/ for* ou como uma forma flexionada da cópula, o fato de que (25) são sentenças com tempo parece resolver a questão em favor da última opção.

Claro que, numa SC complemento de um verbo em contextos sem tempo, a escolha da cópula finita não será feita, uma vez que não há nada que a cópula possa checar seu traço de [tempo] nesse caso. Então, o núcleo RELATOR pode ou continuar vazio ou ser lexicalizado por *as, for, like*, como é ilustrado com os exemplos do inglês abaixo:

- (28) a. Imogen treats him *(like) a fool.
“Imogen o trata *(como) um bobo”.
b. Imogen takes him *(for) a fool.
“Imogen o toma *(como) um bobo”.
c. Imogen takes this *(as) a sign of economic recovery.
“Imogen toma isso *(como) um sinal de recuperação econômica”.
d. Imogen regards him *(as) a fool.
“Imogen o considera *(como) um bobo”.
e. Imogen considers him (as) a fool.
“Imogen o considera *(como) um bobo”.

(DEN DIKKEN, 2006, p. 64, ex. (12))

As sentenças abaixo do PB, também parecem suportar a análise de Den Dikken:

- (29) a. A Cida o trata *(como) um idiota.
b. A Cida o toma *(por) um idiota.
c. A Cida toma isto *(como) um sinal de loucura.
d. A Cida o vê *(como) um idiota.
e. A Cida considera ele (como) um idiota.

Den Dikken (2006, capítulo 3) dá exaustivos testes, além destes, a favor da ideia de que SCs, assim como toda relação de predicação, *deve* incluir uma categoria funcional, um RELATOR estabelecendo a conexão entre o predicado e o seu sujeito.

Estamos comprando a ideia de que toda a relação de predicação é mediada por um núcleo funcional, assumindo com Den Dikken que esta relação é mediada por um núcleo funcional RELATOR, núcleo do sintagma RP. Porém, ao contrário de Bowers (1993), por exemplo, RELATOR é um núcleo funcional que atua como um local que suporta

o rótulo de qualquer outro núcleo funcional. Assim, RELATOR pode ser a cópula, uma preposição etc.

Conclusão

Neste capítulo, apresentamos alguns dos pressupostos teóricos que subsidiaram nossa análise acerca do que chamamos de *Small Clause* Livre em nossa tese de doutorado (SIBALDO, 2009), desenvolvida no âmbito do núcleo de pesquisa *Programa de Estudos Linguísticos* (Prelin) da Universidade Federal de Alagoas, orientada pela eterna mestra Denilda Moura.

Muitas das ideias que revisitamos aqui foram repensadas por mim em trabalhos posteriores (SIBALDO, 2020), quando uma teoria sintática exocêntrica começou a ser pensada (CHOMSKY, 2013, 2015). Entretanto, as ideias teóricas que trouxemos neste capítulo foram fundamentais para nos fazer (re)pensar nosso objeto de estudo, algo comum e profícuo no fazer científico que aprendemos com Denilda.

Referências

- ADGER, D.; RAMCHAND, G. Predication and Equation. **Linguistic Inquiry**, v. 34, n. 3, p. 325-359, 2003.
- BAILYN, J. The Syntax of Slavic Predicate Case. *ZAS Occasional Papers in Linguistics*, Berlin, p. 1-26, 2001.
- BOWERS, J. The Syntax of Predication. **Linguistic Inquiry**, v. 24, n. 4, p. 591-656, 1993.
- CHOMSKY, N. A Minimalist Program for Linguistic Theory. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (eds.). **The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1993. p. 1-52.
- CHOMSKY, N. Minimalist Inquires: The Framework. In: MARTIN, R.; MICHAEL, D.; URIAGEREKA, J. (eds.). **Step-by-Step: Essays in Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000. p. 89-155.

CHOMSKY, N. Derivation by Phase. *In: KENSTOWICZ, M. (ed.). **Ken Hale: A Life in Language***. Cambridge, Mass: MIT Press, 2001. p. 1-52.

CHOMSKY, N. Problems of projection. **Lingua**, v. 130, p. 33-49, 2013.

CHOMSKY, N. Problems of projection: extensions. *In: DI DOMENICO, E.; HAMANN, C.; MATTEINI, S. (ed.). **Structures, strategies and beyond***. Amsterdã/Filadelfia: Benjamins, 2015. p. 1-16.

CITKO, B. Small Clauses Reconsidered: Not so Small and Not All Alike. **Lingua**, v. 118, p. 261-295, 2008.

CONTRERAS, H. Small Clauses and Complex Predicates. *In: CARDINALETTI, A.; DIKKEN, M. **Relators and Linkers: the Syntax of Predication, Predicate Inversion, and Copulas***. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2006.

DIKKEN, M. **Phase Extension: Contours of a Theory of the Role of Head Movement in Phrasal Extraction**. Massachusetts: CUNY, 2007.

GUASTI, M. T. (eds.). **Syntax and Semantics: Small Clauses**. v. 28. California: Academic Press, 1995. p. 135-152.

GUÉRON, J.; HOEKSTRA, T. The Temporal Interpretation of Predication. *In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. (eds.). **Syntax and Semantics: Small Clauses***. v. 28. Califórnia: Academic Press, 1995. p. 77-107.

HIGGINS, F. R. **The Pseudo-Cleft Construction in English**. 1976. Tese (Doutorado em Linguística) – Indiana University Linguistics Club, 1976.

KAYNE, R. S. **Connectedness and Binary Branching**. Dordrecht: Foris, 1984.

KAYNE, R. S. **The Antisymmetry of Syntax**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1994.

MORO, A. **The Raising of Predicates: Predicative Noun Phrases and the Theory of Clause Structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MORO, A. **Dynamic Antisymmetry**. Cambridge: The MIT Press, 2000.

MORO, A. Linear Compression as a Trigger for Movement. *In: BREITBARTH, A.; VAN RIEMSDIJK, H. (eds.). **Triggers***. Berlin, New York, NY: Mouton de Gruyter, 2004. p. 387-430.

MORO, A. **Some Notes on Unstable Structures**. Milão: Università San Raffaele di Milano, 2007.

PERELTSVAIG, A. **On the Nature of Intra-Clausal Relations: A Study of Copular Sentences in Russian and Italian.** Tese (Doutorado em Linguística) – McGill University, Montreal, 2001.

ROTHSTEIN, S. **The Syntactic Forms of Predication.** Tese (Doutorado em Linguística) – MIT, Cambridge, 1983.

SIBALDO, M. A. **A Sintaxe das Small Clauses Livres.** Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

SIBALDO, M. A. Derivação em Fases. *In*: FERRARI-NETO, J.; SILVA, C. R. T. (org.). **Programa Minimalista em Foco: princípios e debates.** 1. ed. Curitiba-PB: CRV, 2012. p. 163-196.

SIBALDO, M. A. Small Clause é PoP. **Fórum Linguístico**, v. 17, p. 4673-4688, 2020.

STOWELL, T. **Origins of Phrase Structure.** Tese (Doutorado em Linguística) – MIT, Cambridge, 1981.

STOWELL, T. Subjects across Categories. **The Linguistic Review**, n. 2, p. 285-312, 1983.

STOWELL, T. Small Clauses Restructuring. *In*: FREIDIN, R. (ed.). **Principles and Parameters in Comparative Grammar.** Cambridge, Mass.: MIT Press, 1991. p. 182-218.

WILLIAMS, E. Small Clauses in English. *In*: KIMBALL, J. **Syntax and Semantics.** v. 4. New York: Academic Press, 1975. p. 249-273.

WILLIAMS, E. Against Small Clauses. **Linguistic Inquiry**, v. 14, p. 287-308, 1983.

Elipses em constituintes interrogados (Whp) em português

José Sergio A. de Moura

Univ. da Integr. Intern. da Lusofonia Afro-Brasileira

| Introdução

As elipses, segundo Merchant (2009), continuam a ser o interesse central de muitos teóricos da língua exatamente por representarem uma situação em que as formas usuais, o mapeamento de sentidos, os algoritmos, as estruturas, e as regras e restrições que em construções não elípticas nos permitem mapear o som e relacionar o significante a cada sentido correspondente, comportam-se de maneira não usual ou de forma defectiva em estruturas elididas.

Dentre as estruturas elípticas em português, queremos destacar as verbais ou aquelas que sempre incluem em sua operação de apagamento um constituinte verbal. Uma delas, que foi o tema de nossa tese de doutorado, a elipse da frase interrogada ou elipse em frases-*wh*, especificamente não é tanto e apenas um apagamento fonológico e sintático do verbo, mas uma elisão que permite a deleção de uma frase inteira, podendo ser perfeitamente caracterizada como uma elipse frasal, ou elipse de IP (*inflectional phrase* ou sintagma flexional).

Tal fenômeno origina o truncamento¹, uma formação sintática que licencia a elipse em frases-wh (doravante WhP) ou o apagamento do constituinte interrogado, restando apenas o remanescente ou resquício de uma WhP, geralmente um pronome interrogativo (pronome-wh) que legitima ou licencia a elisão.

É uma elipse mais universal—no sentido de que todas ou quase todas as línguas apresentam o fenômeno, ao contrário de elipses de VP, que encontram mais restrições de ocorrência e não é comum a todas as línguas.

Entretanto, as línguas guardam particularidades em relação ao fenômeno: a) no truncamento, o licenciamento das elipses a partir de um pronome-wh traz alguns efeitos e restrições como a legitimidade delas apenas quando encabeçada por um elemento interrogativo; porém, uma particularidade do português é a não admissão do Parâmetro *P-stranding* (encalhamento de preposições ao final dos pronomes-wh na frase elíptica), muito comum em inglês e outras línguas germânicas; b) a impossibilidade de efeitos-ilha (ilhamento de pronomes-wh ou *wh-islands*) na maioria das línguas, com restrições de ilhamento nas elipses de WhP também em português, possível somente em alguns casos em que o termo interrogativo que licencia o apagamento da frase elidida vem sucedido por um verbo de cópula.

Some-se a essas particularidades um dos princípios relevantes para o fenômeno estudado, como os efeitos do princípio do traço-COMP em truncamentos, que rege quais expoentes fonológicos aparecem ou não no IP elidido. Tratamos desses e outros assuntos nas seções a seguir.

| Truncamento

O truncamento é formado de duas sentenças conjuntas: a primeira formando o antecedente, a segunda formando a sentença de trun-

1 *Sluicing*.

camento. Essa última é formada pela frase matriz e pela frase elíptica, que corresponde à elipse da frase-wh encaixada. O truncamento é identificado a partir da elipse da frase-wh, chamada de frase truncada²—parte elidida que forma o sintagma flexionado (IP).

- (1) Pedro está lendo um livro, mas eu não sei qual [IP -].
- (2) Alguém pegou meu convite e não sei quem [IP -].
- (3) Somebody just left. Guess who [IP -].
- (4) John went to the cinema. Guess who [IP -] with.

Na maioria dos casos, a frase antecedente possui uma relação anafórica com a WhP elidida, uma vez que o subentendido na elisão pode ser deduzido a partir do antecedente, permitindo a recuperação do material suprimido.

- (5) Pedro está lendo um livro, mas eu não sei [WhP qual ele está lendo].
- (6) Alguém pegou meu convite e não sei [WhP quem pegou meu convite].
- (7) Somebody just left. Guess [WhP who left]
- (8) John went to the cinema. Guess [WhP who John went to the cinema] with.

O que chamamos em português de truncamento foi pesquisado pela primeira vez por J. Ross (1969), ainda no final da década de 1960, e se constitui num fenômeno multilinguístico, ou seja, é comum a muitas línguas, de forma igual às elipses nominais, à elipse lacunar³ e ao despojamento.⁴

Reiterando a noção sobre o IP elidido, no truncamento, conforme Clara (2008), a elipse coincide com a frase e é identificada pelo cons-

2 *Sluicing clause*.

3 Elipses de frases coordenadas ou comparativas.

4 Elipse frasal referenciada por advérbios como *não*, *sim*, e, chamada por Matos (2003) de expressões adverbiais de polaridade.

tituinte interrogado (WhP). Nesta construção, o constituinte elíptico é introduzido por um pronome-wh ou termo interrogativo. Os exemplos em português são de Matos (2003), com as devidas adaptações.

- (9) a. Alguns vestidos vão ficar logo em saldo, embora não possamos dizer exatamente *quais* [_{IP} -].

[_{IP} -] = (é que) vão ficar logo em saldo.

- b. Convidei um amigo para jantar. Adivinhe *quem* [_{IP} -]?!

[_{IP} -] = (é que) eu convidei para jantar.

- c. Luis encontrou a impressora que queria comprar, mas não sei *onde* [_{IP} -].

[_{IP} -] = Luís encontrou a impressora que queria comprar.

- d. Ela diz que vai arrumar o quarto. Mas *quando* [_{IP} -]?

[_{IP} -] = (é que) ela vai arrumar o quarto.

- e. A: Trouxe um presente para a Maria.

B: Pode-se saber *o quê* [_{IP} -]?

[_{IP} -] = você trouxe para a Maria

Os exemplos ilustram as estruturas em que o truncamento é possível: estruturas subordinadas (9a, b, c) e coordenadas (9d); também “a relação entre a frase elíptica e o seu antecedente pode ser estabelecida através de fronteiras discursivas” (MATOS, 2003, p. 905), conforme se vê em (9b, d, e). Vejamos a seguir argumentos de Matos defendendo porque os truncamentos devem ser tratados como elipses, ao se considerar estruturas coordenadas operando entre fragmentos textuais interdiscursivos:

Tem sido por vezes sugerido que [o] Truncamento pode não ser analisado em termos de elipse. De acordo com esta última posição, os constituintes interrogados constituiriam, por si só, os argumentos e adjuntos das frases em que ocorriam. A favor e contra esta foram apresentados vários argumentos. Gostaríamos de cor-

roborar a análise de Truncamento em termos de elipse, avançando um argumento adicional – a dificuldade de dar contas de frases como [Ela diz que vai arrumar o quarto. Mas quando?], prescindindo de uma elipse frásica. Nestes exemplos, o constituinte interrogativo é sentido como um fragmento textual de natureza frásica, e a estrutura de coordenação opera entre fragmentos textuais interdiscursivos, ambos interpretados como frases (MATOS, 2003, p. 905).

No truncamento, Schwabe (2001) chama o referencial que permite a recuperação da frase elidida de *relatum*. Posto que a frase antecedente muitas vezes permite deduzir o constituinte que se perdeu na deleção, o *relatum* e o antecedente se coincidem. Casos em que o *relatum* de WhP não está contido no antecedente são os seguintes:

(10) a. Houve uma festa ontem. Você sabe quem estava lá?

ANA estava lá, mas não sei quem mais.

b. Marcos cria alguns animais domésticos. Você sabe quantos cães e gatos ele cria?

Ele cria cinco GATOS, mas não sei quantos cães.

Nos casos em (10), as frases antecedentes não constituem respostas às questões dadas contextualmente que as relacionem ao *relatum* da WhP no truncamento. O enfoque dado ao sujeito em (10a) ou ao objeto em (10b) nas sentenças que precedem o truncamento indicam que há alternativas dadas pelo discurso e reforça a noção de que a relação entre o antecedente e a frase elíptica pode ser estabelecida pelo contexto discursivo.

De certa forma, o *relatum* e o antecedente, caso coincida com o primeiro, formam o pressuposto, o subentendido que se extrai de um constituinte focalizado. Nesse caso, o constituinte focalizado após a operação de elipse é indicado por F nos exemplos a seguir.

- (11) a. Luís comprou [_F um livro], mas não lembro [_F *qual*] [_{IP} -].
 b. Questão focal: O que você não lembra que Luís comprou?
 c. Resposta: [_F O livro que ele comprou] Pressuposto: Luís comprou um livro

Praticamente é possível elidir todo o constituinte de uma questão encaixada, exceto o pronome-wh (termo interrogativo); ou em alguns casos, como em inglês, exceto o pronome-wh junto com a preposição que o acompanha (truncamento preposicionado) – ver exemplo em (8). Em português, a preposição sempre jaz à esquerda do elemento-wh, conforme vemos em (12), criando um parâmetro diferente do inglês.

- (12) João foi ao cinema. Adivinhe com quem [_{IP} -].
 [_{IP} -] = João foi ao cinema.

Defendemos que, em português, a preposição está amalgamada ao seu objeto, uma vez que, em operações de movimento, a preposição sempre a acompanha, não sendo possível o parâmetro ocorrente em inglês – ver (13e, f).

- (13) a. Adriano saiu acompanhado, só não sei *com quem*.
 b. Adriano saiu acompanhado. *Com quem* eu não sei.
 c. *Com quem* Adriano saiu acompanhado eu não sei.
 d. Eu não sei *com quem* Adriano saiu acompanhado.
 e. **Quem* Adriano saiu acompanhado eu não sei *com*.
 f. *Adriano saiu acompanhado, eu não sei *quem com*.

Por outro lado, os truncamentos preposicionados em inglês e em algumas línguas germânicas criam um padrão diferenciado para as elipses de WhP: os truncamentos com preposições encalhadas ou periféricas (*sluicing with stranded prepositions*), não existentes em português.

- (14) a. Mary bought something. I wonder *who for*.
 b. Sarah came home too late yesterday, and I don't know *where from*.

c. They were talking a lot and I can't wonder *what about*.

Esse parâmetro conhecido em inglês como *P-stranding* (enclivamento de preposições) é raro em outras línguas, mas comum em grupos de línguas germânicas como o inglês e algumas línguas nórdicas. Em inglês, é encontrada em três tipos de construções: frases relativas, frases pseudopassivas e em contextos de questões e frases-wh, incluindo, nesse último caso, as elipses em constituintes interrogados.

A estrutura em (15) ilustra em pormenor o conteúdo do constituinte elíptico, assinalando como [t]i o vestígio ou cópia do constituinte interrogado movido para CP, de acordo com nossa tese baseada na abordagem que considera a elipse em WhP como resultante de movimento-wh.

(15) Adivinhe [_{CP} *quem*]_{IP}]?!

[_{IP} -] = eu convidei para jantar.

Em (15), na constituição do IP elíptico, a cópia ou vestígio do constituinte interrogado deslocado para C encontra-se entre colchetes.

No truncamento, a presença do constituinte interrogado na frase elíptica motiva que na frase antecedente haja uma expressão linguística não totalmente explicitada, com valor exato questionável. Essa expressão pode ocorrer explicitamente como em (16) ou implicitamente como em (17). Observe os termos em *itálico* nas frases antecedentes.

(16) a. Convidei *um amigo* para jantar. Advinha *quem* [_{IP} -]?

[_{IP} -] = eu convidei para jantar.

b. *Alguns vestidos* vão ficar logo em saldo, embora não possamos dizer exatamente *quais* [_{IP} -].

[_{IP} -] = vestidos vão ficar logo em saldo

(17) a. Luiz encontrou a impressora que queria comprar (*num local X*), mas eu não sei *onde* [_{IP} -].

- b. Ela diz que vai arrumar o quarto (*num momento X*).
Mas *quando* [_{IP} –].

Mais bases para a distinção

O estudo de Merchant (2001) sobre elipses apresenta mais particularidades na sintaxe do truncamento.

Segundo o autor, o truncamento é um resquício de uma WhP, cujo material deletado representa uma frase que ocupa um nóculo mais abaixo da projeção mais alta. O movimento-wh primeiro projeta uma frase-wh para o Spec de CP (a posição periférica mais alta), que é então seguida pela elipse de TP.⁵

- (18) Jane just married someone, but I don't know [_{CP} *who* [_{TP} *she just married*]].

Há hipóteses alternativas que, conforme Simpson (2005), são agora comumente rejeitadas. A primeira é que a frase-wh é o objeto do verbo que o precede.

- (19) a. mas não [_{VP} conhecemos [_{DP} *quem*]], semelhante a:
b. 'Não [_{VP} conhecemos [_{DP} João/o]].

Entretanto, nem sempre verbos possíveis no truncamento admitem DPs objetos. É o que constatamos a seguir em (20).

- (20) a. Alguém famoso veio para o jantar. Adivinhe *quem*.
b. *Adivinhe Maria/ a /?alguém.

Outra hipótese é que a estrutura do TP elidido seria substancialmente diferente de qualquer frase antecedente.

⁵ Nesta secção, usamos a designação para o sintagma temporal (TP), conforme usada por Merchant (2001).

- (21) a. Alguém famoso veio para o jantar. Adivinhe [_{CP} *quem* [_{TP} era]].
b. Alguém famoso veio para o jantar. Adivinhe [_{CP} *quem* [_{TP} era]].

Porém, segundo Merchant (2001), em movimentos-wh, a deleção de um constituinte requer um TP paralelo, com estrutura semelhante ao seu antecedente. Neste caso, o TP elidido em (21) deve conter uma estrutura paralela ao seu antecedente indefinido (*indefinite phrase*).

Os casos também devem possuir distribuição paralela na relação entre o truncamento e seu antecedente. Para o exemplo a seguir em alemão em (22), o pronome interrogativo *wen* recebe um traço * de agramaticalidade porque não corresponde ao caso dativo, exigido pelo antecedente, especificamente pelo verbo em alemão *will* que requer um complemento no caso dativo, neste caso, *wem*.

- (22) Er will jemandem schmeicheln, aber sie wissen nicht, [wem/*wen]

Ele quer alguém-DAT elogiar, mas eles não sabem quem-DAT/quem-ACC 'Ele quer elogiar alguém, mas eles não sabem quem'.

Quanto à concordância de número, observamos que nos casos do português em que temos um pronome interrogativo variável quanto ao número(qual/quais), o núcleo do CP jaz em relação de concordância com seu antecedente, ao passo que elementos invariáveis (quem) encontram algumas restrições com antecedentes no plural.

- (23) a. Temos um objeto aqui que será escolhido, mas não sei qual [_{IP} -].
b. Temos alguns objetos aqui que serão escolhidos, mas não sei quais [_{IP} -].

- (24) a. Há uma pessoa que será dispensada, mas não sabemos quem [_{IP} -].
 b. Há pessoas que serão dispensadas, mas não sabemos *quem/
quais [_{IP} -].
 [_{IP} -] = * mas não sabemos quem serão dispensadas. [_{IP} -] =
 mas não sabemos quais serão dispensadas.

| Generalização de COMP em truncamentos

- (25) Alguns têm vindo aqui sempre, embora não saibamos *quem* (*tem).

No exemplo em português em (25), a restrição ao auxiliar “tem” logo após o pronome interrogativo é explicado por um princípio formulado por Merchant (2003): o chamado *Sluicing-COMP Generalization*, ou Princípio da Generalização de COMP em Truncamentos, que diz:

- (26) No truncamento, nenhum não-operador material pode aparecer em COMP.

O termo ‘operador’ aqui se refere ao expoente fonológico da própria WhP, e ‘COMP’ significa, em geral, todo material dominado pelo CP mas não dominado pelo TP. A generalização em (26) rege alguns elementos no truncamento que não são parte da WhP em si: elementos movidos como clíticos, auxiliares, dentre outros (se eles se ligam a C ou à frase-wh), assim como elementos de base como os próprios complementizadores.

O primeiro conjunto, elementos movidos, pode ser ilustrado, de acordo com dados de Merchant (2003), pela falta da inversão sujeito-auxiliar (conhecido também como ‘Movimento de T para C’) em truncamento matriz nas línguas germânicas, como em (27)–que contém dados do inglês, frísio, alemão, holandês, dinamarquês, norueguês, sueco, Ídiche e islandês, nessa ordem.

- (27) a. A: Max has invited someone. B: Really? *Who* (*has)?
 b. A: Jelle hat ien útnoege. B: Soa? *Wa* (*hat)?
 c. A: Max hat jemand eingeladen. B: Echt? *Wen* (*hat)?
 d. A: Max heeft iemand uitgenodigd. B: Ja? *Wie* (*heeft)?
 e. A: Max har inviteret en eller anden. B: Ja? *Hvem* (*har)?
 f. A: Anna har invitert noen. B: Ja? *Hvem?* (*har)?
 g. A: Anna har bjudit någon. B: Ja? *Vem* (*har)?
 h. A: Moyshe hotm emetsn ayngelodn. B: Nu? *Vemen* (*hot)?
 i. A: Anna hefur boðið vini sínum. B: Er að? *Hverjum* (*hefur)?
Anna tem convidado amigo seu Verdade? Quem tem?

Outra questão semelhante também apresentada por Merchant (2003) vem dos clíticos de Wackernagel nas línguas eslavicas do sul da Europa como o esloveno. Esses clíticos habitualmente se cliticizam dentro da primeira WhP no Spec de CP como em (28a). Sob o truncamento, contudo, tais clíticos estão necessariamente ausentes, como visto em (28b).

- (28) a. Peter se je *sprasheval*, [_{CP} *kako*₁ je₂ [_{TP} *Shpela* *t*₂ *popravila* *t*₁]].
Peter REFLAUX *asked* *what* AUX *Spela* *fixed*
 ‘Peter se perguntava o que Shpela concertara’
 b. Shpela je *popravila nekako*, a *nisem* *vprashal*, [_{CP} *kako*
 (*je) <>].
Shpela AUX *fixed something but* NEG.I.AUX *asked what* AUX
 ‘Shpela concertou algo, mas eu não perguntei o quê’

Impossibilidade de efeitos-ilha (*wh-islands*)

Uma das particularidades que mais caracterizam o truncamento é a ausência de efeitos-ilha na maioria das línguas em que ocorre. O efeito-ilha é criado a partir de uma sentença encaixada licenciada por um termo-wh, geralmente o elemento focalizado nesses

casos. O exemplo em (29) ilustra uma *wh-island*, ou uma ilha em uma frase-*wh*.

(29) João quer saber *ONDE Eric foi comprar o presente*.

Sintaticamente, o efeito-ilha não é possível na elipse que forma o truncamento. É o que observamos em (30).

- (30) a.?? Paulo iria dizer quais estudantes foram ao acampamento, mas ele foi proibido de dizer *quais estudantes foram ao acampamento* [- truncamento, + ilha-*wh*].
 b. Paulo iria dizer quais estudantes foram ao acampamento, mas ele foi proibido de dizer *quais* [+ truncamento, -ilha-*wh*].

Em (30a), percebemos que a informação da frase antecedente repetida na WhP encaixada parece redundante, além de suprimir o efeito de truncamento. Mesmo que a sentença em (30a) gerasse um exemplo perfeitamente aceitável, ela não representa um caso de truncamento. Contrariamente, em (30b) há uma sentença aceitável, mas cuja elipse na frase interrogativa impede o ilhamento do pronome interrogativo, o que corrobora a impossibilidade de efeitos-ilha em elipses-WhP. Além disso, para além da redundância e aceitabilidade que determinam se uma frase contém truncamento ou não, os efeitos-ilha aplicados a algumas frases de truncamento não só lança dúvidas se elas são aceitáveis ou não, elas são claramente agramaticais.

- (31) a. Alguns têm vindo sempre aqui de manhã, *mas não sei *quem tem vindo sempre aqui de manhã*.
 b. Precisamos de alguns linguistas, mas não sei **quando precisamos de alguns linguistas*.
 c. Alguns estudantes haviam viajado ontem, mas não sei **quem alguns estudantes haviam viajado ontem*.

Ross (1969) foi um dos precursores no estudo deste fenômeno, observando que se um nóculo se move para fora da ilha, o resultado é uma sentença agramatical.

Mas, quando a operação é feita com verbos de cópula, o termo que comumente licenciaria a elipse fica ilhado pela oração matriz e por um verbo de cópula.

- (32) a. Estiveram aqui ontem, só não sei *quem* eram.
b. José deu um presente à Maria. Estou na dúvida *o que* era.
c. Paulo vai ao Rio, se bem que ninguém sabe *quando* ??(é).
d. João foge sempre que está com raiva. Advinha para *onde* *(é).
e. Ana faz um bolo gostoso sem açúcar, porém não sei *como* *(é).

Entretanto, como podemos ver em (32 c, d, e, f), nem todas as ocorrências de elipses em WhP permitem este efeito, criando decorrências agramaticais ou não muito aceitáveis quando aplicadas. Em inglês, o efeito-ilha regido por verbos de cópula é aplicado ao complementizador [-wh] para mostrar a ilegitimidade de elipses licenciadas por elementos não interrogativos como *whether* – comparar (33a) e (33b).⁶

- (33) a. They say that John loves someone, but I don't know *who* it is.
b. *John knows that I went, but Mary doesn't know *whether* it is.

Alguns autores como Nishyama (1995) afirmam que o truncamento é originado a partir de uma regra de deleção de um expletivo como o sujeito *it* em inglês mais um verbo de cópula. Porém, se isso fosse verdade não originaria exemplos duvidosos ou agramaticais em português como (32 b, c, d) ou esse outro exemplo do inglês em (34).

6 Exemplos de Merchant (2003).

(34) John is going to Paris. Guess *when/how/why* (*it is).

Mediante os exemplos, assumimos que os efeitos-ilha em truncamentos também são um referencial distintivo do fenômeno em português, sendo admitido somente em alguns casos com verbos de cópula.

Conclusão

Neste estudo de sintaxe comparada, pudemos analisar algumas particularidades do truncamento, que contém a elipse do constituinte interrogado (WhP) em português e outras línguas.

Vimos os efeitos do princípio do traço-COMP, que rege quais elementos não materializados fonologicamente pertencem de fato à frase-wh elíptica. Nos exemplos, constatamos que verbos auxiliares movidos para o sintagma flexional elidido formam frases agramaticais, tanto em português, quanto em línguas germânicas. E que clíticos presentes no antecedente não são recuperados fonologicamente na elipse do truncamento nas línguas eslavas do sul da Europa.

Consideramos também que na maioria das línguas, inclusive em português, as elipses em WhP não licenciam o aparecimento de efeitos-ilha, a não ser por algumas exceções mostradas nos exemplos com verbos de cópulas. É importante acrescentarmos que acreditamos, ao menos hipoteticamente, que o princípio do traço-COMP seja responsável por essa ausência de ilhamentos em WhP elípticas, já que ele é responsável pelo apagamento fonológico no IP de elementos que pertencem apenas ao CP. Uma análise posterior poderia delinear melhor a veracidade ou não dessa hipótese.

Embora uma das primeiras particularidades do truncamento observadas neste trabalho, optamos por apresentar o parâmetro *P-stranding* (parâmetro das preposições encalhadas ou periféricas) ao fim desta conclusão por merecer algumas observações adicionais.

A partir dos exemplos mostrados, observamos que o referido parâmetro é uma distinção das WhP elípticas em línguas germânicas como o inglês, fato que não ocorre em português, que não permite o movimento de preposições para a periferia direita do IP elidido, logo após o pronome-wh. Entretanto, dois estudos recentes sobre o *P-stranding* mostram a sua ocorrência em duas línguas latinas, português e espanhol, fenômeno presente na fala de crianças em contexto em que ambas são línguas de herança nos Estados Unidos. Ambos os estudos, o de Lemos em 2013 e o de Koronkiewicz em 2022, mostram a influência do bilinguismo na aquisição de linguagem.

A pesquisa de Lemos (2013) investiga se falantes de português brasileiro (PB) como língua de herança nascidos nos Estados Unidos e brasileiros monolíngues que mais tarde se tornam bilíngues reproduzem o parâmetro *P-stranding* em português. Os resultados de sua pesquisa mostraram que os falantes nascidos nos Estados Unidos usam de maneira sistemática e produtiva preposições periféricas em frases-wh interrogativas no PB, ao contrário de crianças bilíngues que aprenderam inglês mais tarde.

Já a pesquisa de Koronkiewicz (2022) investigou o uso de preposições periféricas em crianças bilíngues que não somente falam espanhol e inglês, mas também o *spanglish*, dialeto informal usado por hispânicos nos Estados Unidos derivado da união entre o espanhol e o inglês. Como língua latina, o espanhol também não admite *P-stranding* em frases-wh. Com resultados semelhantes ao de Lemos (2013), a pesquisa de Koronkiewicz mostrou que falantes de espanhol como língua de herança e falantes do *spanglish* usam *P-stranding* sem restrições em frases-wh, mas crianças bilíngues falantes de espanhol, que se tornaram falantes de inglês mais tarde, sabem fazer a distinção de uso e não uso do parâmetro em espanhol ou em inglês.

A menção às duas pesquisas torna-se relevante para revisão de literatura sobre o tema, pesquisas de sintaxe comparada e estudos mais

específicos sobre a ocorrência de *P-Stranding* em WhP elípticas em contextos em que o português brasileiro e línguas com ocorrência nula do parâmetro admitem o uso de preposições periféricas em frases-wh.

Referências

CLARA, D. **A aquisição da elipse nominal em português europeu**: produção e compreensão. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.

KORONKIEWICZ, B. Preposition stranding in Spanish-English code switching. **Languages**, v. 7, n. 45, 2022.

LEMONS, S. H. **Preposition stranding in heritage speakers of Brazilian Portuguese**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Florida International University, Florida, 2013.

MATOS, G. Construções elípticas. In: MATEUS, M. H. M. *et al.* **Gramática da língua portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MERCHANT, J. Ellipsis. In: ARTEMIS, A.; KISS, T. **Syntax**: an international handbook. 2. ed. Berlin: Mouton de Gruyter, 2009.

MERCHANT, J. Sluicing. **Syncom Case**, n. 98, 2003.

MERCHANT, J. **The syntax of silence**: sluicing, islands, and the theory of ellipsis. Oxford: Oxford University Press, 2001.

NYSHIAMA, K. Sluicing without wh-movement. **Cornell Working Papers in Linguistics**, v. 13, 1995.

ROSS, J. R. **Constraints on variables in syntax**. Tese (Doutorado em Linguística) – MIT, Cambridge, 1967.

SCHWABE, K. Sluicing phenomena. **ZAS Papers in Linguistics**, v. 24, p. 145-166, 2001.

SIMPSON, P. **Wh-phrases**. Boston: Free edition, 2005.

Sobre os organizadores

Adeilson Pinheiro Sedrins

Professor associado de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (2009), com estágio de doutorado na University of Maryland (College Park, MD-EUA) e graduado em Letras (Português-Inglês) pela Universidade Federal de Alagoas (2004). Atua em pesquisas na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, principalmente em pesquisas sobre a sintaxe das construções nominais do português brasileiro, sob a perspectiva da teoria gerativa chomskyana. É professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da UFAL, integra o Programa de Estudos Linguísticos (PRELIN), vinculado a esse Programa e é líder do Grupo de Estudos em Teoria da Gramática (GETEGRA), vinculado ao diretório do CNPq. É coordenador do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco-PROFLETRAS e também membro da equipe do Projeto de Pesquisa Para a História do Português Brasileiro (PHPB)-equipe Alagoas e do Grupo de Pesquisa “Línguas Brasileiras: análise, aquisição e ensino”, vinculado ao PPGLL da UFAL.

E-mail: adeilson.sedrins@ufape.edu.br

Cláudia Roberta Tavares Silva

Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) (2004), tendo realizado o doutorado sanduíche na Universidade Nova de Lisboa (UNL) no período de 2003 a 2004. É graduada em Letras pela UFAL (2000). Concluído o doutorado, conseguiu, em 2005, a aprovação de uma bolsa de recém-doutora financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) para coordenar um projeto de pesquisa no campo da Aquisição da Linguagem. É também pós-doutora (estágio Sênior no Exterior/CAPES) em Linguística pela Universidade de Lisboa no ano de 2016 e, no ano de 2018, desenvolveu uma pesquisa sobre contato linguístico na Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique. É pesquisadora de dois grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, a saber: a) “Programa de Estudos Linguísticos” vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e b) “Grupo de Estudos em Teoria da Gramática (GETEGRA)” vinculado à Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), e integra, desde 2020, a Comissão Científica na área de Sintaxe da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). Atualmente, é professora Associada 3 do Departamento de Letras da UFRPE e insere-se como docente no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PROGEL) da UFRPE e no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), atuando nas áreas de Letras e Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, centrando a atenção principalmente nos campos da sintaxe, da morfologia, da variação linguística e do contato linguístico.

E-mail: claudia.rtsilva@ufrpe.br

Sobre os autores

| Anderson Almeida-Silva

Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Letras – Estudos de Linguagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2013). Especialista em LIBRAS – pelo IFPI (2009). Linguista, atua na descrição e análise de línguas de sinais utilizando abordagens formais. Seus tópicos de interesse e pesquisa incluem: libras, línguas de sinais emergentes, aquisição de linguagem, escrita da língua de sinais, tradução-interpretação de línguas de sinais, relação gesto x gramática, gramática de línguas de sinais com foco na interface sintaxe-semântica. Recentemente tem se dedicado ao tema da negligência linguística, relacionando saúde pública, surdez e linguagem. Atualmente é professor na Universidade Federal do Delta do Parnaíba, vínculo efetivo.

E-mail: andersonalmeida@ufpi.edu.br

| José Sergio A. de Moura

Professor do curso de Letras/Inglês da Unilab. Tem graduação em Letras/Português/Inglês e Mestrado e Doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Possui experiência na aplicação de exames internacionais de proficiência linguística e planejamento de políticas linguísticas para a internacionalização do ensino superior. Tem interesse em pesquisas sobre sintaxe comparada e sobre o uso da linguística de *corpus* no ensino de língua inglesa.

E-mail: sergio@unilab.edu.br

Lucas Henrique Ferreira da Silva

Graduado em Letras e Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas. Atua como pesquisador no Programa de Estudos Linguísticos (UFAL/CNPq) e como docente na Rede Sesi de educação. Foi colaborador no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC 2015-2016 /2016-2017 /2017-2018/2018/2019) e bolsista no Projeto de Extensão Casas de Cultura no Campus, exercendo função de professor em formação inicial no setor de Língua Espanhola (2015-2018). Tem interesse na área da Linguística para ensino e pesquisa de Língua Materna e Línguas Estrangeiras com ênfase no Espanhol, atuando principalmente nos seguintes temas: aquisição e aprendizagem de língua materna, aquisição de espanhol como L2 e bilinguismo.

E-mail: lucashferreira@yahoo.com

Marcello Marcelino

Possui graduação em Língua e Literatura Inglesas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, doutorado em Linguística pela Unicamp e pós-doutorado pela New York University. Atualmente é professor adjunto na UNIFESP no departamento de Letras. Atuou como professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no curso de inglês e português pelo departamento de linguística durante 15 anos e coordenou o curso de extensão “Bilinguismo: Revisão de Teorias e Análise de Dados” pela PUC-COGAE por 6 anos. Atuou como professor convidado na pós-graduação lato sensu em Língua inglesa da Universidade São Judas Tadeu de 1998 a 2008. Atua na área de Linguística do inglês, em aquisição de L2, bilinguismo, sintaxe comparativa português/inglês. É coordenador do Grupo de Pesquisa InFoLinC (Investigações (In)Formais em Linguagem e Cognição e membro do Grupo de Pesquisa Minimalismo e a Teoria da Gramática.

E-mail: marcello.marcelino@unifesp.br

Marcelo Amorim Sibaldo

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Alagoas (2004) e doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2009), com período sanduíche na City University of New York (Estados Unidos). Fez um ano de estágio de Pós-Doutorado na University of Cambridge (Inglaterra). Atuou como Professor Adjunto no período de janeiro de 2010 a abril de 2016 na Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada. Atualmente, é Professor Adjunto do Departamento de Letras e o Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco e Tutor do Grupo PET-Letras/UFPE. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em teoria e análise linguística.

E-mail: marcelo.sibaldo@ufpe.br

Marcos Grutzmacher

Possui graduação em Fonoaudiologia pelo Centro Universitário São Lucas (2010), graduação em Letras-Libras pelo Centro Universitário ETEP (2022), especialização em Libras pela FACUMINAS (2022) e mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2019). É doutorando da linha de teoria e análise linguística no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da mesma universidade e membro do Grupo de Pesquisa PRELIN. Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: libras, aquisição de linguagem, linguística, canto lírico e voz.

E-mail: marcos.grutzmacher@fale.ufal.br

Mary Hellen dos Santos Severiano

Licenciada em Letras/Português pela Universidade Federal de Alagoas (2009). Possui mestrado em Linguística (2012) e doutorado em andamento na linha de Teorias e Análise Linguísticas no Programa de Pós Graduação em Linguística e Literatura na mesma IES. Atuou como professora substituta vinculada ao curso de Letras na Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFAPE (2019-2021). Atuou como professora das disciplinas de Metodologia da

Ciência e Comunicação e Expressão (2014 -2019). Participou do Programa de Educação Tutorial – PET onde desenvolveu pesquisas na área de Aquisição de Linguagem. Possui experiência na área de Letras com ênfase em Teoria e Análise Linguística, Língua Portuguesa e Metodologia da Ciência. Atua como professora e coordenadora na área de Linguagens, códigos e suas tecnologias na educação básica.

E-mail: melbsantos@gmail.com

Mirian Santos de Cerqueira

Professora associada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, atuando nas áreas de Sintaxe, Psicolinguística e Ensino, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Possui graduação em Letras (Português/Inglês) pela UFAL (2001), mestrado em Linguística (2003) e doutorado em Linguística (2009), ambos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFAL. Realizou Estágio de Doutorado em Linguística na Universidade Nova de Lisboa (2006-2007) e Estágio de Pós-Doutorado na área PUC-Rio (2017-2018). Atuou como coordenadora de Estágio em Letras/Português (2014 a 2017) e como chefe do Departamento de Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFG (2018-2020). Atualmente, é vice-coordenadora do LAPROLIN/UFG (Laboratório de Processamento da Linguagem–<https://laprolin.letras.ufg.br/>).

E-mail: miriancerqueira@gmail.com

Ronald Taveira da Cruz

Possui graduação em letras pela Universidade Católica de Brasília (2002), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal do Delta do Parnaíba/Piauí. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: aquisição, semântica, sintaxe, filosofia da linguagem, lógica e língua de sinais. Tem experiência também na Psicologia e Medicina, com pesquisa sobre a estrutura, desenvolvimento e processamento da linguagem e da mente-cérebro, sob as perspectivas (bio)linguística e fenomenológica.

E-mail: ronaldtaveira@gmail.com

Telma Moreira Vianna Magalhães

Possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1996), mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2000) e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2006), tendo realizado doutorado sanduíche na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2004. Atualmente é professora, nível associado III, da Universidade Federal de Alagoas. Atua como professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da UFAL e como professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras da UNIFESP. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Descrição e Análise do Português. Realiza pesquisas, principalmente, nos seguintes temas: aquisição de L1 e de L2 e sintaxe comparada do português. É coordenadora do Grupo de Pesquisa Programa de Estudos Linguísticos -PRELIN (UFAL) desde 2014 e membro do Grupo de Pesquisa A Sintaxe-phi das línguas naturais-PHINA (UFBA) e do Grupo de Pesquisa Investigações (In)Formais em Linguagem e Cognição – InFoLinC (UNIFESP).

E-mail: telma.magalhaes@fale.ufal.br

Thaise dos Santos Tenório

Possui graduação em Letras (com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Espanhola) pela Universidade Federal de Alagoas (2005) e Mestrado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística-UFAL (2008). Tem experiência na área de Língua Portuguesa (atuando principalmente com as seguintes disciplinas: Comunicação e Expressão, Produção e Interpretação de Texto, Técnicas de Comunicação Falada e Escrita, Metodologia Científica e Português Jurídico), experiência na área de Língua Espanhola e experiência como Tutora e professora da EaD.

E-mail: thaise_tenorio@hotmail.com

Thaysa Oliveira Barbosa

Professora Assistente no curso de Letras Libras Bacharelado da Universidade Federal de Roraima. Graduada em Letras Português/Literatura pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Especialista em Tradução, interpretação e docência em Libras pela Universidade Tuiuti do Paraná (UNINTESE). Mestra em Linguística pelo Programa de Pós- Graduação em Letras e Linguística (PPGLL /UFAL), com concentração em Aquisição de Língua materna. Doutoranda em Linguística com ênfase em Teoria e análise Linguística, tendo por objeto de estudo a Língua Brasileira de sinais (Libras).

E-mail: thaysaoliveira@hotmail.com

